

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
CURSO DE MESTRADO**

**TERRA, GADO E TRABALHO: SOCIEDADE E ECONOMIA
ESCRAVISTA EM LAGES, SC (1840-1865).**

NILSEN C. OLIVEIRA BORGES.

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em História. Área de
concentração: História Cultural**

**Orientadores: Prof^a. Dr^a Beatriz Gallotti Mamigonian
Prof. Dr. Henrique Rodrigues Espada Lima Filho.**

FLORIANÓPOLIS, SC.

2005.

NILSEN C. OLIVEIRA BORGES.

TERRA, GADO E TRABALHO: SOCIEDADE E ECONOMIA ESCRAVISTA
EM LAGES, SC (1840-1865).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
graduação em História da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial para obtenção
do grau de Mestre em História. Área de concentração:
História Cultural

Banca Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Beatriz Gallotti Mamigonian – Orientadora.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Henrique Rodrigues Espada Lima Filho – Co-orientador.

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^ª Dr^ª Helen Osório

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FLORIANÓPOLIS, SC

2005.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram na execução deste trabalho. Agradeço aos colegas do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal de Santa Catarina, alunos, professores e funcionários, e em especial aos companheiros de Linha de Pesquisa, que, juntos ou separados, iniciaram comigo esta empreitada. Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos concedida.

Agradeço aos responsáveis pelo arquivamento dos documentos necessários para esta pesquisa. Em Florianópolis, Gilberto Machado e Orivalda Lima e Silva e demais funcionários e amigos do Museu do Judiciário, pela disposição, boa-vontade e prontidão em disponibilizar o acesso à documentação, além das conversas agradáveis e pelos cafés e águas gentilmente cedidos. Em Lages, aos funcionários do Museu Thiago de Castro, e, em especial, ao senhor tabelião Rubens Nazereno Neves Filho, do Primeiro Tabelionato de Notas de Lages e demais funcionários, pela gentileza, paciência e disposição em facilitar ao máximo o acesso a documentação requerida.

Agradeço especialmente a professora Beatriz Gallotti Mamigonian e ao professor Henrique Espada Lima que me orientaram com extrema competência, seriedade, dedicada atenção e disponibilidade.

Finalmente, agradeço a grande e inestimável amiga Valéria Zanetti, professora da Universidade do Vale do Paraíba, que mesmo de longe tem acompanhado com entusiasmo e alegria cada etapa de nosso objetivo. A Jair Antunes de Carvalho Júnior pelo providencial empréstimo da máquina fotográfica digital, ferramenta útil e prática que tem se tornado indispensável para a pesquisa nos dias de hoje. A Luciana Antunes de Carvalho pelo companheirismo e apoio nos momentos difíceis.

RESUMO

Esta dissertação tem por objeto a economia e a sociedade da região de Lages, Santa Catarina, no século XIX (1840-1865). Investigam-se as características da economia escravista local, percebendo como estava articulada com as estruturas produtivas mais típicas do escravismo brasileiro. Para tanto se analisa a estrutura da posse escrava através das características demográficas, da estrutura agropecuária, da distribuição das fortunas e do funcionamento do mercado escravo, em um período marcado tanto por um intervalo de “paz” na região entre dois períodos de revolta e guerra (Revolta Farroupilha, 1835 a 1845, e Guerra do Paraguai, 1865 a 1870), como também por um momento de prosperidade, antes do impacto das transformações no sistema escravista desencadeados pela abolição do tráfico atlântico e pela Guerra.

Considerando que o desenvolvimento econômico e demográfico de Lages ao longo dos séculos XVIII e XIX se manteve diretamente condicionado à formação de grandes propriedades fundiárias voltadas para a exploração da atividade pastoril e comércio do gado, “os circuitos das tropas” em que estava inserido ligavam a região com as demais localidades e províncias igualmente envolvidas nestes tipos de atividades. Neste sentido, verificou-se uma sociedade estruturada nos pequenos e médios criadores e tropeiros, constatando-se a importância da posse escrava em sua hierarquia sócio-econômica. Para a pesquisa foram utilizados, entre outras fontes: inventários post-mortem, mapas de população, escrituras de compra e venda de escravos, escrituras de liberdade, Relatórios e Falas de Presidente de Província.

Palavras chaves: Lages, Santa Catarina, estrutura agrária, pecuária, comércio de animais, mercado interno, estrutura da posse escrava.

ABSTRACT

This dissertation has for object the slavery in the area of Lages, Santa Catarina, in the century XIX (1840-1865). Research of economic characteristics of local slavery shows how it was articulated with productive structures very typical of Brazilian slavery. Because of it much of the structure of the slave ownership is analyzed through the demographic characteristics, agricultural structure, distribution of fortunes and operation of slave market, in a period marked so much by an interval of “peace” in the area between two rebellion periods and war (farroupilha rebellion, 1835 to 1845, and Paraguay war, 1865 to 1870), as well as a moment of prosperity, before the impact of the transformations in the slavery system unchained by the abolition of the Atlantic traffic and for Paraguayan war.

Considering that economical and demographic development of Lages along the centuries XVIII and XIX was directly conditioned to formation of great landed properties returned for exploration of pastoral activity and trade of cattle, “the circuits of the troops” in what it was inserted, connected the area with other places and provinces involved in these types of activities. In these senses, bend verified as a society structured in the small and medium creators and cattle driver, the importance of slave ownership was verified in his/her socioeconomic hierarchy. For the researches were used, among other sources: post-mortem estate inventories, population maps, purchase deeds and slaves’ sale, deeds of freedom, “reports and fallas of President of Province”.

Key words: Lages, Santa Catarina, structure agrarian, and livestock, trade of animals, internal market, structures of the slave ownership.

SUMÁRIO

Agradecimento	3
Resumo	4
Abstract	5
Lista de Figuras	8
Listas de Gráficos	8
Listas de Tabelas	9
Lista de abreviaturas	10
Introdução: Terra, gado e trabalho em Lages: objeto, fontes e procedimentos teórico-metodológicos	11
Capítulo I: A margem da história.	21
A presença negra na história e na historiografia catarinense.	23
Província periférica, sociedade escravista.	30
Capítulo II: Campos de Lages: processo de colonização e aspectos demográficos	42
O processo de colonização dos campos de Lages.	42
A região e sua população	46
A vila de Lages	60
O acesso a terra e a consolidação das fazendas de criação	63
Lages na rota do mercado de abastecimento	71
Capítulo III: Análise do padrão de distribuição de riqueza em Lages	81
Os inventariados e a distribuição da riqueza	83
Acumulação monetária e dívidas ativas e passivas	89
Propriedade rural	90
Criação	93
Agricultura	101
Escravos	102
Estrutura da posse escrava	103
Não-proprietários de escravos	109
Proprietários de escravos	113
Mercado escravo em Lages (1840 a 1865)	122

Capítulo IV: Escravidão, trabalho e liberdade em Lages	135
Algumas características da população escrava em Lages	136
Formas de acesso à alforria em Lages	143
Alforria sem condição	135
Alforria condicional	136
Alforria através de pecúlio	138
Compra de alforria por terceiros	141
Livres e libertos em Lages	142
Os escravos e as relações de trabalho	158
Conclusão	164
Referências	167

Lista de Figuras:

Figura I: Caminhos das tropas	43
Figura II: O Planalto Catarinense	46

Listas de Gráficos:

Gráfico I: População total de Lages (1854 a 1864)	52
Gráfico II: Distribuição (%) da população Livre de Lages e seu termo segundo sexo e estado civil (1859 e 1860)	54
Gráfico III: Movimento (%) populacional em Lages (1854-1864)	57
Gráfico IV: População lageana segundo condição social (1854-1864)	58
Gráfico V: Número de escrituras referentes a transações de bens imóveis em Lages (1847 a 1864)	67
Gráfico VI: Composição média do rebanho lageano de acordo com o tipo de animal e faixa de criação	98
Gráfico VII: Composição dos plantéis escravos de acordo com faixa etária	122
Gráfico VIII: Estrutura de posse escrava por sexo de acordo com faixa de plantel	138
Gráfico IX: Volume de negociação de compra e venda de escravos em Lages (1847-1865)	127
Gráfico X: Quadro evolutivo do preço médio do escravo em Lages de acordo com faixa etária em mil reis (1840-1865)	130
Gráfico XI: Pirâmide etária dos escravos de acordo com o sexo em número absoluto	127

Listas de Tabelas:

Tabela I: Quadro populacional de Lages (1766 a 1833)	49
Tabela II: Distribuição da população de Lages e seu termo segundo condição social e sexo (1854 a 1864)	50
Tabela III: Distribuição da população de Lages e seu termo segundo condição social, sexo e estado civil (1859 e 1860)	54
Tabela IV: Distribuição (%) da população no termo de Lages, por freguesias, segundo condição social e sexo (1861 e 1862)	55
Tabela V: Número absoluto de casas e fogos da vila de Lages e seu termo (1854 a 1862)	60
Tabela VI: Passagem do gado muar rio-grandense por Lages (1851 a 1860)	76
Tabela VII: Divisão dos inventariados de acordo com faixa de riqueza:	83
Tabela VIII: Distribuição de riqueza nos inventários de Lages por faixa de riqueza e ramo de investimento (1840 a 1865)	86
Tabela IX: Distribuição da riqueza a partir dos inventários post-mortem, da cidade do Rio de Janeiro (1840 e 1860)	87
Tabela X: Distribuição da riqueza dos inventários de Lages de acordo com os grupos sociais (1840-1860)	88
Tabela XI: Cotação média do gado muar, bovino e cavalari em Lages segundo inventários	95
Tabela XII: Faixa de investimento em criação por tamanho de rebanho e faixa de riqueza	98
Tabela XIII: Distribuição da riqueza entre proprietários e não proprietários de escravos de acordo com tipo de investimento (1840-1865)	105
Tabela XIV: Distribuição da riqueza dos proprietários e dos não-proprietários de escravos (Lages, SC, 1840-1865)	108
Tabela XV: Faixa de tamanho de plantel	120
Tabela XVI: Volume de negociação de compra e venda de escravos em Lages (1847 a 1865)	126
Tabela XVII: Quadro comparativo entre a evolução do preço médio do escravo com o	131

rebanho bovino, muar e cavalari em mil reis (1840-1865)	
Tabela XVIII: População negra em Lages segundo condição social (1854-1864)	135
Tabela XIX: Distribuição da população escrava entre as freguesias de Lages, Baguais e Campos Novos, segundo sexo	136
Tabela XX: Distribuição da população escrava em Lages segundo estado civil (1859 e 1860)	139
Tabela XXI: Distribuição do contingente escravo de acordo com classificação de cor/origem em inventários	141
Tabela XXII: Ocorrência de alforrias em Lages através dos inventários de acordo com as formas de acesso e sexo dos escravos	145
Tabela XXIII: Ocorrência de alforrias em Lages através de escrituras de liberdade de acordo com as formas de acesso e sexo dos escravos	146
Tabela XXIV. Quadro de amostragem das ocupações desempenhadas pelos escravos em Lages	158

Lista de abreviaturas

Museu do Judiciário. Tribunal da Justiça de Santa Catarina.	MJTJSC
Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas. Lages	APTNL
Arquivo do Museu Thiago de Castro. Lages	AMTCL
Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.	APESC

INTRODUÇÃO:

TERRA, GADO E TRABALHO EM LAGES: OBJETO, FONTES E PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A preocupação em se estudar a história lageana vem do interesse de entender o funcionamento do trabalho escravo em uma área de pastoreio no século XIX. Neste trabalho, a investigação das características do sistema escravista em Lages no período de 1840 a 1865, suas bases sociais e econômicas, pretende demonstrar qual era a sua importância para esta sociedade em questão, destacando suas especificidades e semelhanças em relação ao sistema escravista brasileiro.

Nos últimos anos um número crescente de pesquisas acadêmicas de diferentes áreas do conhecimento (história, sociologia, antropologia) tem levantado importantes questões sobre a presença da escravidão e dos afrodescendentes em Santa Catarina. Um exemplo é a dissertação de mestrado em história de Frank Marcon, que participa da discussão sobre a invisibilidade do negro e da escravidão na história lageana ao pesquisar a participação de uma população negra no cenário político e cultural de Lages no início do século XX na formação do Clube Cívico “Cruz e Souza”¹. Estas discussões estão igualmente presentes nos trabalhos coordenados por Ilka Boaventura Leite e por Paulino de Jesus Cardoso², que levantam, sobretudo através da revisão bibliográfica, importantes questões sobre a omissão do trabalhador negro na historiografia catarinense.

Estes estudos, militando pelo direito à memória, passado e cidadania de uma população afrodescendente através do foco na visibilidade histórica, deram o primeiro passo para o reconhecimento historiográfico da presença escrava na formação de Santa Catarina. Apesar da importância desses, é preciso reconhecer, no entanto, que há muito ainda a se fazer no campo da pesquisa sobre a escravidão em Santa Catarina. Embora a

¹ MARCON, Frank. N. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Dissertação (Mestrado em História). UNISINOS, 1999.

² LEITE, Ilka Boaventura. *Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação*. IN: LEITE, Ilka Boaventura (org.) *Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996. CARDOSO, Paulino de Jesus; MORTARI, Claudia. *Territórios negros em Florianópolis no século XIX*. IN: BRANCHER, Ana (Org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas. 1999.

revisão historiográfica tenha apontado os caminhos para novos estudos, pouco se tem investigado, por exemplo, sobre a efetiva participação do escravo no trabalho das unidades produtivas, as relações entre a escravidão e os padrões econômicos e sociais na região ou sobre os padrões de convivência entre a população cativa, livre e liberta.

Assim, uma das nossas preocupações é aprofundar a discussão da presença negra em Santa Catarina além do tema “visibilidade/invisibilidade” e “significância/insignificância”, buscando a compreensão do cotidiano escravista em Lages através de seus mecanismos de reprodução social.

Dessa forma, inquirindo sobre as redes de relações de conflitos e solidariedades que nortearam as experiências dos trabalhadores negros nos “Campos de Lages” (escravos, livres e libertos) chegou-se à constatação de que inicialmente necessitava-se buscar o entendimento de como se estruturava o sistema escravista na localidade, investigando suas bases sociais e econômicas. Neste sentido, o estudo da propriedade pecuária e da mão-de-obra escrava em Lages tem como estratégia a investigação da relação entre a propriedade rural, o latifúndio de pecuária extensiva e a escravidão, centrando a análise nos padrões de distribuição de riqueza, nas características de senhores escravistas e escravos (idade, cor, sexo, atividade, condição social) e na estratificação social.

De acordo com Francisco Vidal Luna, ao estudar o trabalho escravo na atividade de mineração em Minas Gerais, a compreensão da estrutura da posse escrava e as atividades exercidas pelos senhores:

[...] além de lançar luz sobre a estratificação social vigente na sociedade sob análise e representar valioso subsídio para o lineamento das atividades produtivas de maior significância em cada momento histórico, apresenta-se como elemento altamente relevante no estabelecimento do nível relativo de riqueza dos segmentos sócio-econômicos em que se pode decompor tal comunidade.³

Quanto à documentação pesquisada, este trabalho tem como base o levantamento sistemático de uma série de 150 processos de inventários *post-mortem* correspondentes ao período de 1840 a 1865, pesquisados no arquivo do Museu do

³ LUNA, Francisco Vidal & DA COSTA, Iraci Del Nero. *Minas Colonial: Economia & sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1982. p. 37.

Judiciário em Florianópolis. A pesquisa desta documentação foi possível graças à monografia de conclusão de curso desenvolvida por Gilberto Machado sobre as ocorrências de alforrias por testamento na Comarca de Lages no período de 1840 a 1888. Nesta monografia, Gilberto Machado empreendeu um exaustivo e importante trabalho de catalogação e classificação dos inventários de acordo com as datas e a localização dos mesmos, discriminando a ocorrência de posse escrava e o monte-mor de cada processo.⁴

Dessa forma, pudemos concentrar nossa atenção na coleta dos dados concernentes ao período recortado, complementando-os com dados e informações recolhidos nos mapas de população presentes nos relatórios dos Chefes de Polícia para os Presidentes da Província, além das correspondências dos Delegados de Polícia, Juizes de Órfãos, coletados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Concomitantemente, trabalhou-se com uma série de documentos cartoriais, como escrituras de compra e venda de escravos, terras e bens de raiz, contratos de sociedade conjunta, contrato de aluguel de escravo e escrituras de liberdade, de posse do Primeiro Tabelionato de Notas de Lages, assim como também documentos diversos sobre a escravidão em Lages, tais como recibos de meia-sisa de escravos, correspondências de Presidentes da Província à Câmara Municipal, livros de receita da Câmara Municipal, entre outros, pesquisados no Arquivo do Museu Thiago de Castro, também em Lages.

A utilização de inventários na pesquisa tem constituído, nos últimos anos, uma rica fonte de informação sobre o funcionamento do sistema escravista no Brasil, possibilitando a abordagem de questões importantes sobre o cotidiano da escravidão urbana e rural, identificação de redes de relações comerciais, estrutura de posse escrava, cultura material, entre outras. Bons exemplos do uso dessa fonte na historiografia e as variedades de informações que se pode retirar desse documento são os estudos empreendidos por João Luiz Fragoso e Manolo Florentino, e Bert J. Barickman, entre outros⁵.

⁴ MACHADO, Gilberto. *As alforrias a partir da análise dos processos de inventário da Comarca de Lages no período de 1840-1888*. Monografia (Graduação em História). Florianópolis, SC: UFSC, 1999.

⁵ FRAGOSO, J.L. & FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em um economia tardia*. Rio de Janeiro c.1790 -c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2001; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão, 1780-1860*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Sobre o uso de inventários na historiografia, ver ainda: MATTOS, Hebe Maria. *Trabalho, família e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem*. Cadernos do ICFH- UFF, n. 23, ago. 1990, número

Barickman, em “Um contraponto baiano”, investigando a estrutura do sistema escravista no Recôncavo através das três lavouras mais importantes da região (a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca), utiliza, além de outras fontes, um conjunto de inventários para o período de 1760 a 1860. Dessa forma, destaca através da análise desta série de documentos, a distribuição da propriedade fundiária, a estrutura da posse escrava e as relações de dívidas, percebendo, com esta estratégia, a configuração da posse da terra e o tipo de mão-de-obra predominante em cada lavoura, as técnicas agrícolas aplicadas, os hábitos de alimentação e as práticas da política agrária.⁶

Paralelamente, Fragoso e Florentino, em “O arcaísmo como projeto”, utilizando-se de uma série de inventários referentes à Corte e ao Vale do Paraíba Fluminense, no período de 1790 a 1835, conseguem a identificação de uma elite mercantil e aristocrática, os “negociantes de grosso trato”, estruturada em uma amplo mercado colonial, como no tráfico negreiro, comércio de exportação, abastecimento interno, arrematação de impostos, entre outros. Neste sentido, a interpretação da distribuição dos bens econômicos permitiu aos autores o entendimento das estratégias e motivações de uma parte da elite mercantil ao se transformarem em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e de homens.⁷

Seguindo estes exemplos, entende-se que a leitura dos conjuntos de inventários lageanos, estruturado na análise sistemática acerca dos montantes de bens alcançados pelos inventariados e a distribuição do capital empregado (propriedades rural e urbana, criação, ações, escravos, entre outros) permite entender de melhor forma como se estruturava o sistema escravista em Lages.

Neste contexto, o procedimento da pesquisa constituiu em levantar, na leitura dos inventários, informações sobre os inventariados, distribuição dos bens e a estrutura da posse escrava.

Sobre o inventariado privilegiaram-se dados como nome, sexo, naturalidade,

temático *Estudo sobre a escravidão II*, pp. 1-54; FLORENTINO, M.; GOES, J.R. *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; PICCOLO, Helga Iracema L. *O sistema escravista no Rio Grande do Sul: Os inventários como fonte para a pesquisa Histórica*. História em revista. Pelotas, v. 3, (nov. 1997) pp. 7-28; OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 1999.

⁶BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*.

⁷FRAGOSO, J.L.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto*.

localidade, estado conjugal e provável ocupação. Contudo, nem sempre o documento contempla todas as informações sobre o inventariado, como, por exemplo, a sua principal ocupação. Os dados sobre as localidades também ficaram comprometidos, pois são em muitos casos omitidos nos inventários que não possuem testamento e/ou são realizados na residência do juiz de órfãos, na vila. A identificação da localidade nos inventários permitiria perceber a distribuição geográfica, identificando qual região se concentrava a grande parte das propriedades, se na freguesia de Lages ou nas demais que compunham os “Campos de Lages”.

Em relação à posse escrava, montou-se um banco de dados contendo informações sobre os escravos, como nome, idade, sexo, origem, ocupação, cor, valor, saúde, condições de alforria (quando concedida). Deste banco, pôde-se retirar um quadro sobre o tamanho médio dos plantéis, divisão etária e entre sexos dos escravos, e possibilidade de acesso à alforria através de testamento. Também neste ponto a pesquisa esbarrou na limitação das fontes. Poucos foram os inventários de 1840 a 1865 que contavam com informações sobre a ocupação dos escravos. Esses dados só iriam aparecer com mais frequência em inventários posteriores a 1865. Neste caso, utilizou-se de uma série de inventários do período de 1870 a 1880 no que diz respeito a informações sobre ocupações dos cativos para preencher essa lacuna, ilustrando a divisão de trabalho entre os escravos nesta sociedade.

Porém, foi no montante de bens para a partilha que se concentrou nossa atenção. Nos inventários, todos os bens eram avaliados para que fossem permitidas as deduções de dívidas, impostos, custos do processo e a partilha aos herdeiros. Dessa forma, pôde-se perceber através da relação de bens, informações relevantes sobre as relações comerciais, dinâmica da produção, concentração do capital, posse escrava, entre outros. Com o objetivo de sistematizar a pesquisa os bens foram classificados de acordo com os seguintes critérios: criação, propriedade rural, posse escrava, monte-mor.

Contabilizando os valores agregados de cada ítem, buscou-se mapear a distribuição de investimentos, identificando em que tipos de bens de produção os inventariados empregavam a maior parte de seus recursos, buscando, desta forma, a configuração do quadro sócio-econômico da região.

Vale a pena ressaltar que, como Barickman aponta, os inventários são, por

natureza, uma fonte tendenciosa, uma vez que representam apenas uma parcela da população que possuía bens e recursos (terras, escravos e criação) suficientes para que se compensasse os custos do processo, os quais eram normalmente arcados pelos herdeiros, ou pessoas que tinham interesse em receber alguma dívida contraída pelo inventariado (podendo ser uma pessoa física ou, jurídica, como no caso do poder administrativo). Outra limitação consiste no fato de que os inventários nos fornecem apenas uma “fotografia” estática sobre os inventariados no momento que foram realizados os procedimentos concernentes ao documento, não dando informações sobre as relações dos cotidianos vividos pelos envolvidos, ou sobre o processo de constituição daquela fortuna.⁸ Por último, é importante ressaltar que a respeito do conjunto de inventários referentes à Comarca de Lages, não foi possível para a pesquisa a captura de todos os processos produzidos no período em questão. Do conjunto de 170 inventários referentes ao período de 1840 a 1865 arrolados por Gilberto Machado, 23 processos não foram encontrados em suas respectivas caixas. No entanto, encontramos três que não constavam na relação de Machado. Por outro lado, seria necessário considerar a abertura de inventários de proprietários lageanos em outras localidades e províncias não alcançadas pela pesquisa. Da mesma forma que foram encontrados casos de inventários de pessoas não residentes em Lages, mas com propriedades ali, é pertinente supor a existência de situações semelhantes envolvendo proprietários lageanos cujo processo de inventário tenha ocorrido em outras regiões. No entanto, acredita-se que o número de inventários levantados seja suficiente para a nossa análise.

Por outro lado, em observância a essas limitações da fonte, uma vez de posse dos dados levantados na leitura dos inventários, buscou-se o cruzamento com as informações recolhidas em outras fontes, para poder assim remontar o quadro da economia lageana. Foram analisadas a movimentação do mercado escravo e de terras, as condições e possibilidades de alforrias e a estrutura da prática do pastoreio e do tropeirismo no período pesquisado. Por ser Lages uma área de pastoreio, observou-se uma população em trânsito, decorrência da constante passagem do gado gaúcho e a saída do rebanho local, ligando-a as diversas fazendas de criação esparsas desde determinadas localidades da província do Rio Grande do Sul até a vila de Sorocaba, em São Paulo. Esta mobilidade do contingente

populacional foi avaliada através das estatísticas de população encontrados nos Relatórios Oficiais, onde se pode perceber a variação populacional entre o contingente livre, escravo e liberto. Diferente das listas nominativas, os mapas de população não apresentam informações detalhadas acerca dos moradores, como nome, sexo, ou do domicílio em si, quantas pessoas moravam e quais eram os dependentes e agregados. Trabalham tão somente com os dados estatísticos agregados de cada localidade.

Em momento posterior à leitura e análise das fontes, confrontamos os dados levantados sobre Lages com os obtidos em estudos realizados por Carlos A. P. Bacellar sobre Sorocaba, e por Helen Osório sobre a estrutura econômica da sociedade pecuarista no Rio Grande do Sul.⁹

Em “*Viver e sobreviver em uma vila colonial*”, Bacellar se propôs desvendar alguns mecanismos de reprodução social que geriram a economia sorocabana, centrada no tropeirismo, comércio de animais e na pequena lavoura. Os objetivos e estratégias adotadas pela pesquisa consistiram na análise dos padrões demográficos da sociedade sorocabana, identificando eventuais padrões particulares da sociedade tropeira na discussão das condições materiais de sobrevivência e ascensão social das famílias. Para tanto, as fontes utilizadas por ele foram listas nominativas anuais por habitantes, autos cíveis e crimes, notas e livros diversos do tabelião e da Câmara Municipal e inventários *post-mortem*.¹⁰

Dessa forma, interessam-nos suas conclusões sobre a importância do papel econômico e estratégico de Sorocaba nos séculos XVIII e XIX como importante centro de comercialização de gado no centro-sul brasileiro na redistribuição de animais para o transporte terrestre e suas conseqüências na estruturação da sociedade. Identificando em Sorocaba características de uma sociedade e economia em constante movimento, o autor demonstra como a estruturação do desenvolvimento urbano e rural, através da formação de uma elite local com ligações comerciais com os principais centros consumidores e produtores da região centro-sul em diversos negócios, tornou possível o investimento em mão-de-obra escrava.

Por outro lado, o trabalho desenvolvido por Helen Osório completa este quadro

⁹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa*. BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/ Annablume. 2001.

¹⁰ BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*.

comparativo. Ao investigar as estruturas sociais e econômicas da estremadura meridional dos domínios portugueses na América no período de 1737 a 1822, Osório aborda questões importantes sobre a indústria pastoril, tanto pelas vastas propriedades criatórias, como também pelo grau de aproveitamento da mão-de-obra escrava. Mesclando em grande parte de suas unidades produtivas a prática da pecuária e da agricultura, as estâncias contaram com a força de trabalho escravo, disposta tanto em grandes plantéis como também nas pequenas unidades que possuíam de um a cinco cativos, constituindo mão-de-obra complementar ao trabalho do próprio grupo doméstico.¹¹

Assim, mesmo atento ao fato de que estes trabalhos reportam períodos distintos ao nosso, mas partindo da hipótese de que este quadro comparativo, que abrange outras áreas ligadas ao tropeirismo e a criação extensiva, poderia ajudar a contrastar e caracterizar melhor Lages, esta estratégia visa completar algumas lacunas não preenchidas pela nossa pesquisa, ao mesmo tempo que perceber como a economia e a sociedade lageana estavam articuladas com o grande mercado de animais e com o sistema escravista do Rio Grande do Sul e de Sorocaba. Em ambos trabalhos referidos interessam-nos as análises realizadas pelos autores sobre a composição do patrimônio dos produtores, as categorias ocupacionais e suas variações no tempo, a estrutura da posse escrava, padrões demográficos e estratificação social.

Por último, o corte temporal deste estudo está delimitado pelo intervalo de “paz” na região entre dois períodos de revolta e guerra (Revolta Farroupilha, 1835 a 1845, e Guerra do Paraguai, 1865 a 1870).

De 1835 a 1845, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram marcados pelo mais longo e um dos mais complexos movimentos revolucionários da regência e do segundo império: A Revolta Farroupilha. Neste período, a região de Lages se envolveu na revolta através de duas invasões consecutivas, sendo em 9 de março e 17 de dezembro de 1839.¹²

A década de 1850 por sua vez, é vista pela historiografia como marco decisivo de importantes transformações das relações escravistas no Brasil. O acirramento da política abolicionista, através da proibição efetiva do tráfico negreiro, resultou no redirecionamento

¹¹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa*.

¹² COSTA, L “O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme”. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 782.

do tráfico inter e intraprovincial, colocando em pauta um problema cada vez mais presente nas décadas seguintes: o problema da transição da mão-de-obra escrava para a mão-de-obra livre e a política de colonização do Império. Esta década representa também um momento de consolidação do poder político da monarquia de D. Pedro II e das estruturas mais típicas da sociedade agrária brasileira, com a efetivação da Lei de terras e a re-organização da guarda nacional.¹³

Em 1865, limite final do nosso recorte temporal, teve início a Guerra do Paraguai. Considerado como o período mais sangrento da história do Brasil Império, este episódio exerceu profundas influências no sistema escravista brasileiro. Frente à necessidade de aumentar as tropas, um contingente de escravos e libertos foi destacado para fazer frente nas linhas de batalhas. Assim, se observa em Lages um tímido movimento de recrutamento de escravos através da formação de fundos para a indenização dos senhores que dispusessem de seus escravos para a guerra.

Neste contexto, a periodização se justifica por procurar em Lages neste período de paz, características de sua economia escravista em um momento de prosperidade, antes do impacto das transformações no sistema escravista desencadeados pela abolição do tráfico atlântico e pela Guerra do Paraguai.

Concluindo esta introdução, o trabalho ficou estruturado da seguinte forma:

O primeiro capítulo trata de um balanço historiográfico com ênfase em três perspectivas. A primeira refere-se à discussão sobre a insignificância da presença escrava nas obras dos principais autores catarinenses, salientando o caráter revisionista de obras mais recentes voltadas para a refutação da insignificância da presença negra no estado. A segunda busca situar a historiografia catarinense no contexto maior da historiografia brasileira no modelo de explicação clássico da economia colonial; A terceira objetiva apontar alguns aspectos da nova historiografia que serviram de base para a pesquisa acerca de temas como o mercado interno, a pecuária e a estrutura da posse escrava.

O segundo capítulo do trabalho versa sobre o processo de colonização dos “Campos de Lages”. Assim, ao analisar o crescimento populacional e as formas de acesso e distribuição da terra, que deram contorno à atividade agropastoril na região, buscamos

¹³ CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

compreender como a caracterização de Lages no século XIX como grande centro pecuarista do Planalto Serrano e suas ligações com o mercado interno na comercialização com o gado nas feiras sorocabanas, condicionaram a quadro de aproveitamento da mão-de-obra escrava.

O terceiro capítulo está estruturado em torno da análise dos montantes de bens dos inventários e da estrutura da posse escrava. Dessa forma, busca-se a identificação de uma elite pecuarista e escravista na região, assim como também grupos periféricos à grande criação, formados por pequenos proprietários, tropeiros e lavradores, que por sua vez, estavam envolvidos direta ou indiretamente com o comércio do gado. Observam-se também os padrões de composição do plantéis escravos através do entendimento do funcionamento de um mercado escravo na região, como estes cativos eram adquiridos, quais suas possíveis procedências, variação de valor no mercado escravo local, estratégias de manutenção e reposição dos plantéis, entre outros.

O quarto e último capítulo visa aprofundar a análise sobre a população negra em Lages através da observação dos padrões demográficos (cor, sexo, idade), tendo em foco as características deste contingente populacional (escravos, livres e libertos) na região. Também se contemplou algumas questões presentes em seu cotidiano como as possibilidades de conquista da alforria, inserção de livres e libertos de cor migrantes e distribuição do trabalho e ocupações dos escravos na atividade agropastoril.

CAPÍTULO I

À MARGEM DA HISTÓRIA

Ao nos depararmos com as obras clássicas sobre a escravidão brasileira, três pontos centrais chamaram a atenção para efeito desta pesquisa. Primeiro, comumente, estes trabalhos limitaram a sua análise a áreas convencionalmente apontadas como de grande *Plantation* escravista (Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo). Por estas regiões apresentarem atividades econômicas voltadas ao mercado exportador, o que possibilitou a formação de grandes riquezas, diversos autores apontaram uma tendência monopolista da posse escrava por parte de grandes senhores de escravos (principalmente senhores de engenho e barões do café). Segundo, atribuindo um caráter subsidiário ao mercado interno no Brasil colonial avaliaram que, as regiões voltadas à produção de gêneros de abastecimento não teriam apresentado condições necessárias para investir na aquisição de mão-de-obra cativa. Desta forma, teria predominado, nestas regiões, o emprego da mão-de-obra livre sob diversas formas de arranjos de trabalho (peões, camaradas, agregados, entre outros). Por último, complicou a análise a concepção de uma inadequação do emprego conjunto de mão-de-obra livre de camponeses pobres com a mão-de-obra escrava.¹

No entanto, a partir da década de 1980, uma rica produção historiográfica tem buscado, na revisão desses pontos, um melhor entendimento do funcionamento do sistema escravista no Brasil, indo além da explicação centrada unicamente na grande *plantation* exportadora. Fugindo das interpretações clássicas, esse trabalho tem centrado suas pesquisas na utilização maciça de variadas fontes. Assim, a reeleitura das fontes convencionais sob um novo olhar crítico, e a busca de fontes anteriormente negligenciadas, como inventários *post-mortem*, assentos de batismos, casamentos e óbitos, processos criminais, contratos de prestação de serviços, entre outras, passaram a servir de base para

¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994; FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1976; CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização do Brasileira, 1978; GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978; COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

pesquisas sobre a presença escrava em atividades voltadas para o mercado interno no Brasil e sua relação com o mercado exportador.²

Concomitantemente, o debate sobre a presença negra em Santa Catarina - exemplo típico de uma região periférica com relação ao grande sistema de *plantation* escravista - mobilizou diversos autores, cujos trabalhos voltados para a visibilidade historiográfica de uma população afrodescendente na formação do Estado, abriram caminhos para novas pesquisas em torno dos elementos que caracterizaram a escravidão na região.³

Neste contexto, o primeiro capítulo desta dissertação visa apresentar alguns aspectos fundamentais destes trabalhos que serviram de base para a nossa pesquisa. Assim, com ênfase no confronto entre as abordagens clássicas e as novas tendências historiográficas⁴, centramos a análise em torno dos seguintes temas: historiografia catarinense, mercado interno, pecuária e estrutura da posse escrava.

² LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos*. IN: LUNA, F. V.; Da Costa, I. D. N. *Minas colonial: economia & sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas econômicas, 1982; LUNA, F. V.; Da Costa, I. D. N. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. IN: Estudos econômicos. 13 (1) 211-221. Jan/abr, 1983; SCHWARTZ, B. Stuart. *Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil*. IN: Estudos econômicos. 13 (1) 259-287. Jan/abr, 1983; CASTRO, Hebe Maria de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; COSTA, I. D. *Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. IN: Estudos econômicos, São Paulo, v. 19, n. 2. maio-agosto de 1989. pp. 319-345. FRAGOSO, J. L. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora*. IN: LINHARES, M. Y. (org.) *"História Geral do Brasil" 6 ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; MOTTA, José Flávio. *Historiografia e estrutura da posse de escravos*. IN: *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/ Annablume, 1999; BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1768-1860)*. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³ LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996; MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. *Territórios negros em Florianópolis no século XIX*. IN: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras Contemporânea, 1999; SALOMON, Marlon Jaison; VOIGT, André. *Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí*. IN: FRUDESCHER, I.; FERREIRA, Cristina. *Visões e perspectiva historiográficas recentes*. Blumenau, SC: Nova Letra., 2000.

⁴ Para efeito deste capítulo, limitamos o balanço historiográfico à apenas autores que tratam especificamente dos temas apontados. Para um balanço mais amplo acerca das novas abordagens historiográficas sobre a escravidão no Brasil, vide entre outros: SILVA, Eduardo. *Por uma nova perspectiva das relações escravista*". SPBH (Anais da V reunião). São Paulo: 1983. (xerox); LARA, Silvia H. *Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico*. LPH. Revista de história, 3, n. 1 (Ouro Preto, 1992). pp.215-44; CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; LARA, Silvia H. *Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, São Paulo, (12 de out.) 1995; SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

Objetivamos, com este procedimento, demonstrar o enquadramento de nossos questionamentos sobre a estrutura da posse escrava e o funcionamento do sistema escravista em Lages no contexto das atuais discussões historiográficas.

A presença negra na história e na historiografia catarinense

Por muito tempo a região de Lages, assim como a antiga província de Santa Catarina como um todo, foi tradicionalmente apontada pela historiografia como região onde a escravidão teria sido caracterizada como “peculiar” e “insignificante”, e cujo inexpressivo contingente escravo teria facilitado uma relação mais “benigna” e “humana” entre senhores e cativos.⁵

Apesar de ter estado presente desde o início do processo de povoamento do Planalto Serrano⁶, é notável a ausência do trabalhador negro nos livros que buscam remontar a história da região. Licurgo Costa, conceituado historiador lageano, atribuiu a Lages um reduzido emprego do escravo negro ao fato de este não apresentar “entusiasmo” no trabalho do gado, principal atividade produtiva da região, embora tenha reconhecido que com o decorrer do tempo um grande número de escravos teria se afeiçoado à vida nas fazendas de gado “dando mesmo excelentes peões”.⁷ Destaca ainda que em decorrência do baixo contingente escravo o tratamento dado aos cativos pelos fazendeiros, proprietários de quase a totalidade deles, teria sido benigna, humana e afável.⁸

O tratamento dispensado ao trabalhador negro na obra de Licurgo Costa reflete a imagem construída sobre a escravidão no Estado pelos principais autores que interpretaram sua história. O exemplo clássico é a “*História de Santa Catarina*” de

⁵ PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis, SC: Garapuvu, 1999; CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987.

⁶ Licurgo Costa afirma que as famílias que acompanharam Correia Pinto na fundação de Lages trouxeram consigo seus respectivos escravos. Embora não se tenha um levantamento oficial, Costa estima que teriam vindo para Lages, entre 1766 a 1770, 50 escravos aproximadamente. COSTA, L. “O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme”. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 178. Zélia de Andrade Lemos, por sua vez, deduz que “a escravidão no Planalto foi relativamente pouca, porque, quando saiu o decreto proibindo o tráfico de escravo (1850), esta região estava sendo recentemente povoada; entretanto, todas as famílias possuíam pelo menos alguns escravos para o trabalho doméstico, aparecendo o maior número deles, em poder dos fazendeiros, empregados nas lides do campo”. LEMOS, Zélia de Andrade. *Curitibanos na história do Contestado*. 2 ed. Curitibanos: Impressora Frei Rogério, 1983. p. 67.

⁷ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. pp. 181-2.

Oswaldo Cabral, publicado em 1970, onde o autor, apoiado na comparação do quadro populacional da província catarinense com o das grandes províncias agro-exportadoras, explorou o fato de que a população negra em Santa Catarina nunca ter chegado a superar o número de habitantes brancos para atribuir um insignificante aproveitamento do braço escravo na província.⁹

De acordo com Patrícia Freitas, em dissertação sobre o negro na historiografia catarinense com ênfase nas obras de Oswaldo Cabral e Walter Piazza: “Os autores sempre destacaram o número de escravos para mostrá-los como pequeno percentual. A preocupação de vincular a escravidão em Santa Catarina ao número foi tanta que pode ser considerada uma tradição, a ponto de designá-la teoria, a teoria da insignificância”.¹⁰

Patrícia Freitas ainda destaca nos textos de Cabral e Piazza evidências da influência da teoria do branqueamento difundida nas obras de Oliveira Viana e Nina Rodrigues, mesclada com a teoria de “democracia racial” de Gilberto Freire.¹¹ Segundo a autora, nesses textos, impregnados por um preconceito racial implícito, Santa Catarina é idealizada como uma sociedade ausente de discriminação racial e social, justamente por ter sido supostamente formada por uma maioria branca de origem européia.

Este contexto também se reflete em obras recentes, como o trabalho de Maria Luiza Renaux Hering, “Colonização e industrialização do Vale do Itajaí”.¹² Dividindo a história catarinense em duas fases distintas, antes e depois da colonização alemã, a autora contrasta a imagem do branco europeu colonizador, heróico e civilizador, com o atraso econômico e social da província até a primeira metade do século XIX. Distingue, dessa forma, o modelo de desenvolvimento catarinense do sistema colonial brasileiro, característico de “outras partes do país”, baseado exclusivamente na exploração predatória da terra e do trabalho escravo. As atividades desempenhadas na província catarinense antes da inserção do imigrante não teriam apresentado grande significado para a economia local, pois, segundo a autora, a agricultura não havia se desenvolvido devido à indisposição do açoriano com o trabalho na terra; as armações de pesca da baleia na região litorânea,

⁸ Idem. p. 189.

⁹ CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. p. 167.

¹⁰ FREITAS, P. *Margem da palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, SC: UFSC, 1997. p. 51.

¹¹ Idem. p. 51.

empregando basicamente escravos, apresentariam pouca influência na evolução econômica da capitania por ser monopólio da metrópole e o tropeirismo na região serrana não teria alcançado o mesmo significado na economia catarinense que teve na do Rio Grande do Sul.¹³

Dessa forma, ao atribuir ao imigrante alemão valores como “economia, moderação e autocontrole” para justificar o desenvolvimento da industrialização e da economia da região do Vale do Itajaí, a autora se apropria de um “projeto de nacionalidade” que reproduz a imagem de Santa Catarina vinculada a um estado de ascendência alemã, símbolo de progresso e pureza racial.¹⁴

Estes trabalhos têm como base a leitura acrítica de algumas fontes oficiais que parecem comprovar essas tendências, conforme se observa nas Fallas e Relatórios do Presidente da Província de Santa Catarina, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea, como neste exemplo de 1840: “Não pode deixar de se concluir **attentos os tempos que tem decorrido**, que existe nesta província mais alguma moralidade do que em muitas das outras, e **como o maior número de seus habitantes he de raça branca**, também se pode tirar alguma conclusão favorável a esta raça sobre as de cor”. [grifo nosso]¹⁵

Ao relatar um baixo índice de criminalidade em Santa Catarina com destaque para a desproporção numérica entre o contingente livre e o escravo¹⁶ naqueles “tempos que

¹² HERING, Maria R. *Colonização e industrialização no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Ed. da FURB, 1987.

¹³ FREITAS, P. *Margem da palavra, silêncio do número*. pp. 28-30.

¹⁴ “Foram as colônias alemãs, porém, as primeiras que se desenvolveram economicamente, no sentido de ultrapassarem o estágio meramente agrícola da exploração econômica e chegarem à industrialização. Essa originalidade das colônias alemãs, o sucesso de sua economia, projetada principalmente pela indústria, **teria levado a se identificar o Estado de Santa Catarina como de ascendência alemã**”. [grifo nosso] Idem. p 31.

¹⁵ SANTA CATARINA. Relatórios de Presidente de Província. Discurso pronunciado pelo presidente da Província de Santa Catarina, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea, na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Cidade do Desterro, Typografia Provincial, 1840. Embora Oswaldo Cabral não tenha referenciado as fontes em que se baseou grande parte das suas conclusões, observa-se pela utilização de dados e estatísticas sobre a população o provável manuseio dos relatórios de Presidente de Província. Walter Piazza e Maria Luiza Hering chegam a citar algumas falas presentes nesses relatórios como forma de confirmar seus argumentos. CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*; HERING, Maria R. *Colonização e industrialização no Vale do Itajaí*; PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*.

¹⁶ De acordo com o relatório de 1842, de uma população total de 67.218, 12.580 (18,71%) eram escravos. SANTA CATARINA. Relatórios de Presidente de Província Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea na sessão ordinária do ano de 1842 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Cidade do Desterro, Typografia Provincial, 1842.

tem decorrido”, o Presidente da Província buscava apresentar uma pretensa harmonia social em Santa Catarina em um período conturbado pelo medo de levantes escravo em várias partes do Brasil.

A ameaça não era fantasiosa, mas esteve certamente informada por experiências do gênero em outros lugares do país. Quando, em 1840, Soares D’Andrea pronunciou o discurso acima reproduzido, por exemplo, a província do Rio Grande do Sul estava em volta dos problemas ocasionados pela guerra de Farrapos, que iniciada em 1835 se arrastava até meados da década de 40. Arregimentando considerável contingente negro em suas fileiras, os farrapos armaram seus escravos com estacas, facas e foices, causando grande temor nos fazendeiros e estancieiros fiéis à coroa.

No nordeste, a província baiana tinha enfrentado, desde 1807 até 1835, diversas ameaças e tentativas de insurreições e levantes de escravos em seu território. Em 1824, os escravos do engenho de Santana, após se sentirem traídos pelo não cumprimento das reivindicações acordadas com o fim da revolta de 1790, desafiaram novamente as autoridades locais e provinciais ao assumirem o controle do engenho por quatro anos. Em 1835, o levante dos *Malês*, detalhadamente organizado pelos haussás e nagôs, deixou a sociedade assustada por envolver não apenas escravos, mas também libertos.¹⁷

A região sudeste também não ficou livre de uma ameaça negra. Com a ascensão da produção cafeeira no Vale do Paraíba, aumentou-se o número de fazendas povoadas por uma crescente população negra. Até mesmo a proibição do tráfico negreiro atlântico, em 1831, não foi capaz de diminuir a inserção de novos escravos, trazidos por uma rede de contrabando ilegal de almas¹⁸, contribuindo para o aumento do medo de uma grande revolta negra no Brasil.

De acordo com Beatriz Mamigonian, diversos debates políticos em torno do projeto que resultou da lei de 7 de novembro de 1831, alertavam para o perigo iminente do cumprimento do artigo 1º, que estipulava a liberdade de todo escravo importado

¹⁷ REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.

¹⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização do Brasileira, 1978. RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT, 2000. BORGES, Nilsen C. Oliveira Borges. *O contrabando de almas: tráfico ilegal de escravos no Vale do Paraíba Paulista (1820-1860)*. Monografia (Graduação), 1999. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2000.

ilegalmente para Brasil.¹⁹ Se, por um lado, o seu cumprimento ameaçava o direito de propriedade dos senhores, além de inserir na sociedade um contingente de negros livres estrangeiros aos costumes e às leis brasileiras, por outro lado, o não cumprimento poderia suscitar a revolta nos escravos que se achassem no gozo deste direito. Além do mais, temia-se ainda que, ao dar liberdade aos africanos importados ilegalmente, os demais escravos resolvessem se rebelar contra seus senhores.

De acordo com Maria Helena Machado, ao analisar a relação de senhores e escravos nas áreas cafeeiras da província de São Paulo no século XIX “[...] o sistema de exploração do trabalho com seus ritmos alternativos e as margens da autonomia escrava estiveram fortemente entrelaçados, levando para o dia-a-dia das fazendas os mais ferozes conflitos entre escravos e seus senhores”.²⁰

Concomitante à situação de medo no campo, os centros urbanos tornavam-se, gradativamente, panelas de pressão prestes explodir. Assim, no Rio de Janeiro, o movimento constante de entrada e saída dos portos e estradas despejava regularmente um excedente negro de diversas proveniências e condições (escravos comercializados, homens livres e libertos, e mesmo escravos fugidos).²¹ Dominando as ruas, casas e praças, com barulho e distúrbios, estes eram vistos como uma “estrangeirada” sem vínculo com os costumes e com as leis locais, sendo constantemente vigiados por uma sociedade urbana que os tratava com desconfiança e temor. Com efeito, era comum os comerciantes negreiros evitarem a compra de escravos de etnias postuladas como violentas e perigosas, assim como também as que pudessem ser associadas à revolta da Bahia.²²

Neste contexto, o Relatório do Presidente de Província expressava a tentativa de mostrar que a situação de Santa Catarina a diferenciava das demais províncias. Considerando, neste período, a difusão da política de colonização do Império, acreditamos que, ao apresentar com cores mais suaves os índices de criminalidade da província, esta pudesse trazer algum atrativo para a inserção de mão-de-obra imigrante, haja vista que os

¹⁹ MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. *O direito de ser africano livre: a luta dos escravos pela aplicação da lei de 1831*. IN: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli (orgs.). *Direito e justiça: histórias plurais*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP. (no prelo)

²⁰ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994. p. 22.

²¹ KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

²² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*.

discursos voltados para a transição da mão-de-obra escrava para a livre já estavam bem difundidos em Santa Catarina na década de 1830, conforme se observa na fala abaixo citada de 1836:

A natureza, entre os dons que foi pródiga com este país abençoado favoreceu com hum clima, além de benigno, próprio para quasi todas as produções de ambos hemispherios. A população, porém não he proporcionada a extensão do território: **faltão-nos braços que fação valer este torrão precioso. [...] Estes braços, estes auxílios só nos podem vir da Europa**, onde a população superabunda [...] cumpre pois que por meio da colonização chamemos ao nosso Paiz **homens com braços livres esses inertes e aviltados pelos ferros da escravidão que nos fornecia o abominavel tráfico de carne humana.**²³ [grifo nosso]

Na formação de uma nação recém-independente que aspirava ao progresso, diversos intelectuais, políticos e cientistas usaram dos meios de comunicação e palcos políticos para expor o ideário de um povo soberanamente civilizado²⁴. Assim, o negro foi constantemente apontado como prejudicial à sociedade, pois, segundo aqueles, além de ser de sua natureza o crime e a imoralidade, os escravos teriam herdado do cativo os costumes, as tradições e os hábitos impróprios para a convivência social, o que poderia corromper o projeto de progresso desejado para o país.²⁵

Ora, nesse contexto seria possível deduzir nas falas acima reproduzidas, a intenção explícita de apresentar a província catarinense como local ideal para a fixação de colônias imigrantes, por apresentar um baixo índice de criminalidade e imoralidade, um reduzido contingente escravo e terras incultas e despovoadas na província.

Segundo Ilka Boaventura Leite, em artigo em que propõe revisar a presença negra na historiografia e na história no sul do Brasil, o discurso de “branqueamento”, amplamente discutido no final do século XIX e início do XX, refletiu-se conseqüentemente na literatura científica. Dessa forma, diversos autores que buscaram na história de Santa Catarina a construção de argumentos que comprovassem o sucesso deste projeto, **minimizaram propositadamente a participação do negro no desenvolvimento**

²³ SANTA CATARINA. Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti na abertura da 2.a sessão da 1.a Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Colonização e catequese. Desterro, Typografia Provincial, 1836.

²⁴ LEITE, Ilka Boaventura. *Descendentes de africanos em Santa Catarina* IN: *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996. p. 39.

econômico catarinense, omitindo as influências que este exerceu sobre a cultura e a sociedade.²⁶

Abordando alguns pontos levantados por Leite, Paulino Cardoso de Jesus e Claudia Mortari buscaram participar do debate sobre a invisibilidade histórica do negro, através da identificação de espaços ocupados por este na sociedade catarinense. No artigo “Territórios negros em Florianópolis no século XIX”, a reconstituição do cotidiano da população afro-descendente em Desterro enfatiza suas experiências de solidariedade e resistência em torno da fundação das irmandades de “Nossa Senhora do Rosário” e “São Benedito dos Homens Pretos”. Frequentadas tanto por livres e libertos quanto por escravos, como espaços de expressão cultural e religiosa, essas associações desempenharam “um papel importante na vida destes grupos, pois representavam um território onde poderiam se encontrar, se relacionar, recriar tradições culturais.”²⁷

Ainda neste sentido, destaca-se o trabalho empreendido pelos pesquisadores Marlon Salomom e André Voigt sobre a presença negra na colônia de Blumenau. Contestando a crença de uma suposta inexistência da utilização do trabalho escravo nas primeiras colônias alemãs do estado, apontam indícios sobre a presença escrava em Blumenau no período inicial de sua implantação. Segundo os autores, o fundador Herman Blumenau teria admitido, em correspondência particular com seu sócio e financiador J. J. Sturz, a compra de cinco escravos. Assim, em carta remetida em 1846, Herman Blumenau recomendava a seu sócio que deixasse de lado as idéias abolicionistas e a proibição da compra de escravo na colônia, por considerar que assim só conseguiria acumular inimigos, colocando-o em perigo. Finalizaria a carta afirmando que a escravidão já estava com seus dias contados, e que a população escrava se extinguiria naturalmente, com ou sem a proibição por parte deles.²⁸

²⁵ AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onde negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁶ LEITE, Ilka Boaventura. *Descendentes de africanos em Santa Catarina*.

²⁷ MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. *Territórios negros em Florianópolis no século XIX*

²⁸ SALOMON, Marlon Jaison; VOIGT, André. *Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí*.

Província periférica, sociedade escravista

Os argumentos apresentados, tanto por Cabral e Piazza como pelos demais autores que os seguiram, para justificar a falta de uma presença negra significativa em Santa Catarina, baseavam-se nos seguintes pontos: Até a segunda metade do século XIX teria predominado na província uma economia periférica baseada nas atividades de subsistência, onde a ausência de uma produção voltada para a exportação teria impossibilitado a concentração de recursos necessários para investimento em posse escrava²⁹. Por outro lado, os “poucos” cativos catarinenses se encontravam predominantemente engajados em atividades domésticas e correlatas e, esporadicamente, desempenhando poucas funções nas demais atividades produtivas.³⁰ Esse contraste com os grandes centros agro-exportadores e de mineração, tornaria a posse escrava antieconômica, fazendo que a província perdesse grande parte de sua mão-de-obra cativa com a intensificação do tráfico interprovincial pós-1850.³¹

Por fim, outro ponto central desta interpretação consiste na ênfase de um caráter mais ameno e singular da escravidão na região. Com uma aproximação maior entre o cativo e seu senhor, dadas as características de pequenos plantéis, o escravo receberia um tratamento mais ameno, sendo duramente castigado apenas em casos extremos. Essa relação paternalista faria que, mesmo tendo a oportunidade de alforria, o escravo preferisse continuar sob a proteção de seus senhor, continuando a trabalhar para o mesmo até sem

²⁹ “No sul não ocorreu o estabelecimento de grandes fazendas destinadas à produção de matérias primas para o mercado europeu, como, por exemplo, aconteceu com o açúcar no nordeste açucareiro. **Não havendo uma economia destinada a atender o mercado europeu, não surgiu também nenhum grande mercado de escravos.**” SANTOS, S. C. “*Nova história de Santa Catarina.*” 3 ed. Versão ampliada. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 1995. p. 45.[grifo nosso]

³⁰ “O elemento escravo em Santa Catarina não teve, como em outras regiões do país, largo emprego nas fainas agrícolas, só muito raramente, aqui nelas empregado. [...] Como empregados domésticos e das casas de negócio e de seus senhores se ocupava a maioria – carregadores, estivadores, jornaleiros, serventes, encarregados da limpeza das casas, lavadores de vidros e de casas, vendedores ambulantes, operários de várias classes, como pedreiros, carpinteiros, pintores, etc. As mulheres eram, na quase totalidade, domésticas, empregando-se, como doceiras, engomadeiras, amas, etc.” CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina.* p. 167. Ver ainda: PIAZZA, W. A escravidão negra numa província periférica. p. 16; COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens.* pp. 181-2.

³¹ “A Província de Santa Catarina possuía pequeno número de propriedades agrícolas de grande extensão, onde o braço escravo era utilizado nas atividades de produção, o que de certo modo, estimula o processo de ‘recompra’ de escravos para as áreas do país de economia de exportação desenvolvendo-se, então, um

remuneração.³²

Dessa forma, dada as características apontadas, segundo estes autores, a província seria caracterizada não como uma sociedade escravista, mas como uma sociedade que, ocasionalmente, possuía poucos escravos.

Em uma perspectiva muito distinta encontra-se “*Cor e mobilidade social em Florianópolis*”, dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. Considerado um marco referencial na historiografia da escravidão em Santa Catarina, este estudo inovou ao buscar o entendimento de como a mão-de-obra escrava foi aproveitada nas atividades produtivas de Santa Catarina.³³ Com o objetivo de conhecer melhor a situação do negro na sociedade catarinense na década de 1950 para estabelecer um contraponto com a concepção freyriana de “democracia racial”, a primeira parte do livro traz um levantamento historiográfico desenvolvido por Cardoso sobre a escravidão em Nossa Senhora do Desterro, enquanto a segunda parte, desenvolvida por Ianni, trata de uma pesquisa de campo sobre a situação do negro na sociedade local contemporânea ao estudo.³⁴

Inserido no contexto de uma escola sociológica crítica, interessada em compreender a sociedade brasileira através da análise das estruturas econômicas e de seus instrumentos de exclusão social, Cardoso busca compreender a presença negra na sociedade catarinense através das diversas situações de contato inter-racial, organização social e do trabalho, especificidade do sistema escravista, entre outros pontos.

Embora afirme que a utilização do escravo em Santa Catarina não se justificava economicamente, impondo assim um reduzido contingente cativo na província, Cardoso reconhece que a exploração do trabalho escravo esteve presente desde início do processo de ocupação e povoamento de Desterro, aparecendo tanto nas expedições de conquista como na construção e defesa dos fortes. De acordo com ele, a partir de 1730, o negro passou a

comércio interprovincial de escravos.” PIAZZA, W. A escravidão negra numa província periférica. pp. 13-4

³² “Em geral [os escravos] eram bem tratados, não sendo aqui, senão excepcionalmente, castigados com vigor ou desumanidade. [...] Em geral, por morte dos senhores eram distribuídos aos seus filhos aos quais fossem mais afeiçoados, ou então libertos. Todavia como tal condição, em geral, lhes acarretaria uma situação de miséria se deixassem a casa do senhor, nelas continuavam como domésticos, mesmo sem ganho algum, salvo o alimento, a roupa escassa e o teto, sendo poucos os que iam tentar a vida fora” CABRAL, Oswaldo. *História de Santa Catarina*. p. 168.

³³ CARDOSO, F.H.; IANNI, O. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

³⁴ O livro teve uma reedição parcial em 2000, contanto apenas da parte desenvolvida por Cardoso, à qual passaremos a nos referir por conter as principais argumentações que são pertinentes para este trabalho. CARDOSO, F. H. *Negros em Florianópolis: relações econômicas e sociais*. Florianópolis, SC: Insular, 2000.

ocupar espaços cada vez maiores nesta sociedade, sendo que em 1760 substituiu completamente a mão-de-obra escrava indígena, estando presente em todos os setores da economia (pesca, agricultura, pecuária, indústria rural, comércio e artesanato urbano), ocasionando um crescimento do contingente escravo durante o século XVIII.

No entanto, Cardoso enfatiza que a caracterização de Santa Catarina como uma economia periférica em relação aos grandes centros agro-exportadores, situando o seu desenvolvimento econômico à margem da economia colonial, condicionou a participação da mão-de-obra escrava da região de acordo com os períodos de desenvolvimento e estagnação da economia local. Nessa análise, após um crescimento econômico no século XVIII que possibilitou o desenvolvimento das atividades urbanas e o aumento da população escrava na capital da província, a agricultura teria entrado em declínio na primeira metade do século XIX. Segundo ele, as principais culturas agrícolas, a mandioca e a cana-de-açúcar,³⁵ cujas produções (farinha, açúcar e aguardente) eram voltadas para o abastecimento do mercado interno, foram prejudicadas por uma série de medidas político-econômicas da administração colonial³⁶, resultando na falta de incentivos e investimentos à infra-estrutura e técnicas agrícolas. Com uma produção comprometida pela baixa qualidade e deficiência de distribuição, sua exportação seria favorável apenas quando havia escassez nos grandes centros consumidores da colônia e do Império, provocada por alguns distúrbios ocasionais nos centros produtores mais importantes.

Essa oscilação do mercado, porém, não teria alterado o quadro de aproveitamento da mão-de-obra escrava, sendo que o setor agrícola da economia absorveria a maior parte da escravaria empregada na capital³⁷. Da mesma forma observa, no século XIX, o emprego de escravos na criação de gado no Planalto Serrano, onde destaca a dependência dessa atividade do trabalho escravo.³⁸

³⁵ “O trigo, o linho e o algodão também foram cultivados no século XVIII com algum sucesso, tendo havido uma pequena manufatura caseira dessas duas fibras. Mas, a produção decaiu logo e, na ilha, o cultivo dessas sementes não produziu riqueza considerável”. Idem. p. 65.

³⁶ De acordo com Cardoso, uma série de medidas políticas nocivas à produção agrícola, motivadas por um conjunto de interesses, pressões e determinações, definidas como “estatuto colonial”, provocaram uma desorganização econômica impossibilitando as condições necessárias para que Santa Catarina pudesse se enquadrar em uma economia propriamente colonial, capaz de disputar o mercado exportador. “Em conjunto os efeitos negativos dessas medidas eram maiores em Santa Catarina por causa da falta de vitalidade de sua economia dentro do sistema colonial”. Idem. pp. 76-8.

³⁷ Idem. pp. 66-7

³⁸ Cardoso atribui a Lages um importante papel na economia catarinense. No entanto, a região dos Campos de Lages só passou a representar algum significado para a economia da província a partir de 1820, quando

No entanto, em publicação recente intitulada “A escravidão negra numa província periférica”, Walter Piazza reforçou a questão da irrelevância do trabalho escravo em Santa Catarina. Traçando um panorama impressionista através da reprodução factual de alguns dados estatísticos, o autor pauta a escravidão catarinense pela do eixo sudeste-nordeste e busca daí a confirmação de uma escravidão branda e de pouca influência na economia e na sociedade na região. Santa Catarina do período colonial e imperial é caracterizada pelo autor como uma economia periférica, que não teria apresentado um desenvolvimento econômico que possibilitasse disputar a demanda do braço escravo com as regiões agro-exportadoras.³⁹

Ao discutir especificamente a escravidão em Lages, Piazza destaca a falta de trabalhos e estudos específicos sobre as condições da escravidão negra na localidade, propondo-se, mesmo com “dados fragmentários, mostrar como se desenvolveu aquele regime de trabalho na região em foco”. No entanto, embora enfatize a utilização de novas metodologias e o emprego de fontes anteriormente desconsideradas pela historiografia (como registros de batismo e óbito de escravos, escrituras de compra e venda, entre outras) insiste na utilização dos dados levantados nos referidos documentos tão somente para destacar o número limitado destes trabalhadores em relação à propriedade fundiária de pecuária extensiva. Não busca o entendimento do significado da estrutura da posse escrava nas relações sociais e de produção, assim como também não demonstra como esta estrutura estava articulada, no contexto mais amplo, com a de outras localidades voltadas para o mesmo tipo de atividade econômica. No ponto em que aborda o processo de abolição da escravidão, utiliza-se das seguidas leis que visavam à abolição gradual no país na segunda metade do século XIX para sugerir uma característica particular a Lages, a pretensa vocação lageana de “humanidade e bondade” com seus escravos, retirando todo o contexto político e social que caracterizou o fim da escravidão no Brasil. E “tem-se, desta forma, uma avaliação da escravidão nos ‘campos de Lages’”.⁴⁰

passou a pertencer o seu quadro administrativo. Analisando os dados sobre a população da província na década de 1810 a 1860, destacando os municípios de São José, São Francisco, Laguna, São Miguel, Porto Belo, Lages, além de Desterro, o autor enfatiza que foi na capital que o número de escravos foi maior e mais constante que nos demais município até 1872. São Francisco e Laguna apresentariam uma maior população de “cor” por contar com um número maior de libertos. Idem. p. 131

³⁹ PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. pp. 17-8

⁴⁰ Idem. pp. 109-20.

Tais abordagens presentes nas obras acima descritas acerca da escravidão e economia catarinense refletem a tendência da historiografia brasileira de considerar, até recentemente, a produção voltada para o mercado interno de abastecimento no Brasil colonial e imperial limitada pela dependência econômica da variação do mercado externo.

Abordando esta produção interna sempre em oposição à produção voltada para o mercado exterior, diversos autores enfatizam o contraste do tamanho médio de seus plantéis com o dos grandes plantéis escravistas no eixo econômico café-açúcar. Dessa forma, justifica-se a pretensa irrelevância do emprego de mão-de-obra escrava em regiões voltadas ao mercado interno.

João Luiz Fragoso, abordando os modelos explicativos da economia colonial nas obras clássicas de Caio Prado Júnior, Jacob Gorender e Celso Furtado, entre outros, aponta como conclusão comum nestes autores a concepção de uma incompatibilidade da economia colonial com um mercado interno significativo. Assim, de acordo com Fragoso, para esses autores a economia colonial se resumiria nas unidades voltadas para a exportação, condenando o mercado interno à irrelevância. Assim, as condições suficientes para a sustentação da *plantation* dependeriam da produção de produtos básicos na própria unidade ou ao seu redor, através de uma “economia natural”, ou então através da importação metropolitana.⁴¹

Destacando a interpretação de Celso Furtado sobre a formação de um mercado interno voltado ao abastecimento da empresa agroexportadora, Fragoso define a argumentação deste autor da seguinte forma:

[...] apesar de ser uma empresa especializada, a agroexportação não teria gerado um mercado interno significativo e nem, portanto, setores produtivos coloniais ligados a seu abastecimento. A exemplo de Caio Prado Júnior, Celso Furtado afirma que **a grande exceção seria dada à pecuária (abastecimento de carne e de animais de tiro), atividade que voltada para o mercado interno, teria um grande desenvolvimento no interior da economia colonial.** [grifo nosso]⁴²

Há alguns pontos que gostaríamos de desdobrar nesta referência de Fragoso à interpretação de Celso Furtado sobre o mercado interno e a participação da pecuária na rede

⁴¹ FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* 2 ed. Rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.p. 100.

⁴² Idem. pp. 63-4.

de abastecimento.

De acordo com Furtado, a expansão da lavoura canavieira no litoral nordestino, privilegiando a especialização da indústria açucareira, tornaria impraticável a manutenção de rebanhos de gado dentro das unidades produtivas. Assim, como forma de garantir o abastecimento de animais necessário para o seu funcionamento, separou-se a atividade criatória da atividade açucareira, dando lugar a uma economia dependente na própria região nordestina.⁴³

No entanto, segundo o autor, dadas as características específicas da atividade criatória, radicalmente diferenciadas das da unidade açucareira, mas ao mesmo tempo induzida por ela, a economia criatória no nordeste teria apresentando uma rentabilidade relativamente baixa, ao menos em sua etapa inicial. Não excedendo a 5% do valor da exportação do açúcar, a renda obtida pela exportação de couros no século XVIII, após a expansão da estâncias gaúchas, não seria superior a cem mil libras. Contudo, a expansão dessa atividade no nordeste estava condicionada não à rentabilidade que esta poderia gerar, mas à facilidade no acesso da terra e à possibilidade de inserção de colonos neste empreendimento mesmo não possuindo capital inicial.⁴⁴

Por outro lado, Furtado destaca que ainda no século XVIII, a expansão da atividade mineiradora comandou um extraordinário desenvolvimento da atividade criatória no sul do país. Voltada para o abastecimento da região das minas, a expansão da pecuária sulista não teria encontrado os obstáculos presentes nas fazendas nordestinas com a decadência da produção açucareira na região.

Se considerar em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade. Destarte, os benefícios que dela se irradiam para toda a região criatória do sul são substancialmente maiores que os que recebeu o sertão nordestino. A região rio-grandense onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira.⁴⁵

⁴³ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. p. 57-8.

⁴⁴ “Aquele que não dispunha de recursos para iniciar por conta própria a criação tinha possibilidade de efetuar a acumulação inicial trabalhando numa fazenda de criação de gado. A semelhança do sistema de povoamento que se desenvolveu nas colônias inglesas e francesas, o homem que trabalhava na fazenda de criação durante um certo número de anos (quatro ou cinco) tinha direito a uma participação (uma cria em quatro) no rebanho em formação, podendo assim iniciar criação por conta própria”. Idem p. 59.

⁴⁵ Idem. p. 77.

No entanto, a despeito da pecuária ser considerada a grande exceção do mercado interno, Furtado atribui grande parte do sucesso deste empreendimento ao fato de não empregarem a mão-de-obra escrava. Não exigindo um grande nível de especialização e necessitando apenas de uma mão-de-obra reduzida (um vaqueiro para cada 250 cabeças de gado), a atividade criatória empregaria principalmente o trabalho do camponeses pobres e do indígena, que teria se adaptado facilmente neste tipo de trabalho.⁴⁶

Estes argumentos viriam complementar as conclusões de Caio Prado Júnior. Comparando as estâncias gaúchas com as fazendas de criação do nordeste, Caio Prado destacou a falta de nível técnico e especialização. Assim, necessitando de pouca mão-de-obra, o trabalho de uma estância, segundo o autor, exigiria uma média de seis pessoas para cada lote de 4 a 5.000 cabeças de gado (capataz e peões). Empregando muito raramente escravos, este pessoal era majoritariamente formado por índios e mestiços assalariados que transitavam entre as fazendas quando havia algum serviço a ser feito.⁴⁷

Tanto Caio Prado Júnior quanto Celso Furtado apoiavam a idéia da incompatibilidade do uso conjunto do trabalho escravo com o livre. Para Furtado, a sociedade estava dividida entre dois pólos, senhores e escravos.⁴⁸ Todos aqueles que não estavam ali incluídos eram classificados na categoria camponesa (pequenos roceiros, sitiantes e peões). Dispersos e engajados em atividades de subsistência, essa massa de trabalhadores rurais (caboclos) ocupava-se da pecuária e da agricultura de técnica rudimentar, sempre submetidos aos grandes proprietários de terras. Por outro lado, as áreas urbanas haviam acumulado uma massa de homens livres que não encontravam ocupação permanente. Tais fatores contribuiriam para a dificuldade de se recrutar este tipo de mão-de-obra⁴⁹ Esta pretensa indisposição do uso conjunto da mão-de-obra livre e escrava iria se acentuar, de acordo com os autores, na crise do abastecimento de mão-de-obra escrava pós 1850.

Essa escassez de trabalhadores foi uma característica geral da sociedade brasileira

⁴⁶ Idem. p. 58-9.

⁴⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. p. 98.

⁴⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. p 121-3. PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. pp. 169-70.

⁴⁹ Idem. pp. 121-3.

enquanto a escravaria existiu, **já que o trabalho escravo repelia o trabalho livre**, tanto o nacional quanto o estrangeiro, criando exigências quase constantes dos fazendeiros de auxílio por parte do Governo na aquisição de novos e poucos dispendiosos trabalhadores.[grifo nosso]⁵⁰

Considerando a mão-de-obra livre nacional imprópria para a aplicação da disciplina do trabalho agrícola e as condições da vida nas grandes fazendas, dadas as características sociais e culturais, a solução apurada por estes autores teria sido, de um lado a intensificação do tráfico inter e intraprovincial de escravos para as regiões cafeeiras e, por outro, a importação da mão-de-obra européia para as províncias “não escravistas”.

Segundo Silvia Hunold Lara, por muito tempo predominou uma tradição historiográfica de tratar a inserção do imigrante europeu no Brasil como parte de um projeto de “substituição” ou “transição” do trabalhador escravo para o livre. Dessa forma, “ao explicarem as estratégias seguidas em outros lugares a partir da ‘ausência’ ou ‘negação’ da imigração, reafirmariam seu princípio e, até mesmo, a tese de que, onde houvesse imigração, ‘naturalmente’ o escravo teria sido substituído pelo recém-chegado, em detrimento dos ‘nacionais’”.⁵¹

Estudos recentes baseados na análise sistemática da estrutura da posse escrava e nos padrões de propriedade nas regiões da Bahia, Minas Gerais e São Paulo, têm questionado e problematizado os paradigmas interpretativos clássicos, redimensionando os estudos sobre o sistema escravista brasileiro através da compreensão da presença negra na análise de situações específicas (grau de dependência na mão-de-obra escrava, a importância e relevância dos pequenos e médios plantéis e o entrelaçamento entre o trabalho escravo e a livre).⁵² Redefinindo questões como o papel do mercado interno na difusão e manutenção da economia agro-exportadora e do sistema escravista no Brasil, esta nova historiografia tem demonstrado o dinamismo e a integração deste setor antes visto

⁵⁰ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. p. 35.

⁵¹ LARA, Silvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. IN: Projeto História. São Paulo, (16) fev. 1998. p. 29.

⁵² Para um maior conhecimento sobre este tema, vide entre outros: CASTRO, Hebe Maria de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*; ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)*. IN: Novos Estudos CEBRAP, 21 (1988). Pp. 30-56; SLENES, Robert. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*. IN: DIAS, Maria Odila da Silva (org.) *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993; FRAGOSO, J. L. *Economia brasileira no século XIX*.

como “periférico” à economia nacional.

Neste contexto insere-se o trabalho desenvolvido por Bert Barickman em relação à importância da lavoura da mandioca no Recôncavo baiano no séculos XVIII e XIX. Contrapondo a visão tradicional de que o abastecimento de gêneros para o funcionamento de uma indústria açucareira seria baseado na produção interna e importação aos engenhos e lavouras de açúcar, Barickman mostra que a produção de farinha na *plantation* não era suficiente e revela um complexo mercado regional de farinha composto por pequenos e médios produtores.

A existência de um mercado rural no Recôncavo para a farinha e outros mantimentos essenciais indica o alto grau de especialização que caracterizava os engenhos baianos no final do século XVIII e na primeira metade dos oitocentos. Estritamente ligados a uma economia mundial emergente, os senhores de engenho e também os lavradores de cana tendiam a concentrar todos os seus recursos no cultivo da cana e no fabrico de açúcar e seus subprodutos. Passavam, como consequência, a depender do mercado interno para assegurar a reprodução diária dos plantéis de escravos que trabalhavam em suas propriedades.⁵³

Dessa forma, abordando questões cruciais na revisão historiográfica, Barickman enfatiza a importância e o significado do mercado interno nas estratégias utilizadas pelos senhores de engenho na reprodução diária da mão-de-obra escrava. Essa produção da farinha também era estruturada sobre o trabalho escravo, além da mão-de-obra livre, e realizada tanto nas “roças de escravos”, onde o cativo tinha autonomia na venda do produto, quanto nas fazendas e sítios escravistas compostos por plantéis médios de até cinco escravos.⁵⁴

Alcir Lenharo, por sua vez, em “Tropas da moderação”, aborda a participação do sul de Minas Gerais no desenvolvimento da atividade pecuarista no mercado interno, na política de integração do centro-sul. Identificando esta região como o principal núcleo abastecedor do mercado fluminense na primeira metade do século XIX, Lenharo aponta uma expressiva movimentação social e política de criadores e negociantes que, pelo volume de seus negócios, alcançaram projeção política e social.

Ao contrário do apontado por Caio Prado Júnior e Celso Furtado, Lenharo destaca a ampla participação da mão-de-obra escrava nesta atividade, utilizada nas tropas

⁵³ BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano*. pp. 126 e 307.

de gado, ao lado da mão-de-obra doméstica (filhos e parentes agregados) e camaradas. Dessa forma, aponta para a formação de grandes propriedades escravistas, em Minas, voltadas para o mercado de abastecimento.⁵⁵

Outro argumento nesse sentido vem de Stuart Schwartz que, contestando a imagem das Índias Ocidentais (Jamaica) e Brasil como centros de predomínio dos grandes plantéis escravistas, em relação ao sul dos Estados Unidos, sugere que a difusão da posse escrava no Brasil estava mais distribuída do que se imaginava.⁵⁶ Para tanto, parte do recorte de dez paróquias localizadas na região do Recôncavo Baiano no final do século XVIII e início do XIX, cujas economias giravam em torno da cultura mista de subsistência e de exportação. Ao compreender a distribuição da propriedade escrava na Bahia como resultante dos padrões de utilização da terra na região, Schwartz pontifica a análise da posse escrava através do tipo de atividade (açúcar, mandioca, tabaco, pecuária, entre outras), concentração de riqueza em escravos, características dos proprietários (idade, sexo, atividade desempenhada), tipos de aproveitamento de mão-de-obra escrava, número de unidades familiares que possuíam escravos, etc. Sua principal constatação é a importância dos pequenos e médios escravistas que, embora empregando investimentos individuais proporcionalmente menores do que os grandes escravistas constituíam a maioria da classe senhorial, chegando a controlar uma parcela substancial de cativos.⁵⁷

A respeito do papel de Santa Catarina no mercado de abastecimento no século XIX, alguns autores, como Alcir Lenharo e João Luiz Fragoso, têm apontado a região como fornecedora de milho, feijão, arroz, trigo, cebola e, principalmente, farinha de mandioca, produzidos no litoral. Embora a região não tenha sido o objeto de pesquisas destes autores, e por isso não tenham demonstrado os mecanismos de exploração da mão-de-obra escrava presentes na produção catarinense, estes estudos sugerem uma participação bem maior da região no mercado interno de abastecimento do que aquela indicada por Fernando Henrique Cardoso. É o caso de Alcir Lenharo, que dividindo o conjunto de abastecimento do

⁵⁴ Idem. pp. 126 e 258-60.

⁵⁵ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. pp. 80-1.

⁵⁶ SCHWARTZ, B. Stuart. *Padrões de propriedade de escravos nas Américas*.

⁵⁷ Idem. p. 286. Conclusões semelhantes já haviam sido obtidas por Francisco Vidal Luna e Iraci Del Nero da Costa para Minas Gerais na segunda metade do século XVIII e São Paulo no início do Século XIX, onde identificam uma elevada porcentagem de pequenos proprietários na estrutura do sistema escravista nestas regiões. LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos*. LUNA, F. V.; Da Costa, I. D. N. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*.

mercado do Rio de Janeiro em três principais fontes, aponta a participação catarinense através dos negócios de cabotagem.⁵⁸

Embora não tenha considerado a participação da província catarinense no comércio de animais, e tenha enfatizado o setor de cabotagem como tipo de negócio subsidiário ao das grandes casas importadoras e exportadoras na Corte, não alcançando expressão política própria, esta participação catarinense apontada pelo autor nos fornece indícios para reavaliar a importância da região no mercado interno.

O debate sobre a presença negra em Santa Catarina tem mobilizado, nos últimos anos, um número cada vez mais crescente de pesquisadores. No entanto, em muitos aspectos, os primeiros trabalhos limitaram seus esforços de análise ao campo ideológico, apontando especialmente a presença negra na formação histórica do Estado, em oposição direta a Oswaldo Cabral e Walter Piazza.⁵⁹ São, neste sentido, trabalhos que buscam denunciar uma intenção implícita destes autores de minimizar a participação do negro, reproduzindo, com ou sem intenção de fazê-lo, um discurso racista pautado na imagem forjada de um passado de ascendência européia.

Contudo, atribuir apenas um preconceito institucionalizado nestes textos não é suficiente para o entendimento do funcionamento do trabalho escravo na região. Como visto, os principais elementos presentes nesta revisão bibliográfica apontam para o fato de que estes autores (Cabral e Piazza) estavam inseridos em um contexto historiográfico que considerava o sistema escravista tão somente dentro dos limites da grande “plantation” escravista. Um quadro interpretativo, portanto, que acabava confirmando aquela convicção da pouca importância da escravidão em Santa Catarina. Ora, ao conceber o mercado externo como a única força econômica importante esta abordagem historiográfica estava considerando que o empenho de força de trabalho escravo estava prioritariamente

⁵⁸ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. p. 20. Vide também, entre outros: FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura*. p. 105.

⁵⁹ Além dos trabalhos já citados no capítulo ver também PEDRO, Joana Maria e outros. *Escravidão e preconceito em Santa Catarina: história e historiografia*. IN: LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1996; MARCON, Frank Nilton. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1999; HAINSFELD, Adelar (org.). *A região em perspectivas diferentes: faces da história catarinense*. Joaçaba, SC: Edições UNOESC, 2001. PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, SC: UFSC, 2005.

concentrado nas atividades agroexportadoras. Por conseqüência, todo o emprego escravo em outras atividades era acessório e circunstancial, sendo considerado irrelevante enquanto objeto específico de estudo.

Por outro lado, quando se resgata a importância dessa economia “subsidiária” de abastecimento, dá-se conta que o emprego da mão-de-obra escrava era mais disseminado, colocando-se, conseqüentemente, novos problemas para o estudo da escravidão. Neste sentido, trabalhos mais recentes tem buscado a contraposição destes autores em suas bases teóricas, investigando as estruturas econômicas e sociais que deram sustentação ao sistema escravistas em uma região periférica a grande “*plantation*” (Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná).⁶⁰

Para este fim, os estudos empreendidos por Francisco Vidal Luna e demais pesquisadores na análise da estrutura da posse escrava contribuem para o entendimento do funcionamento do sistema escravista brasileiro através de três pontos principais: na revisão historiográfica acerca dos padrões de distribuição da propriedade escrava; no aprofundamento desse tema para o entendimento da economia escravista brasileira, tanto nas regiões exportadoras, quanto nas demais áreas do país; e no avanço quantitativo e qualitativo no conhecimento das características de escravistas e cativos no Brasil.⁶¹

Dessa forma, estes trabalhos, ao apontar novas evidências para a interpretação do funcionamento do sistema escravista no país, fornecem subsídios para aprofundar o questionamento sobre os mecanismos que geriram o trabalho escravo em Lages, haja vista que ao redefinir a relevância do mercado interno na manutenção do sistema escravista brasileiro e a importância dos pequenos e médios plantéis escravistas, sugerem que ter os escravos concentrados apenas na produção voltada para o mercado interno não minimizou a importância daquela área escravista.

⁶⁰ PICCOLO, Helga Iracema L. *O sistema escravista no Rio Grande do Sul: Os inventários como fonte para a pesquisa Histórica*. História em revista Pelotas, v. 3, (nov. 1997) pp. 7-28; OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 1999; FARINATTI, Luís Augusto. *Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX)*. História. Unissinos. Vol. 7. N 8. 2003. pp. 253-276.

⁶¹ MOTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres*. p. 68.

CAPÍTULO II

CAMPOS DE LAGES: PROCESSO DE COLONIZAÇÃO E ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

O objetivo deste capítulo é apresentar um breve histórico de Lages, vinculando a sua fundação na segunda metade do século XVIII à expansão da atividade pecuarista no Planalto Serrano. Relaciona-se, dessa forma, a atividade criatória desenvolvida na extensão do termo de Lages com a construção das características sócio-econômicas da região. Considerando o que foi visto no capítulo anterior, sobre o quadro apresentado, principalmente por Licurgo Costa e Walter Piazza, de incompatibilidade do aproveitamento do trabalho escravo em decorrência das características próprias de uma atividade pecuarista voltada ao abastecimento do mercado interno, a análise mais acurada do padrão de crescimento populacional, das formas de acesso a terra e do desenvolvimento das atividades econômicas, visa investigar o funcionamento desta sociedade não exportadora, através do conhecimento da estratificação social e das formas de produção que lhe deram identidade própria.

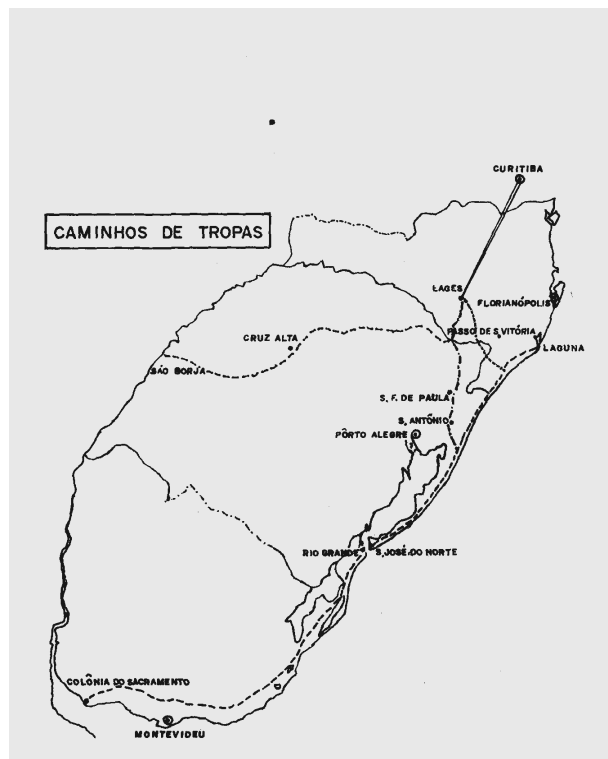
Utilizamos como material de pesquisa, juntamente com as fontes bibliográficas, um conjunto de mapas de população referentes a Lages no período de 1852 a 1864, falas de Presidente da Província, o conjunto de 150 inventários *post-mortem* (1840-65), 300 escrituras de compra e venda de imóveis registrados no cartório local, além de relatos e descrições do cotidiano da vila de Lages por viajantes estrangeiros que passaram pela região em meados do século XIX.

O processo de colonização dos campos de Lages.

O processo de colonização do Planalto Serrano teve início a partir da primeira metade do século XVIII, através da utilização do caminho aberto por Francisco de Souza Faria entre 1728 e 1730, que estabelecia uma via terrestre para o transporte do gado rio-grandense, evitando os custos do frete marítimo cobrados em Laguna. Dessa forma, fixaram-se ocasionalmente, nos locais de pouso e descanso do gado, os primeiros

moradores permanentes da localidade.¹

Figura I: Caminho das Tropas



Fonte: SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3 ed. Versão ampliada. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 1995. p. 47

Segundo Walter Piazza, a fundação de um povoado na região cumpria os seguintes aspectos: o interesse estratégico de garantir, dentro do quadro conflitante entre as coroas ibéricas na disputa territorial, uma via segura para qualquer emergência; a consolidação da abertura do “caminho dos conventos” com a instalação de várias fazendas de criação de gado; e, finalmente, a formação de um núcleo social que desafogasse o latifúndio paulista transferindo-o para o planalto serrano, baseado na exploração do trabalho de índios mansos e agregados, além dos escravos, submetidos ao regime senhorial de “braço e cutelo” do fazendeiro.²

Neste contexto, o governador da capitania de São Paulo, Morgado de Matheus,

¹ SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*. 3 ed. Versão ampliada. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 1995 p. 48.

determinou o início do processo de povoamento da região através da doação de sesmarias. Em 1771, após três tentativas frustradas, Antônio Correia Pinto de Macedo fundou o núcleo originário do povoado, que foi erigido a categoria de vila em 1774 sob a denominação de *Vila de Nossa Senhora dos Prazeres das Lages*.

Em 1820, após protestos do governo de Santa Catarina e Rio Grande do Sul sobre o direito de São Paulo na região, a vila de Lages foi oficialmente incorporada à administração catarinense, seguindo determinação da coroa portuguesa. Em 25 de maio de 1860, Lages foi elevada à categoria de cidade através do decreto n.º 500, pelo governo da Província.

De 1835 a 1845, o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram marcados pelo mais longo e um dos mais complexos movimentos revolucionários da regência e do Segundo Império: a revolta Farroupilha. Considerado por José Murilo de Carvalho como “briga de brancos” - por envolver interesses de uma elite formada por estancieiros e charqueadores sulinos - a reunião dos estados sulinos, tentada pelos Farrapos significou grave crise política e econômica para o Império brasileiro, devido à posição estratégica da província rio-grandense na rede de abastecimento do charque na economia escravista e pela unidade do país em formação³.

Com o objetivo de englobar a província de Santa Catarina no movimento rebelde, a vila de Lages foi invadida em 9 de março de 1839 pelas forças farroupilhas. Além disso, tendo sua ocupação igualmente motivada pelos interesses estratégicos na tomada da vila portuária de Laguna, os rebeldes encontraram em Lages uma pequena elite pecuarista conivente com o movimento. Em 22 de julho de 1839, as forças rebeldes lideradas por David Canabarro, saídas de Lages, somaram-se às de Giuseppe Garibaldi na tomada e conquista de Laguna, proclamando a República Juliana em Santa Catarina, que englobava a vila de Lages.⁴

Segundo Licurgo Costa, a proclamação da adesão da vila lageana, incorporando-a à República rio-grandense, garantiu a permanência da administração local.

² PIAZZA, Walter. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987. p. 109.

³ CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.

⁴ COSTA, Licurgo. *O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 782.

No dia 12 de novembro de 1839, as forças imperiais retomaram o controle de Lages, mantendo, no entanto, a mesma administração. No dia 17 de dezembro, após derrota e fuga dos rebeldes em Laguna, Lages foi novamente ocupada pelos revolucionários, sendo “liberada” definitivamente somente em fins de março de 1840.⁵ Durante o período em que a vila esteve sob a influência dos rebeldes farroupilhas, a Presidência da Província catarinense impôs, como forma de retaliação direta, um bloqueio econômico sobre o comércio lageano com prazo vigente de um ano, através de decreto de 04 de abril de 1839. Este bloqueio econômico foi novamente ratificado em 1840 quando da segunda invasão a Lages, conforme se observa na Lei provincial a que se refere o discurso do Presidente da Província naquele ano:

Tem por objecto prohibir o commercio com a villa de Lages em quanto estiver nas mãos dos rebeldes. Tem sido cumprida esta lei; e tendo eu franqueado o commercio quando a villa foi restaurada, tornei a prohibir a comunicação logo que ella tornou ao domínio da rebeldia, é só tenho consentido em que se recolhão gados de alguns proprietários, que os tenha pela varzea dos pinheiros.⁶

Infelizmente, não foi encontrado nesta pesquisa nenhum documento ou indícios que pudessem dar subsídio para calcular o impacto direto que esta proibição causou na economia da região. Licurgo Costa salienta a dificuldade de colher tais informações sobre a economia de Lages neste período, haja vista que a coleção dos livros de atas da Câmara Municipal referente a este período não está completa. Da mesma forma, os relatórios de Presidentes de Província mantiveram silêncio sobre o cotidiano da vila neste período, uma vez que a comunicação com a mesma foi cortada. Contudo, pode se observar, através da leitura dos inventários, algumas conseqüências das constantes invasões rebeldes e retomadas legalistas para os produtores locais, como roubo e apropriação de gado e escravos.⁷ Como afirma Helen Osório, “a guerra é um momento propício para arrear, roubar gado e, simultaneamente, é um momento em que seu consumo cresce muito: seja na

⁵ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*.

⁶ SANTA CATARINA. Cumprimento das Leis provinciais da sessão última. Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina, marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares D’Andrea, na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Cidade do Desterro, Typografia Provincial, 1840.

⁷ Neste sentido, observou-se na leitura de alguns inventários da comarca de Lages a menção de roubo de escravos e gados pelos rebeldes. Inventário post-mortem de Maria Angélica dos Santos. 1841-2. Cx. 40 O-07. MJTJSC.

alimentação de tropas, seja como o butim passível de ser conquistado”.⁸

A região e sua população

Compondo o Planalto Meridional, que engloba parte do Rio Grande do Sul e São Paulo com uma vegetação caracterizada pela mata de araucária entrecortada pela formação de campos naturais, a região dos “campos das Lages” compreendia um vasto território de aproximadamente 2.000 léguas quadradas (cerca de 72.000 Km²), conforme se observa no mapa abaixo:⁹

Figura II: O Planalto Catarinense



Fonte: COSTA, Licurgo. *O continente das Lages*. p. 730.

Segundo Victor Antônio Peluso Júnior, a área denominada de “campos de

⁸ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado). Niterói, RJ: UFF, 1999, p. 61.

⁹ COSTA, Licurgo. *O continente das Lages*. pp. 729-32.

Lages” é a principal das três sub-regiões que compõem o Planalto Catarinense. Este se separa da região do litoral pela muralha da Serra Geral, abrangendo áreas de características diversas, que são zonas naturais próprias da sub-região. As demais sub-regiões são o Planalto de Curitiba e o Planalto de São Joaquim. Este último planalto apresenta características climáticas diversas à de Lages, com nevascas e chuvas constantes. No entanto, também se caracterizou pela exploração da pecuária e da pequena agricultura.¹⁰

De acordo com Paulo Pinheiro Machado a fundação de Lages se originou de uma a primeira expedição de iniciativa particular e oficial, ainda na segunda metade do século XVIII, partindo dos campos de Curitiba em direção ao acampamento de Curitiba e Campos Novos. Nesse sentido, a expansão do processo de povoamento da região, de acordo com o autor, se deu através de uma segunda expedição, no início do século XIX, partindo do Rio Grande do Sul, de localidades como Santo Antônio da Patrulha, Vacaria e Passo Fundo, estendendo a ocupação por fazendas de criação, na direção de São Joaquim, Campos Novos, São José do Cerrito e dos Baguais (atual Campo Belo).¹¹

Com efeito, faziam parte do termo de Lages no século XIX as freguesias de Nossa Senhora do Patrocínio dos Baguais, São João Batista dos Campos Novos, São Joaquim do Cruzeiro da Costa da Serra e Curitiba, sendo a vila lageana o centro social, político e econômico da região. Ao longo do século XIX, boa parte destas freguesias foi sendo gradativamente desmembrada de Lages, a saber: Curitiba em 11 de julho de 1869, Campos Novos em 30 de março de 1881 e São Joaquim em 28 de agosto de 1886.¹²

Formada originalmente por fazendeiros paulistas e seus familiares, a população da região também era composta por “bugres gentios e escravizados, por escravos negros e por uma camada popular de homens livres de diversos matizes”.¹³

Em relação à presença indígena, Pinheiro Machado destaca que, desde o início do processo de povoamento, o planalto foi palco de diversas situações de conflitos e solidariedade entre as diversas tribos indígenas e os fazendeiros e posseiros, perdurando

¹⁰ PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: FCC ed./ed. da UFSC, 1991. p. 93.

¹¹ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias cablocas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 63

¹² Idem. p. 61. MARCON, F. N. *A escravidão em Lages: negros, libertos e escravos*. IN: HEINSFEELD, A. (Org.) “*A região em perspectivas diferentes: faces da história catarinense*”. Joaçaba, SC: Edições UNOESC, 2001. p. 46. COSTA, Licurgo. *O continente das Lages*. pp. 732-3

¹³ MARCON, F A *escravidão em Lages*. p. 47.

durante todo o século XIX. Neste sentido, o autor destaca três situações que ilustram a delicada relação de convivência entre as duas populações. Primeiramente, através da exploração do trabalho dos índios “administrados”; em segundo, na inserção de algumas mulheres jovens “caçadas no mato” para serem transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros, juntamente com crianças de colo, criadas longe das mães; e por último, na formação do povoado de Curitibaanos, através da incorporação de 29 bugres, provavelmente coroados “domesticados”, que teriam declarado a vontade de “viver entre os lageanos”.¹⁴ Já Frank Marcon destaca que, da “lista Geral dos Habitantes da Villa de Lages e seu Districto” em 1801, assinada por João Damasceno de Córdova, Sargento Mór Comandante, de uma população total de 715 pessoas, entre os 136 escravos, além dos cativos negros constantes foram arrolados também alguns poucos “gentios”, algumas vezes classificados como pardos, outras vezes como brancos.¹⁵

Silvio Coelho dos Santos, enfatizando a influência da característica da economia pastoril em Lages, afirma que “a população sempre foi rarefeita na região, pois a fazenda exigia uma concentração de mão-de-obra relativamente pequena”¹⁶.

Para investigar a afirmação de Santos, buscou-se montar um quadro que possibilitasse visualizar o movimento populacional da região deste os primórdios de sua fundação até a década de 1850, utilizando os dados levantados por Licurgo Costa nos censos de ordenanças da capitania de São Paulo referentes aos primeiros anos de fundação da vila, juntamente com os apontados por Machado:¹⁷

¹⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. pp. 58-9.

¹⁵ MARCON, F A *escravidão em Lages*. p. 51.

¹⁶ SANTOS, S. C. *Nova história de Santa Catarina*. p. 52.

¹⁷ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. pp.737-8. Em relação ao levantamento do quadro populacional de Lages, Licurgo contesta o trabalho realizado por Manoel Marques Guimarães, citado por Walter Piazza, para 1818, onde aponta um contingente de 12.530 almas para 3.194 fogos “[...] o que é inaceitável mesmo se nela fossem incluídos os presumíveis moradores de toda a vasta região que depois veio a ser contestada pelo Paraná. Demais, nesta estatística Lages aparece como pertencente à Santa Catarina, o que só ocorreu em 1820”.

Tabela I: Quadro populacional de Lages (1766 a 1833)

Ano	População	Observação
1766	170 habitantes	Sendo 58 indígenas e alguns pardos incluídos como livres
1777	371 habitantes	Sendo 347 livres e 181 escravos
1778	622 habitantes	Aumento populacional resultante da movimentação militar de São Paulo para o sul na guerra entre Portugal e Espanha
1789	570 habitantes	
1790	550 habitantes	
1792	685 habitantes	
1794	829 habitantes	
1833	2454 habitantes	Sendo classificados como livres, 1.214 brancos, 97 índios, 564 pardos, 422 pretos (2.207), e como escravos, 78 pardos e 182 pretos (260).
1848	6.000 habitantes	
1851	5.040 habitantes	Sendo 4.437 livres e 603 escravos

Fonte: COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. pp. 737-8. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 63.

Como forma de complementar o quadro populacional da tabela I buscou-se os Mapas de População presentes nos ofícios dos Chefes de Polícia para o Presidente da Província no período de 1854 a 1864, cujos dados estão dispostos na tabela II:

Tabela II: Distribuição da população de Lages e seu termo segundo condição social e sexo (1854 a 1864)

Ano	Brasileiro				Estrangeiros				Pretos e Pardos				Escravos				Total Geral	
	Sexo	H	M	Total	%	H	M	Total	%	H	M	Total	%	H	M	Total		%
1854		1905	1566	3471	58,7	80	51	131	2,2	779	375	1154	19,5	587	570	1157	19,6	5913
1855		2186	1670	3856	59,5	74	54	128	1,9	811	528	1339	20,7	592	575	1167	17,9	6490
1856		2195	1858	4053	59,6	71	46	117	1,7	862	565	1427	21,1	608	587	1195	17,6	6792
1857		2304	1950	4254	59,6	74	48	122	1,7	905	593	1498	21,1	638	616	1254	17,6	7128
1858		2396	2028	4424	59,6	77	49	126	1,7	941	616	1557	21,1	663	641	1304	17,6	7411
1859		3797	3243	7040	80,1	0	0	0	0	24	39	63	0,7	908	769	1677	19,2	8780
1860		2470	2154	4624	79,5	0	0	0	0	54	60	114	1,9	576	500	1076	18,6	5814
1861		2572	2273	4845	57,3	79	33	112	1,4	1035	1038	2073	24,4	670	768	1438	16,9	8468
1862		2672	2117	4789	52,7	133	88	221	2,4	1370	1282	2652	29,5	690	715	1405	15,4	9067
1863		2672	2417	5089	54,4	139	88	227	2,4	1370	1262	2632	28,1	690	715	1405	15,1	9353
1864		2728	2456	5184	55,2	142	94	236	2,5	1459	1031	2490	26,4	732	764	1496	15,9	9406

Fonte: *Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1864) acervo n.º 1/ Estante n. 2D. APESC.*

Nota: Em 1859 e 1860 a classificação “pretos e pardos” é substituída pela de “liberto”;

No entanto, é necessário uma ressalva para entender este quadro. Os mapas de população de 1854 a 1858, e 1861 a 1864 utilizam-se da categoria de “pretos e pardos livres” para designar uma população negra que não era escrava. Situação semelhante é observada por Carlos Lima no Mapa de População do Rio de Janeiro em 1799. Segundo o autor, neste caso, as categorias “pardos e pretos libertos” utilizadas no mapa, ao contrário do que poderia indicar, não se referiam exclusivamente aos escravos alforriados, mas agregavam indiscriminadamente todos os indivíduos não-brancos livres e libertos, e seus descendentes.¹⁸ Uma conclusão que podemos considerar como aplicável também para o caso de Lages.

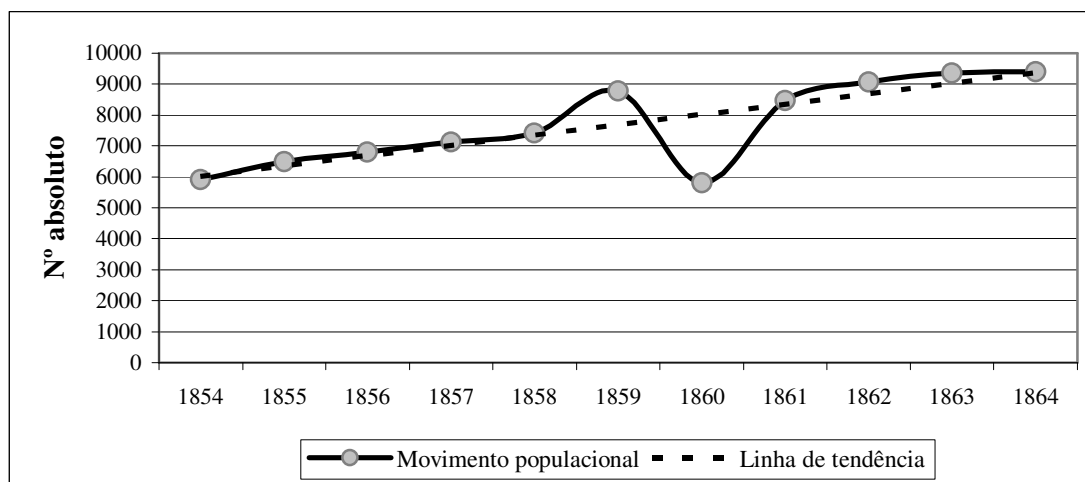
Já os anos de 1859 e 1860 de nossa tabela chamam atenção por se referirem especificamente a categoria de “libertos”, além de omitir a presença dos “pretos e pardos livres” e “estrangeiros”. Uma provável explicação seria a incorporação destes grupos (pretos e pardos e estrangeiros) na categoria de livres. No entanto, mesmo assim, o ano de 1860 apresentou uma queda brusca na população geral, o que seria improvável, considerando que no ano de 1861 a população voltou a apresentar a mesma tendência de crescimento positivo verificado nos anos anteriores. Normalmente estes censos discriminavam que estavam sendo agregadas à população de Lages as populações de suas respectivas freguesias (Curitibanos, Campos Novos e Baguais), o que não se observou no ano de 1860, indicando que se trata de um sub-registro.

As tabelas I e II demonstram, de imediato, uma tendência de crescimento da população em todo o período. Assim, em 1777 a população lageana que era composta por 371 habitantes, em um intervalo inferior a 20 anos dobrou o seu tamanho, chegando a um contingente de 829 habitantes em 1794. Em um intervalo maior, de 39 anos (1794 a 1833), a população deu um salto brusco, triplicando o seu contingente. Um novo salto pôde se observado no intervalo de 1833 a 1854 (21 anos) No entanto é no intervalo de 1854 até 1864 que se observou o aumento mais significativo desta população. Neste período, a

¹⁸ “Isso porque os ‘pardos e pretos libertos’ somavam 8812 pessoas, ao passo que o mesmo mapa assinala 14986 escravos, sendo difícil crer que a população liberta pudesse constituir mais que metade da população escrava do mesmo local. Além disso, não existe no cômputo nenhuma categoria para os pardos e pretos livres, a não ser que estes tenham sido contados entre os ‘pardos e pretos libertos’. Por fim, os filhos dos tais ‘pardos e pretos libertos’ foram contados juntamente com seus pais.” LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor* (Rio de Janeiro, 1765-1844). LOCUS: Revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de história/ Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2000. v 6, n 2. pp. 99-110.

população apresentou uma tendência de crescimento positivo constante, mantendo uma taxa média de crescimento de 0,87% ao ano. Ao final de 10 anos a população alcançou um crescimento comparável aos intervalos de 20 e 30 anos, passando de um contingente de 5.913 a 9.406 habitantes.

Gráfico I: População total de Lages (1854 a 1864)



Fonte: Ofícios diversos do Chefe de Polícia para Presidente da Província (1854 a 1854) *acervo n.º 1/ Estante n. 2D. APE SC.*

Carlos de Almeida Bacellar, analisando o aumento populacional brusco em Sorocaba durante a passagem do século XVIII para o XIX, destaca que este estava condicionado pelo reflexo do empuxo econômico e demográfico provocado pela expansão do comércio de muare e outros animais, proporcionado pela região do Oeste Paulista, graças à lavoura açucareira. Dessa forma, a intensificação do comércio das tropas consolidou o processo de povoamento do território circundante através da inserção de migrantes de diversas localidades na ocupação do solo e abertura de novas roças, principalmente nas áreas propícias à lavoura. Nesse sentido, em um intervalo de 35 anos, a população sorocabana passou de 6.000 habitantes em 1765 para quase 10.000 habitantes em 1800, seguindo uma leve tendência para queda até o final da década.¹⁹

De forma semelhante, Paulo Pinheiro Machado, utilizando o “Mapa dos Fogos e população da Província de Santa Catarina no ano de 1833”, observa que a diminuta

¹⁹ BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/ Annablume. 2001. pp. 39-9.

população da região se multiplicou no decorrer do século XIX, com a inserção de migrantes do Paraná, São Paulo e do Rio Grande do Sul, em decorrência da característica de Lages como local de pouso de descanso do gado, e dos períodos de instabilidade política da província rio-grandense. Destaca também uma movimentação populacional decorrente da prática de “vaivém” de alguns núcleos familiares, observadas nos inventários de Lages e Curitiba, através da ausência de irmãos, filhos, sobrinhos e netos, que se encontravam, por sua vez, em suas terras no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.²⁰

Com efeito, dos 150 inventários lageanos utilizados em nossa pesquisa, 18 inventariados foram identificados como naturais de outras localidades, sendo que dois da província de Santa Catarina (Laguna e Desterro); sete da Província do Rio Grande do Sul (Vacaria, Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Alegrete, Cruz Alta), dois da Província de Minas Gerais (Morro Vermelho e Boependy), cinco da Província de São Paulo (São Paulo, Sorocaba, Taubaté, Santos e Guaratinguetá), e dois estrangeiros (Alemanha).²¹ Por outro lado, o inventário de Policarpo José de Oliveira, de 1853, ilustra bem esta prática de “vaivém” apontada por Machado. Natural da vila de Curitiba, Policarpo de Oliveira se casou na vila de Sorocaba, São Paulo, e redigiu o testamento em Porto Alegre. Possuía bens e herdeiros nessas localidades no momento em que foi realizado seu inventário.²²

Neste sentido, os dados até agora levantados, somados às conclusões apontadas por Machado, demonstram que o crescimento populacional em Lages também pode ser percebido pela expansão da criação e comercialização do gado, principalmente quando se observa, no âmbito da população livre, um predomínio quantitativo de homens solteiros sobre as mulheres, no mesmo intervalo levantado. Essa disposição demonstra que a expansão populacional poderia estar condicionada à participação masculina na atividade pastoril e no comércio das tropas, através do movimento de migração.

Os mapas de população referentes aos anos de 1859 e 1860 podem nos fornecer uma amostragem em relação à divisão desta população segundo estado civil, conforme se observa no quadro abaixo.²³

²⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 63

²¹ Conjunto de Inventários post-mortem da comarca de Lages. 1840 a 1860. MJTJSC.

²² Inventário post-mortem de Policarpo José de Oliveira. 1853. MJTJSC.

²³ Embora problemáticos, somente nestes dois anos é que os relatórios de Chefe de Polícia discriminaram a população de acordo com o estado civil, além da condição social e entre os sexos.

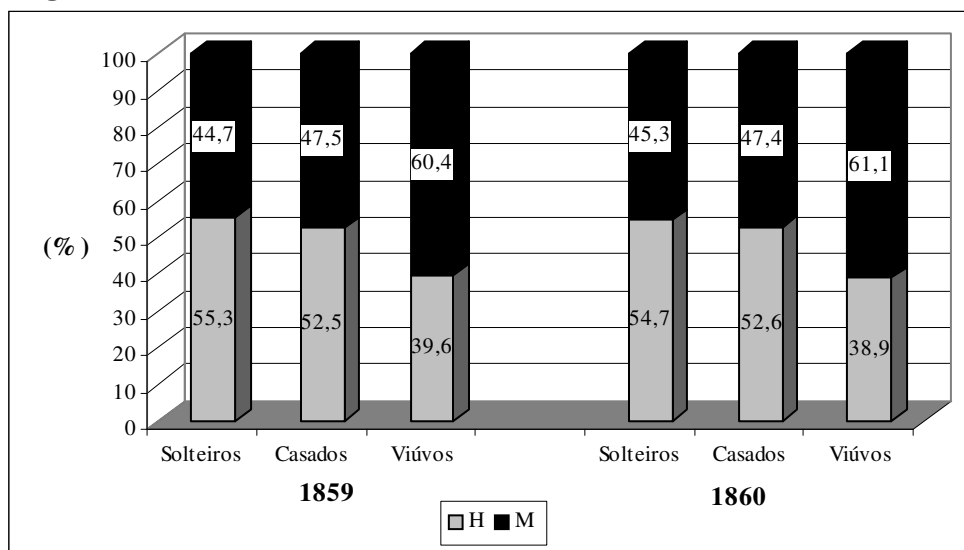
Tabela III: Distribuição da população de Lages e seu termo segundo condição social, sexo e estado civil (1859 e 1860)

Ano	Estado Civil	Livres		Libertos		Escravos		Total
		H	M	H	M	H	M	
1859	Solteiros	2487	2014	11	24	732	590	5858
	Casados	1240	1122	7	7	164	168	2708
	Viúvos	70	107	6	8	12	11	214
	Total	3797	3243	24	39	908	769	8780
1860	Solteiros	1493	1240	31	34	405	328	3531
	Casados	930	840	16	20	167	166	2139
	Viúvos	47	74	7	6	4	6	144
	Total	2470	2154	54	60	576	500	5814

Fonte: Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1859 e 1860) acervo n.º 1/ Estante n.º. 2D. APESC.

Dessa forma, em relação à população livre, percebe-se a contínua predominância de homens solteiros em relação as mulheres nesta mesma condição. O fato de ter mais homens casados do que mulheres, além de sugerir o casamento entre as categorias livres, libertos e escravos, pode indicar também que estes homens não eram naturais da região, possuindo o seu fogo principal em outras localidades. Somente em relação à condição civil de viúvo é que se observa um predomínio das mulheres em relação aos homens, o que pode sugerir uma taxa de mortalidade masculina diferenciada.

Gráfico II: Distribuição (%) da população livre de Lages e seu termo segundo sexo e estado civil (1859 e 1860)



Fonte: Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1862) acervo n.º 1/ Estante n.º. 2D. APESC.

Como foi visto, Silvio Coelho descreveu a população de Lages como sendo rarefeita em decorrência da atividade criatória. Assim, a população estaria dispersa nas fazendas no entorno da vila. Neste sentido, os mapas de 1861 e 1862, diferentes dos demais, fornecem os dados relativos a Campos Novos e Baguais, além da vila de Lages. Dessa forma, podemos perceber, ao menos para esses dois anos, a distribuição da população de acordo com as localidades que compunham o termo de Lages.

Tabela IV: Distribuição (%) da população no termo de Lages, por freguesias, segundo condição social e sexo (1861 e 1862)

Ano	Freguesia	Livres		Pretos e Pardos		Escravos		Total
		H	M	H	M	H	M	
1861	Lages	53,3	53,9	64,6	67,8	49,8	49,4	56,1
	Campos Novos	26,0	23,6	22,6	21,7	13,2	11,9	22,2
	Baguais	20,7	22,5	12,8	10,5	37	38,7	21,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1862	Lages	53,8	55,8	57,3	70,2	50	49,2	55,7
	Campos Novos	25,2	21,8	32,4	07,1	11,9	13,1	23,8
	Baguais	21,0	22,4	10,3	22,7	38,1	37,7	20,5
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1859 e 1860) acervo n. ° 1/ Estante n. 2D. APESC.

Observa-se, na tabela acima, que grande parte da população estava concentrada dentro dos limites da freguesia de Lages. É pertinente destacar que, neste período, a freguesia de Curitibanos ainda não se havia desmembrado de Lages, sendo que, possivelmente, a população relativa a esta localidade estivesse sendo agregada à freguesia de Campos Novos.

Quanto a imigração na região, observa-se a reduzida presença de “estrangeiros” entre a população lageana justamente nos períodos destacados pela historiografia catarinense pela inserção do imigrante na economia e sociedade da província catarinense. Robert Avé-Lallemant destacou em seus relatos de viagem a presença de poucos imigrantes alemães presentes na região de Lages. Originários tanto das tropas alemãs que participaram na batalha do Rosário na disputa de Montevideú, quanto da colônia de São Leopoldo, estes alemães estavam envolvidos principalmente no pequeno comércio local e nos ofícios de

artífices.²⁴ Jussara de Souza Branco, pesquisando sobre as trajetórias e memórias das famílias alemãs na região, afirma que suas investigações a levaram a confirmar as palavras de Avé-Lallemant. Por outro lado, também destaca a presença de alemães originários da colônia de São Pedro da Alcântara, que começaram a se fixar em Lages fugindo da Guerra de Farrapos.²⁵

Como já foi apontado, em relação à população negra, Licurgo Costa utiliza-se do quadro populacional para destacar o baixo contingente escravo em relação à população livre.²⁶ Tal argumentação encontra coro nos demais autores que tratam do tema da escravidão tanto em Lages como na província de Santa Catarina como um todo.²⁷ Baseados na comparação da economia catarinense com a das regiões agro-exportadoras destacam a diferença do peso do contingente negro sobre o quadro populacional, enfatizando o fato de que a população negra na província nunca chegou a superar o número de habitantes brancos.

Bacellar, destacando separadamente o impacto do crescimento da população livre e a escrava no quadro populacional em Sorocaba no período de 1772 a 1810, destaca que a população livre apresentou curvas de crescimento muito semelhante à população total, enquanto que o peso da população escrava não interferiu significativamente na curva global da população em consequência da inexistência de um forte setor de economia de exportação escravista, que tenderia a expandir o contingente cativo do município.²⁸

No entanto, de acordo com o autor, embora os cativos apresentassem uma relativa estabilidade em seu contingente até 1796, com uma média de 1.100 indivíduos, os intervalos de 1798 a 1806 presenciaram uma ampliação considerável deste contingente, que passou para um patamar de aproximadamente 1.600 almas, apresentando uma taxa de crescimento ligeiramente mais elevada que as verificadas para a população livre.

O que se observa em Lages é que, em um período de dez anos, a população

²⁴ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). Tradução de Teodoro Cabral, Belho Horizonte/ São Paulo: Itai/EDUSP, 1980. p. 71.

²⁵ BRANCO, Jussara de Souza. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, SC: UFSC, 2001. pp. 50-3.

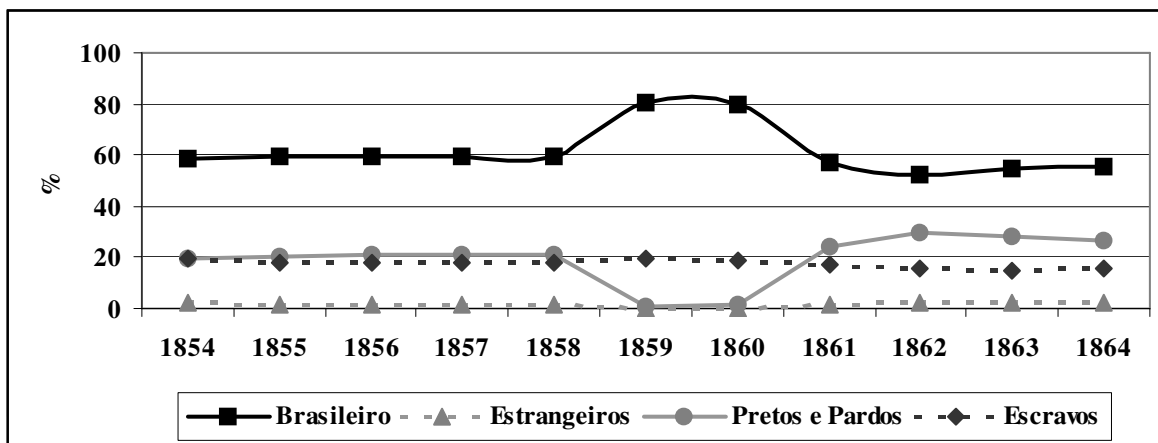
²⁶ COSTA, Licurgo. *O continente das Lages*.

²⁷ PIAZZA, Walter. A escravidão negra numa província periférica; CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987; SANTOS, Silvio Coelho dos. *Nova história de Santa Catarina*.

²⁸ BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. p. 37-9.

lageana apresentou um crescimento total de 59%, sendo que o contingente de “brasileiros” cresceu 49%, os “estrangeiros” 80,2%, os “pretos e pardos”, 115% e os “escravos” 29%.

Gráfico III: Movimento (%) populacional em Lages (1854-1864)



Fonte: Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1862) acervo n. ° 1/ Estante n. 2D. APESC.

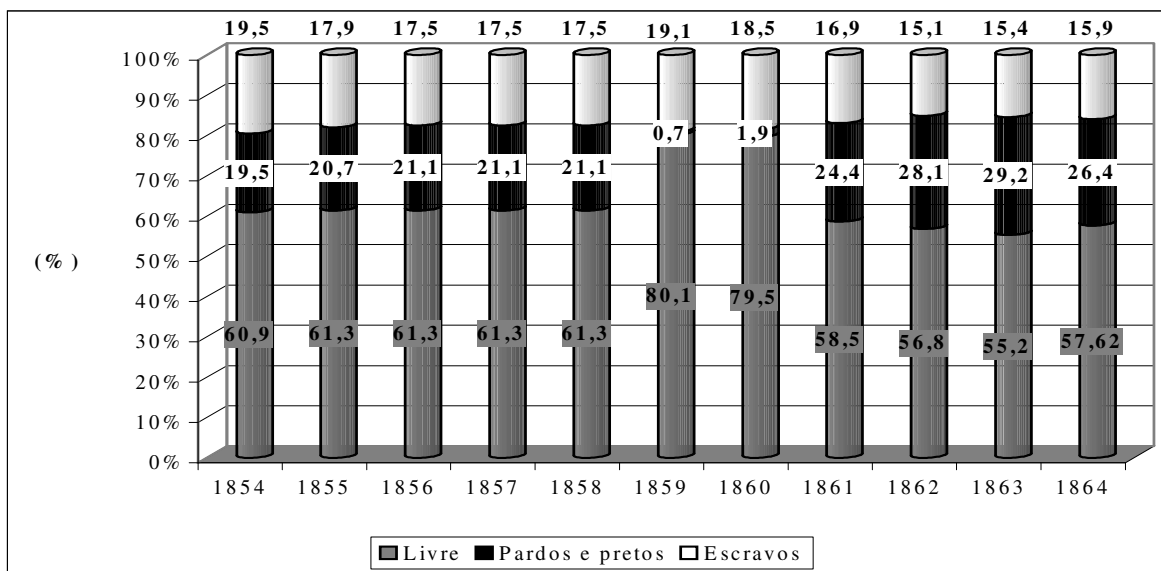
Se considerarmos as três primeiras categorias como população livre, observa-se que esta apresentou uma variação percentual mínima de 55% e máxima de 60%, enquanto que a população escrava permaneceu em uma porcentagem oscilante entre 17% e 19%. Realmente, ao compararmos a população escrava de Lages com a de uma região agroexportadora, observamos que a desproporção entre os dois quadros é bastante significativa. A exemplo do quadro populacional do Vale do Paraíba Paulista em 1837, onde Bananal, segundo maior produtor de café da Província paulista, apresentava uma predominância da população escrava (3.471) em relação a livre (3.238), correspondendo a um total de 52% do contingente populacional. É pertinente destacar que neste momento, Bananal se caracterizou pela livre expansão da lavoura cafeeira, com o aumento significativo das fazendas e sítios dedicados a esta cultura, exigindo um número crescente de mão-de-obra escrava. Essa proporção populacional, no entanto, não se refletiu nas demais localidades que faziam parte da região e que também estavam comprometidas com as lavouras cafeeiras, como Taubaté, quinto maior produtor de café da Província. Apresentando no mesmo período, o maior contingente populacional da região (9.176 livres e 2.657 escravos), os cativos correspondiam à 22% do total da população desse termo. No entanto, a escravidão nesta localidade não chegou a ser classificada pela historiografia

como insignificante.²⁹

Machado, por outro lado, chama a atenção para a presença de pardos e pretos no contingente populacional da região, destacando o grande número deste contingente, “quatro vezes superior ao da população escrava” (pardos e pretos livres: 986; escravos: 250). Embora afirme que os dados relativos à população para as décadas seguintes não discriminariam a população de acordo com a cor, considera que esta se manteve semelhantes aos níveis de 1833, o que seria suficiente para reavaliar a presença do contingente negro na região.³⁰

Esta proporção, no entanto, é perceptível através da leitura dos já referidos mapas de população:

Gráfico IV: População lageana segundo condição social (1854-1864)



Fonte: *Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1862)* acervo n. ° 1/ Estante n. 2D. APESC.

Embora o contingente de “pretos e pardos” não tenha chegado a uma proporção quatro vezes superior em relação ao “escravo”, como estimou Machado, observa-se que, de acordo com o gráfico acima, ambos mantiveram um crescimento proporcionalmente constante, tendo realmente uma grande vantagem do primeiro sobre a segundo.

²⁹ BORGES, Nilsen C. Oliveira. *O contrabando de Almas no Vale do Paraíba Paulista (1820-1860)*. Monografia (Graduação em História). São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2000. p. 42.

³⁰ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 65.

Se por um lado o contingente escravo apresentou um decréscimo de 3,7 pontos percentuais em termos relativos, passando de 19,6%, em 1854 para 15,9% em 1864, é pertinente considerar que, por outro lado, o mesmo apresentou um crescimento positivo total de 29% em números absolutos, não apresentando sinais de queda. Este período é tradicionalmente marcado pela historiografia pelo deslocamento dos escravos sulinos para as fazendas de café paulistas através do tráfico negreiro interprovincial, que teria se intensificado a partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro atlântico.³¹ No entanto, o censo de 1872 apresenta um contingente de 2.012 escravos para a região, um crescimento de 34,9%, indicando que ainda se mantinha a entrada de escravos comprados no Rio Grande do Sul e São Paulo, uma vez que, como vimos, em 1864 este contingente era composto por 1.496 cativos.³² Dessa forma, podemos afirmar, com base nos dados apresentados, que não houve saída expressiva de escravos na região pós 1850, sendo que a queda percentual do contingente escravos estava relacionada ao aumento substancial da população livre, incluindo os “pretos e pardos” livres e libertos, que como vimos, apresentou um crescimento de 115%.

Além desses fatores apontados, a disposição da população negra em Lages chama a atenção pelo equilíbrio entre os segmentos masculino e feminino. Estes pontos sugerem três situações distintas, a criolização da população escrava, a inserção de não-brancos livres e libertos migrantes na região e a ocorrência de liberdade. Neste sentido, analisaremos tais pontos no capítulo IV, quando abordaremos a algumas características da população negra (escravos, livres e libertos) na região de Lages.

³¹ PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1976. CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização do Brasileira, 1978. GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1978. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1978.

³² COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. p. 741.

A vila de Lages

O crescimento populacional em Lages também pode ser observado através do aumento do número de casas e fogos na região como um todo, e na vila em especial, conforme se observa na tabela abaixo.

Tabela V: Número absoluto de casas e fogos da vila de Lages e seu termo (1854 a 1862)

Ano	Fogos	Casas
1854	987	675
1855	745	998
1856	1.014	786
1857	1.064	805
1858	1106	821
1860	1.049	-
1861	1.200	1.110
1862	1.167	1.152

Fonte: Ofícios diversos do chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1862) acervo n.º 1/ Estante n. 2D. APESC.

Em 1858 a região foi visitada pelo viajante alemão Robert Avé-Lallemant. Partindo do Rio Grande do Sul para o Paraná, o viajante percorreu toda a extensão do território de Lages, descrevendo suas impressões sobre seus aspectos naturais e sua população. Embora enfatize em diversos momentos de sua narrativa a hospitalidade e boa vontade de alguns moradores que o acolheram junto com seu companheiro de viagem, a descrição feita pelo viajante é a de uma região pobre que, embora rica em recursos naturais, era povoada por uma população preguiçosa e indolente, de hábitos imorais e vulgares, que produzia somente o essencial para a sua sobrevivência.³² Sobre a vila de Lages afirmava que:

[...] é um pequeno ninho muito triste [...] Decerto se deve convir que é uma vila, que tem ruas, duas ou três, até bastante largas e regulares. Mas falta-lhes, na maioria, boa aparência. Quase todas as moradas são térreas, geralmente faltam vidraças nas janelas,

³² AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). p. 69.

o que dá aparência erma. Creio que vivem 500 habitantes no ninho, na vila, cujo território municipal perfaz centenas de léguas quadradas, com 8 a 9 mil habitantes.

Pinheiro Machado enfatiza o olhar preconceituoso do viajante alemão que, procurando em Lages uma comparação com as cidades litorâneas, “mais antigas e sofisticadas, com igrejas adornadas e pelo menos uma elite letrada”, teria visto apenas os aspectos de pobreza na vila, como o número limitado de casas (um amontoado de 40 construções). No entanto, essa aparência de “pobreza”, segundo Machado, não revelava a situação econômica dos grandes criadores estabelecidos na região.³³

Não obstante o preconceito do viajante alemão, seus relatos podem nos ajudar a ter uma aproximação do cotidiano da vila na primeira metade do século XIX. Descrevendo os hábitos e costumes da população, destacava a venda de couros e chifres, e a produção de carne seca para exportação, enquanto compravam manteiga importada. Apontava também para a existência de moinhos voltados para a pequena produção de trigo, suficiente apenas para o consumo doméstico.³⁴

Em relação às obras públicas, tomava nota da precariedade das estradas de ligação entre a vila e as demais localidades que compunham o município, assim como também descrevia a construção da igreja matriz. Outra particularidade do cotidiano eram os diversos conflitos entre os moradores da vila com os Botucudos nos constantes ataques e roubos praticados pelos “bugres”. Apontava também a permanência de alguns desses nas ruas em mendicância em busca de carne de cavalo.³⁵

Presenciando as festividades de São João, descreveu que a “véspera” era festejada com fogos de artifícios e disparos de armas, contando também com a participação de alguns músicos que percorriam as localidades com violinos e guitarras. Nestas ocasiões, os camponeses saíam de suas fazendas e sítios para se dirigirem com suas melhores roupas para as festas ocorridas na vila, que geralmente terminavam com brigas e mortes.³⁶

De acordo com Licurgo Costa, o número limitado de casas na vila se explicava

³³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 79. “Lages fica situada a apenas cinco ou seis dias de viagem do mar. Refletindo-se quão bonitas e aprazíveis parecem a localidades do Rio Grande, como São Gabriel, Cachoeira, Alegrete, e Uruguaiana, tão longe no Uruguai, não se pode admitir que Lages, vila principal de um grande município, fique muito aquém de localidades pouco importantes do Rio Grande.”

³⁴ Idem. p. 69.

³⁵ Idem. 72-3.

³⁶ Idem, *ibid.*

pelo fato de que eram poucos os habitantes da região que ali mantinham residências, uma vez que grande parte da população estava dispersa nas diversas fazendas e sítios. Assim, as pessoas somente iam à vila em caso de extrema necessidade, para levarem as esposas para dar à luz, ou quando deviam tomar providências indispensáveis junto ao poder público. Como forma de solucionar o problema, o governador da capitania de São Paulo, Martim Lopes de Saldanha, em edital de 1776, já exigia que todos os fazendeiros do termo construíssem casas na vila, com pena de prisão e com pagamento das despesas do cárcere e multa. No entanto, esta medida não conseguiu surtir o efeito desejado, permanecendo o reduzido número de moradores na vila, como observou o viajante em meados do século XIX.³⁷

Outro aspecto notado pelo viajante é que atrás das casas existiam lugares geralmente cercados irregularmente com estacas, que serviam de currais e hortas, separando as casas das pastagens abertas, sendo possível encontrar na vila a criação de diversos tipos de animais e pequenas roças de subsistência. A Lei de organização municipal de 1828, buscando regulamentar a utilização dos espaços públicos na vila estipulava à jurisdição administrativa da Câmara Municipal toda a área urbana, sendo esta responsável pelas construções e conservações de estradas, prisões, pontes e matadouros, assim como também pelo abastecimento de água, esgotos e saneamento, proteção contra os loucos, ébrios, animais ferozes, etc.³⁸ Em 1849, novas posturas municipais proibiam os moradores da vila de deixarem soltos nas ruas porcos ou “outros animais daninhos”, sob a pena de terem seus animais mortos e vendidos em leilão público.³⁹

Esses casos, no entanto, não constituíam uma característica própria da vila de Lages. Não por acaso Bacellar afirma que o núcleo urbano de Sorocaba no final do século XVIII, assim como o de outras vilas no mesmo período, mantinha-se estagnado, pouco crescendo ao longo das décadas, apresentando as mesma configuração de casas desde a sua fundação. A vila só seria procurada para o comércio, festas, cerimônias religiosas e administração municipais. Mesmo assim, era em dias específicos, sendo comum que as

³⁷ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens. p. 1.473.

³⁸ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). p. 782.

³⁹ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens p. 780.

pessoas tirassem um único dia para resolver todas as suas questões.⁴⁰

É o que também observa Cássia Maria Banddini ao analisar o desenvolvimento urbano em Sorocaba do século XIX. Assim como Bacellar, Banddini argumenta que até meados do século XVIII, sua população, sobretudo pobre e livre, estava distribuída nas localidades do entorno da vila, em pequenas propriedades dedicadas à agricultura de subsistência, enquanto que a vila, crescendo timidamente, se reservava a alguns negociantes e membros da elite local. Esse quadro, de acordo com a autora, mudou nas primeiras décadas do século seguinte, com a intensificação do comércio de animais provocado pela feira anual, tornando o lugar propício para as transações comerciais, atraindo um número crescente de comerciantes, artesãos e diversos tipos de profissionais e ocupações. Em 1825, após o processo de remodelação do centro com a alteração do trajeto das tropas, evitando-o, este espaço passou a ser ocupado pelas famílias mais ricas, com a construção de residências luxuosas.⁴¹

O que se observa em Lages é que, mesmo sendo a vila caracterizada tanto como lugar de passagem das tropas, como centro de criação e comércio de gado, o que teria proporcionado a formação de uma classe emergente de grandes negociantes, a mesma não apresentou o mesmo ritmo de desenvolvimento urbano que em Sorocaba, o que só iria ocorrer no final do século XIX para o XX através de um processo de remodelação de seu centro urbano e “refinamento” da elite pecuarista.⁴²

O acesso a terra e a consolidação das fazendas de criação

Helen Osório, abordando as formas de acesso à terra em uma região de fronteira entre o Rio Grande Sul e o Uruguai no século XVIII, destaca que a política de concessão de terras adotada pelas coroas ibéricas para o território disputado foi baseada na estratégia de incentivar a fixação de colonos nestas regiões, independentemente da sua naturalidade e origem, como forma de garantir suas soberanias, delimitando a posse do território entre

⁴⁰ BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. p. 30.

⁴¹ BANDDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2002. p. 83.

⁴² “Nas duas últimas décadas do século XIX, a elite pecuarista lageana procurou modernizar a cidade, mandando seus filhos estudarem no Rio Grande do Sul, no colégio dos jesuítas de São Leopoldo, fundando jornais, teatro, etc. e procurando copiar os costumes das grandes cidades.” MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 79.

aqueles que aceitassem se submeter a seus domínios. A captura do gado bravo, abundante e disperso em toda a região, e o desenvolvimento da pecuária para atender uma demanda crescente do mercado interno de abastecimento, possibilitaram a formação de um “*continuum*” entre a estremação meridional portuguesa e a Banda Oriental (atual Uruguai), baseando a organização espacial da produção nas pequenas propriedades, dedicadas simultaneamente à agricultura e à pecuária, ao redor dos escassos núcleos urbanos e grandes unidades dedicadas principalmente à criação de animais nas zonas mais longínquas.

Neste sentido, utilizando-se da “Relação de moradores que tem campos e animais no Continente” referente ao Rio Grande do Sul no início de 1784, Osório aponta que 47% dos proprietários relacionados adquiriram suas terras através de sesmarias, datas, despachos ou mera posse, enquanto 18,2% adquiriram por formas interpessoais, não monetarizadas e geralmente parentais, como na forma de herança ou acesso “a favor”. Por último, um pouco mais de um terço das terras foram apossadas através de desembolsos monetários, compra, arrematação ou arrendamento.⁴³

Esta estrutura agrária era bastante semelhante da encontrada em Lages, onde a pecuária foi adquirindo, além do caráter econômico, o político e social, condicionando o processo de colonização da região, assim como a própria estratificação social e as formas de acesso à terra. Inicialmente, as primeiras fazendas que ali se estabeleceram através das concessões régias eram compostas por currais para aprisionar o gado reíúno capturado, remanescentes do gado *vacum* e equino das missões jesuíticas. Explorando, em um primeiro momento, a extração do couro para exportação para o litoral e as províncias do norte, posteriormente, no século XIX, iniciou-se a produção do charque e a comercialização das tropas de gado.⁴⁴

A história do acesso à terra no Brasil ainda permanece, nos dias atuais, um ponto sensível no debate historiográfico. Neste aspecto, a política de concessões de sesmarias foi tradicionalmente apontada pela historiografia como um sistema onde prevaleciam os privilégios daqueles que mantinham melhores relações com o governo, na distribuição de

⁴³ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremação portuguesa na América*. p. 69.

⁴⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 62

terras no Brasil colonial, favorecendo o monopólio nas mãos de um número específico de pessoas privilegiadas que adquiriam terras em grandes quantidades.⁴⁵

Dessa forma, a Lei de Terras de 1850, tendo como princípio regulamentar e fortalecer o mercado fundiário, após um longo período de debate parlamentar iniciado em 1822, limitou a aquisição de terras devolutas, estabelecendo que o único título de propriedade válido a partir de então seria o adquirido através da compra. No entanto, esta medida de caráter legal acabou, na realidade, beneficiando principalmente os possuidores de dinheiro e de privilégios políticos e sociais, estipulando a separação das terras públicas e particulares. Além disso, ao prever um prazo para a legitimação de posse, tanto das antigas sesmarias como das posses mansas e pacíficas ocorridas até aquela data, prorrogada em 1854 através de uma nova Lei de terras, acentuou a desigualdade social no acesso à propriedade legal das terras.⁴⁶

Laird W. Bergad, abordando a questão da estrutura da posse agrária em Minas Gerais na segunda metade do século XIX destaca o acúmulo de terras por um determinado grupo da elite local. De acordo com o autor, o controle da terra por parte dos grandes criadores e lavradores era um instrumento poderoso para o recrutamento e a garantia da mão-de-obra, atrelando um número cada vez maior de homens livres e sem terras. Por outro lado, a concentração de terras nas mãos dessa elite demonstrava a importância dos mercados regionais e da agropecuária predominantemente comercial.⁴⁷

Em Lages, na medida em que se avançava o processo de consolidação das fazendas de criação, a exigência cada vez maior de áreas voltadas para a lida campeira fez com que grande parte das terras férteis dessem lugar a áreas de pastagens, em decorrência do predomínio da pecuária, principal atividade econômica, sobre a agricultura, atividade subsidiária e complementar. Segundo Licurgo Costa “com a concessão [...] e compras de

⁴⁵ Para um balanço historiográfico acerca da interpretação da Lei de Terras de 1850 vide, entre outros, MOTA, Márcia Maria Mendes. *O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras*. Antropolítica. Niterói. n. 4 (1998) pp. 49-62; NEVES, Frederico de Castro. *A lei de terras e a lei da vida: transformações do Mundo rural no ceará do século XIX*. Estudos de História. v.8 , n. 2. Franca (2001). pp. 37-58.

⁴⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 73-4. CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras*. p. 84-91. VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987. JESUS, Samir Ribeiro. *Formação do trabalhador catarinense: o caso do caboclo do Planalto Serrano*. Dissertação (Mestrado de História). Florianópolis: UFSC, 1991. p. 67-8.

⁴⁷ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica : demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 127-9.

terras eram muitos os fazendeiros [em Lages] que chegavam a possuir centenas de milhões de campos, ainda entre fins do século passado [século XIX] e começo do século corrente [século XX].”⁴⁸

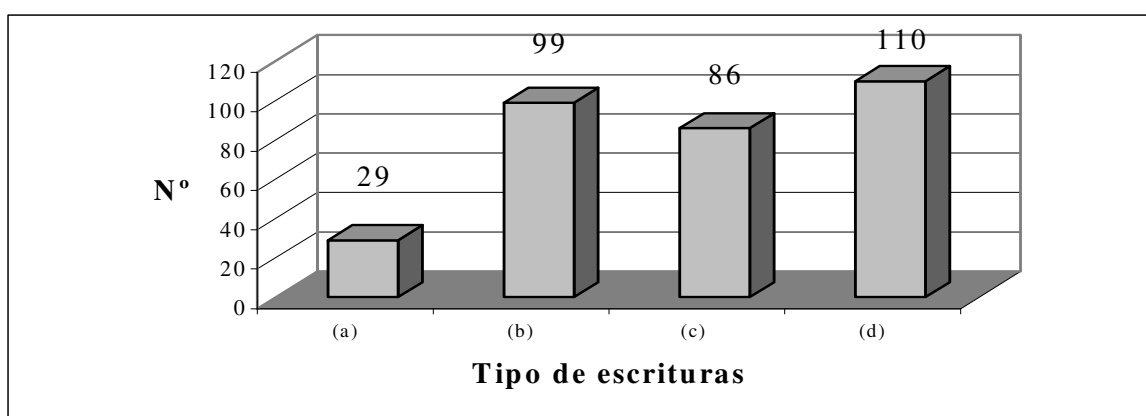
Helen Osório, contrariando a imagem tradicional que se tem sobre as estâncias gaúchas como exclusivamente voltadas para a pecuária constata, através da leitura de um conjunto de inventários da região, que embora os animais compusessem a maior parcela do patrimônio produtivo, não chegaram a alcançar 50% do montante, enquanto as terras ocupavam um não desprezível 36,5%. Dessa forma, considerando o volume de recursos aplicados neste setor pelos inventariados, Osório opõe-se à visão de que a terra pouco valia no mundo colonial português, consistindo na estratégia mais utilizada pelos inventariados de fazer investimentos em patrimônio produtivo.⁴⁹ O que se observa em Lages através da leitura dos inventários é uma grande concentração de recursos investidos em terras, sendo que as camadas mais abastadas apresentaram uma média de investimento em propriedade agrária superior a de criação, correspondendo a mais de 47% por montante bruto. Tal observação pode ser constatada ao cruzarmos com os dados obtidos na leitura de livros de notas do primeiro tabelionato de Lages, referente ao período de 1846 a 1864, onde foram coletadas 300 escrituras referentes ao período de 1846 a 1864 no tocante à negociação de algum tipo de propriedade agrária.⁵⁰

⁴⁸ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens p. 1479.

⁴⁹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*.

⁵⁰ Escrituras de negociações de terras e bens de raiz. Livros de notas n.º 17 a 34. 1847 a 1864. APTNL.

Gráfico V: Número de escrituras referentes a transações de bens imóveis em Lages (1847 a 1864)⁵¹



Legenda: (a) Hipoteca e obrigação; (b) Venda de terras; (c) Registro de bens de raiz; (d) Compra venda e troca de bens de raiz. Fonte: Amostra de 300 Escrituras de negociações de terras e bens de raiz. Livros de notas n.º17 a 34. 1847 a 1864. APTNL

Essa documentação, além de demonstrar o funcionamento do mercado de bens imóveis na região, indica a participação de grupos de negociantes de outras províncias envolvidos neste tipo de negócio no mercado local. Assim, em 22 de maio de 1858 o Doutor Emilio Federico Rambuista da Silva comprou de Silvio Arantes Carvalho e Peixoto de Coutinho, negociantes da praça do Rio de Janeiro, “umas fazendas” pelas quais ficava devendo aos mesmos a quantia de 10:957\$349, parcelando a dívida em 36 meses.⁵²

Por outro lado, uma forma de medir a difusão da pecuária na sociedade lageana é a posse de pequenas criações por uma parcela da população que não dispunha de terras, como no caso dos agregados das fazendas, que obtinham o seu acesso através de “favor”. Era o costume de alguns criadores, em ocasiões de rodeios, doar um certo número de reses aos seus agregados. Estes poderiam manter, dessa forma, um pequeno rebanho de até 100 cabeças na propriedade de seu patrão. No entanto, caso o rebanho passasse desse limite, os fazendeiros mandavam o agregado procurar outras terras. Se encontrasse, tornava-se um “criador autônomo”, caso contrário acabava tendo que vender suas reses a preços baixos.

De acordo com Cabral, aqueles que não se enquadravam na condição de

⁵¹ Utilizamos na tabela a mesma tipologia expressa nas escrituras. Nestas escrituras observou-se uma diferenciação entre “terras” e “bens de raiz”, sendo que o primeiro tipo diz respeito a propriedades rurais, enquanto que a segunda podiam incluir, também, propriedades urbanas.

⁵² Escritura de obrigação e hipoteca: Livro de Notas n.º 26. 1858 p.17. APTNL.

criadores, ou que não se encaixavam no trabalho em alguma fazenda, tinham como alternativa à dificuldade no acesso de terra a possibilidade de se instalar em ranchos por eles mesmos construídos em terras cujo donos eram ignorados ou terras da nação, mantendo uma pequena moradia tosca e miserável, sobrevivendo através de uma roça, uma pequena criação, pesca e colheita e extração de frutos silvestres, principalmente o pinhão.⁵³

As terras mais valorizadas eram as pastagens naturais (campos) geralmente ocupadas pelos grandes proprietários, utilizadas tanto para criação quanto na formação dos campos de invernada, enquanto os matos, capoeiras e faxinais (campos sujos), tendo valor reduzido no mercado, eram ocupados por pequenos posseiros independentes, que derrubando a mata nativa e limpando faxinais “produziam campos” para obter pastagens para suas pequenas criações e ou terras para suas lavouras de subsistência. Uma vez limpas, essas terras eram valorizadas, sendo cobiçadas e muitas vezes tomadas pelos grandes fazendeiros.⁵⁴

Licurgo Costa, buscando identificar nominalmente os primeiros fazendeiros que se estabeleceram no Planalto Serrano, aponta que entre 1766 a 1790, a região era composta por 42 proprietários de terras, distribuídos entre pequenas, médias e grandes fazendas. Em 1817, somente a área circundante a vila de Lages apresentava 56 fazendas, excluindo os sítios e chácaras. Infelizmente o autor não aponta como esses fazendeiros tiveram acesso à terra, citando apenas quatro casos de propriedade adquirida por meio de doação de sesmarias e um caso através da compra⁵⁵

Não foram encontrados registros precisos sobre as unidades de medida da extensão de terra dos campos e fazendas. Sabe-se, no entanto, que a unidade de medida local era expressa em milhões de terra, léguas e alqueires. No entanto, os diversos documentos acerca da propriedade agrária não utilizavam uma medida padrão, sendo mais comum se valerem de referências geográficas para descrever a extensão das terras, delimitando as propriedades com suas fronteiras naturais (riachos, rios, entre outros) e com os limites de terras de outros proprietários, conforme se observa no inventário de André Goes, de 1865, na avaliação de uns campos e matos: “Cinquenta braços de terras de frente, com mil braços de fundo no lugar denominado perceguerinhas estremados pelo lado de com

⁵³ CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. p. 94.

⁵⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 74.

⁵⁵ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens pp. 1461-65 e 1477-8.

quem de direito for, cortado pela indicada estrada que conduz a San José, avaliados por seiscentos mil reis.”⁵⁶ A falta de cercas e muros para a limitação das propriedades ocasionou diversos conflitos envolvendo invasão de terras e apropriação de gado. Em 2 de maio de 1862, o artigo 32 da Lei Municipal n.º 520 limitava o tamanho do rebanho a 30 cabeças por milhão de terra (100 hectares) como forma de regular o uso da terra, ao mesmo tempo que contornar os conflitos.⁵⁷

Segundo Zélia A. de Lemos, as fazendas eram, em sua maioria, tão grandes que se necessitava de vários dias para percorrê-las a cavalo, mas não eram medidas em alqueires ou quilômetros⁵⁸. Por outro lado, Machado aponta que as propriedades variavam entre 2.000 a 15.000 hectares, sendo comum a ocupação dos campos naturais pelo sistema de condomínio por alguns fazendeiros de Lages e Curitibanos, que partilhavam a posse da terra entre si dividindo de duas a cinco partes de terras, como demonstra a escritura firmada entre Leandro Luiz Vieira e o Tenente Coronel Manoel Rodrigues de Souza.⁵⁹

E logo perante das mesmas testemunhas me foi dito pelo dito outorgante Leandro Luis Vieira que avendo comprado ao Tenente Coronel Manoel Rodrigues de Souza e sua mulher Dona Anna Maria de Lima a metade de uma fazenda de criar e cultura denominada Santo Antônio do Araújo sito no termo desta villa pela quantia de seis contos de reis, que recebo em moeda corrente.

Esta escritura também demonstra que concomitante à exploração da pecuária, as fazendas se caracterizavam pelo cultivo de lavouras, conjugando a criação de gado com a produção de gêneros alimentícios. Como observamos nos relatos do viajante alemão, as fazendas serranas eram um mundo auto-suficiente, onde se produzia de tudo, menos o sal, o açúcar, tecidos, e ferramentas.

⁵⁶ Inventário post-mortem de André Goes. 1865. MJTJSC.

⁵⁷ “nenhum fazendeiro d’ora em diante poderá crear maior proporção de gado do que aquele que se pode manter em seu campo; e justificado legalmente o contrário, por qualquer fazendeiro prejudicado, será o contraventor multado em 30\$000 e nas reincidências, em dobro” cf. COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. p. 1480. A medida “milhões de terra” era um termo comum na região, equivalendo a 100 hectares.

⁵⁸ LEMOS, Zélia A. *Curitibanos na história do contestado*. 2 ed. Curitibanos, SC: ZAL, 1983. p 17. Avé-Lallemant descrevendo a sua passagem pela estância de Juca Velho, em Tijucas, relata sua estranheza na demora do capataz da fazenda em buscar alguns animais na internada da mesma propriedade “só chegou de volta tarde avançada [...] disse-me ele, rindo, que se quisesse ir até o extremo da propriedade, teria que viajar três dias inteiros.” AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo* (1858). p 57.

⁵⁹ O sistema de condomínio seria o uso em comum de uma determinada propriedade agrária, dividida entre dois indivíduos ou a um grupo, adquirida normalmente na partilha de herança ou posse da terra. MACHADO,

Todas as coisas materiais indispensáveis à vida são produzidas na própria estância. O gado pasta em multidão pelos campos; as vacas de leite são conservadas perto de casa. Não faltam carne de vaca, leite e queijo, embora às vezes escasseie a manteiga e se evite o incômodo de fabricá-las. Há abundância de porcos [...] Faz-se da carne uma lingüiça grosseira, gostosa, que se conserva por muito tempo. [...] ferveilha de galinhas. [...] entre os vegetais [...] se cultivam, abundantemente, o milho, o feijão e a batata; entretanto medra menos a mandioca.⁶⁰

Osório, por sua vez, aponta no Rio Grande de Sul um maior predomínio dos possuidores de terras dedicadas à agricultura sobre os criadores de gado, contestando a visão corrente em que a região foi comumente vinculada exclusivamente à grande pecuária. Dessa forma, percebendo nas fontes recorrentes menções a “lavrador”, “criador”, “criador e lavrador” e “mais lavoura que criação” no quadro produtivo da província gaúcha, a autora evidencia a importância numérica dos “lavradores” e daqueles que se dedicavam “mais à lavoura do que à criação”, somados, sobre os dois primeiros.

Em Sorocaba, o grosso dos domicílios dedicava-se a atividades agrícolas voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade que, assim como o comércio de animais, destinava-se ao abastecimento das regiões açucareiras e mineradoras. Posteriormente, com a economia da região afetada pelo desenvolvimento do açúcar na regiões do oeste paulista, alguns proprietários sorocabanos também investiram na construção de engenhos e no plantio de cana. Este investimento na produção agroexportadora resultou do capital proveniente do comércio de animais, que possibilitou, de forma conseqüente, o desenvolvimento de outras atividades (instalação de fábricas de tecidos em 1852) e melhorias no transporte (construção da estrada de ferro local em 1870-75) além de proporcionar a diversificação comercial.⁶¹ Neste sentido, a tríade, gado-comércio-cana-de-açúcar, possibilitou que Sorocaba fortalecesse sua balança comercial ao longo do século XVIII, permitindo o desenvolvimento urbano no século XIX.

No “Diccionario Geographico, histórico e descriptivo do império do Brasil” de 1863, o vice-cônsul português, João Pedro Aillud, descreve a região de Lages da seguinte forma:

Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 74.

⁶⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). pp. 89-90.

⁶¹ BANDDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*. p. 234.

Seu clima é sadio e temperado; sua população é avaliada em 5.000 habitantes, **entre cultivadores e criadores de gado; cujo principal commercio consiste na venda de bois, couros, e mate**, sendo estes dous últimos artigos encaminhados para a villa de Laguna e cidade do Desterro. Dão-se mui bem neste districto as árvores fructíferas da Europa. E suas matas abundão em madeiras de prestimo, em árvores que dão varias especies de gommas, etc.; **mas a difficuldade do transporte para um porto de mar faz que sejam inuteis tão preciosas producções**, e que a povoação, em vez de ir aumenntando, se conserva quasi no mesmo ser; todavia **não deixa de haver neste districto alguma industria, e nelle se contão quarenta e oito fábricas d`assucar e de destilação que se consome na província.** [Grifos nossos]⁶²

O que se observa em Lages é que grande parte de sua produção agrícola era voltada para o consumo interno. Exceção a colheita e beneficiamento da erva-mate, comercializados com o litoral e adjacência. Observa-se também o cultivo e beneficiamento da cana com a produção do açúcar e da aguardente, ambos produtos, ao que indica Aillud, também comercializados na província. No entanto, a pesquisa não encontrou subsídios para verificar o quanto esta produção significou para o desenvolvimento da economia da região e nem o quanto estava comprometida para o abastecimento do mercado interno.

Lages na rota do mercado de abastecimento

Tendo a fundação e o desenvolvimento econômico de Lages sido condicionados pelo ativo estímulo da produção, comércio e transporte de gado⁶³, a atividade do tropeirismo conectava e articulava a atividade criatória da região com a economia agro-exportadora, colocando-a na rota do mercado de abastecimento.

De acordo com Licurgo Costa, uma das dificuldades enfrentada pelos primeiros

⁶² Este autor propõe descrever a origem e história de cada província, suas cidades, vilas e aldeias, com alguns aspectos sócio-econômicos, assim como as características geográficas de cada localidade. Para tanto, afirma que foram necessários 26 anos de “longas peregrinações por diversas províncias do Império, com auxílio d’um semnúmero de manuscriptos e de obras publicadas em diversas línguas por escriptores tanto antigos como modernos e de muitos documentos officiaes.”, o que sugere que o mesmo esteja se referindo a região de Lages no início da década de 1850, mesmo período em que Robert Avé-Lallemant esteve presente. AILLUD, João Pedro. *Diccionario Geographico, historico e descriptivo do Império do Brazil. Tomo I.* Paris, França: Em casa da V^a J.P. Aillaud, Guillard e C^a, 1863. p. 546.

⁶³ Via de regra, a comercialização do gado bovino lageano era voltado para o Rio Grande do Sul e litoral catarinense em decorrência a pouca resistência deste tipo de animal a longas viagens, dando preferência ao comércio de curto e médio cursos. O gado muar, por sua vez, por ter mercado certo e garantido, era voltado para o comércio de longo curso, para as feiras de animais em Sorocaba.

fazendeiros da região era a obtenção do sal para o gado. Importado principalmente de Portugal e Espanha, o sal chegava para a capitania através do porto de Laguna.⁶⁴ Neste sentido, em 1786, atendendo à solicitação de Correia Pinto, o governo paulista mandou que fosse aberta uma estrada de comunicação entre a vila de Lages e o rio Tubarão, utilizando o porto de Pouso-Alto para o escoamento da produção local e para o recebimento de gêneros de abastecimento da vila de Laguna e da vila-capital Nossa Senhora do Desterro.⁶⁵ Embora se tenha propiciado um pequeno comércio entre o planalto e litoral, no entanto, devido a maior facilidade de comunicação com São Paulo e Rio Grande do Sul através da constante passagem de tropas, Lages manteve uma maior ligação comercial com estas províncias⁶⁶. Importava de São Paulo principalmente o sal, açúcar mascavo ou preto (que algumas famílias refinavam em casa), pimenta do reino, chá da Índia, panos grossos de algodão e lã, escopetas, pólvoras, chumbo, facões e ferramentas rudimentares e ervas medicinais. As importações eram geralmente pagas com produto da venda de mulas e cavalos, além de algum gado bovino, aos tropeiros de passagem.⁶⁷

O comércio de animais no século XVIII fazia parte do sistema de abastecimento das regiões mineradoras de Minas Gerais e Mato Grosso, garantindo assim a drenagem do ouro ali obtido, além do fornecimento de animais de transporte e tração, de carne e demais gêneros de primeira necessidade. Segundo os autores clássicos da história econômica brasileira, a indústria mineradora possibilitou um substancial incremento econômico ao Rio Grande do Sul, estimulando a criação de mulas em grande escala, articulando as diferentes regiões do sul do Brasil em um sistema interdependente, sendo umas especializadas na criação, outras na engorda e na distribuição. Dessa forma, a procura do gado para o

⁶⁴ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens p. 1471.

⁶⁵ AILLUD, João Pedro. *Diccionario Geographico, historico e descriptivo do Império do Brazil*. p. 546. A conservação e manutenção dessa estrada constituiu em um problema constante no século XIX, como se pode observar nos relatórios de Presidente de Província de 1845: “Tratarei agora da estrada de Lages. Jamais progredirá esta província em seu desenvolvimento industrial e comercial se não tiver aberta uma estrada de comunicação da villa de S. José a de Lages. Grandes sommas se tem consummido no actual caminho, quase abandonado por ter-se tornado intranzitavel.” SANTA CATARINA. Obras Públicas. Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina, marechal de campo Francisco Joze de Souza Soares D’Andrea, na sessão ordinária do ano de 1845 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1845.

⁶⁶ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 64.

⁶⁷ COSTA, Licurgo. O continente das Lagens p. 745.

consumo da áreas mineradoras fez com que se unissem essas regiões em torno da indústria pecuarista.⁶⁸

Quando a crise da mineração atingiu a economia brasileira, o complexo agroindustrial da economia açucareira e a posterior expansão cafeeira, favoreceram a continuidade desse mercado no século XIX, garantindo a demanda do mercado nas regiões agro-exportadoras.⁶⁹ Segundo Ricardo de Oliveira, “os mercados para muars no século XIX situavam-se nas economias do açúcar, em São Paulo e no norte fluminense, no café, em sua marcha pelo Vale do Paraíba Fluminense e por São Paulo e nos tradicionais mercados mineiros. Tropas foram vendidas também desde Mato Grosso até a Bahia, alcançando até o Maranhão.”⁷⁰

Dentro desse contexto, Sorocaba constituiu, nos séculos XVIII e XIX, o principal centro da rede de comercialização de gado no centro-sul brasileiro, sustentando a malha de transporte que garantia a economia exportadora. A feira anual era caracterizada, além da reunião de compradores e vendedores, por uma grande diversidade de práticas comerciais e de divertimentos, como o comércio ambulante, manufatura e venda de artigos de montaria, oferta de serviços especializados, visita de profissionais de saúde, espetáculos públicos, entre outros.⁷¹

De acordo com Ricardo Costa de Oliveira, a atividade de criação e transporte do gado para as feiras oferecia grande rentabilidade, envolvendo diversos elementos sociais, incentivando a participação tanto dos pequenos fazendeiros, com poucos recursos, quanto dos mais ricos, além de fiadores e investidores, através de sociedade com participações de capital de créditos. No Paraná, esta atividade contou com a participação de

⁶⁸ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1997. p. 77.

⁶⁹ Laird W. Bergad, contrariando a interpretação tradicional de decadência da atividade mineradora em Minas Gerais aponta que, embora com proporções menores, este setor econômico apresentou no século XIX um ativo estímulo através da participação de empresas estrangeiras. Neste sentido o autor destaca que os “centros de mineração proporcionaram um mercado interno para os produtos alimentícios básicos e os produtos dos agricultores, pecuaristas e pequenas indústrias de Minas Gerais”. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*. p. 97.

⁷⁰ OLIVEIRA, Ricardo Costa de. “Troperismo na formação do Brasil Meridional”. II jornada de história econômica. Uruguai. Junho de 1999. p. 04. Vide ainda: LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993. FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* 2 ed. Rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

comerciantes abastados, médicos, funcionários públicos, sacerdotes e até proprietários de firmas importadoras do litoral.⁷²

Alcir Lenharo, descrevendo o desenvolvimento da pecuária na região do sul de Minas Gerais, no início do século XIX, demonstra que esta atividade estava estruturada em toda uma organização sócio-econômica para a produção em escala mercantil. Com a desarticulação da atividade mineradora, grande parte dos recursos de produção foram transferidos para a produção mercantil de gêneros de subsistência. Após o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro, em 1808, e a aplicação da política de integração do centro-sul através de aberturas de estradas de ligação para escoamento da produção, a região do sul de Minas voltou-se principalmente para o abastecimento do mercado carioca.⁷³

Neste sentido, o autor observa a estruturação de uma complexa empresa agrícola-mercantil, que englobava desde o comércio a beira de estradas, envio de tropas, até o estabelecimento de escritórios representativos na praça comercial do Rio de Janeiro.⁷⁴ Nesta empresa, destacavam a ampla participação de tropeiros, que, mesclando a atividade de criador, negociante e atrevedor, alcançaram grande projeção política e social na construção do Império no Brasil.⁷⁵

Embora a pesquisa não tenha encontrado dados empíricos para averiguar a existência do mesmo quadro político e social em Lages, pode-se concluir que a região também tenha mobilizado, dentro de suas próprias proporções, um número considerável de investidores, considerando que grande parte dos tropeiros lageanos eram também fazendeiros, além de condutores de gado de corte, intermediários ou donos das tropas. Também se pode perceber em Lages a formação de grupos de sociedade voltadas para o transporte e venda do gado em Sorocaba, como atesta a “escritura de sociedade coletiva de condução de gado” firmado entre Antônio Manoel Velho, Ignacio Manuel Velho, José Joaquim Velho e Joaquim José Velho:

Saibão quantos este instrumento público de escritura de sociedade coletiva vire que [...]comparecerão partes havidas e contratadas Antônio Manoel Velho, Ignacio Manuel

⁷¹ BACELAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. p. 13. BANDDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império*. p. 83.

⁷² OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *Tropeirismo na formação do Brasil Meridional*. pp. 5-8

⁷³ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. pp. 61-3.

⁷⁴ Idem. pp. 67-8; 75-7.

⁷⁵ Idem. pp. 91-5.

Velho, José Joaquim Velho e Joaquim José Velho [...] e por eles quatros que me foi dito [...] que avião ajudando e por nesta ajuntam uma **sociedade de negócio de condução de gado, venda de animais cavallar e muares** para a qual são socios [...] com todo o gado, que houverão por legitima paterna e se gado deixados, contidos do inventario e partilhas que se procedeu no falecimento de seu finado pai Antônio Manuel Velho, sendo a importância de quarenta e oito contos ceissentos e oitenta mil reis que se compõe legitima e terça dos socios asima dictos dos quais os sócio Ignacio Manuel Velho confirmou na herança e o co-herdeiro Francisco José Velho, Jacinto José Ferreira e José Joaquim José Ferreira do que consta em outros em cada hum dos sócios ficou a quantia doze contos trinta e quatro mil quatrocentos e noventa e cinco reis [...] (grifo nosso)⁷⁶

Da mesma forma se observa a participação de comerciantes estabelecidos tanto na vila como em outras localidades, em investimentos voltados para o tropeirismo, e na recepção de produtos trazidos pelos tropeiros e revendidos na região, como indicam os inventários de Manoel Delfes da Cruz, de 1862, e de André Góes, de 1865, cujas relações de bens e de dívidas ativas e passivas apontam que, além de desempenharem o comércio de pequenos itens, ambos mantinham uma forte ligação com o comércio do gado através de empréstimos e créditos cedidos por negociantes de Laguna, Desterro, Sorocaba e São Francisco.⁷⁷

Por outro lado, o grau de comprometimento e lucratividade na atividade pastoril pode também ser avaliado por outras formas de negócios ligadas à criação e ao envio de topas de gado. Neste sentido, Alcir Lenharo, descreve o funcionamento dos campos de invernadas no Sul de Minas da seguinte forma:

Um traço muito importante dessa organização é justamente a capacidade operacional estabelecida pelo funcionamento das invernadas. As grandes fazendas do Sul de Minas Gerais operavam como pontos necessários de passagem para o mercado da Corte. Isto facilitava a ação monopolista de seus proprietários que compravam, através de seus agentes, os ponteiros, a produção de extensas áreas, até mesmo de Goiás e Mato Grosso.

Dessa forma, o autor destaca que, além do lucro obtido pelo aluguel de campo de invernada para o gado de passagem, este empreendimento consistia na possibilidade da

⁷⁶ Livro de Notas n.º 18. 1848-1850 p.25. APTNL.

⁷⁷ Exploraremos com mais detalhe estes inventários e a relação dos inventariados com o mercado de abastecimento no próximo capítulo, quando discutirmos a distribuição de riqueza em Lages. Inventário post-mortem de André Góes. 1865. MJTJSC. Inventário post-mortem de Manoel Delfes da Cruz. 1862. MJTJSC.

participação de atravessadores e especuladores, que atuavam como verdadeiros “empresários”, comprando o gado e revendendo nos mercados consumidores.⁷⁸

Este quadro também é possível de ser reportado a Lages. Fundamentada na criação de gado vacum, cavalari e mular, Lages completava o ciclo de tropas formadas no Rio Grande do Sul, Uruguai e região do Prata de passagem pela região.⁷⁹ Também saíam tropas de Lages para o Rio Grande do Sul, e com a abertura das estradas ligando Lages a Blumenau e a Florianópolis, a região passou a abastecer com mais frequência o mercado litorâneo.⁸⁰ Segundo Licurgo Costa, as tropas que traziam mantimentos eram montadas em geral em outubro, enquanto o transporte de animais para a venda nas feiras não apresentava data fixa, haja vista que esta ocorria em meses diferentes a cada ano. Dessa forma, Lages recebia constantemente a movimentação das tropas que cortavam a região. Neste sentido o relatório de Presidente de Província de 1861 nos fornece um balanço da passagem do gado pela vila, tal como organizada na tabela abaixo:

Tabela VI: Passagem do gado mular rio-grandense por Lages (1851 a 1860)

Período	Quantidade
1851-2	34.871 cabeças
1852-3	35.484 cabeças
1853-4	62.537 cabeças
1854-5	65.113 cabeças
1855-6	67.475 cabeças
1856-7	68.839 cabeças
1857-8	45.849 cabeças
1858-9	51.022 cabeças
1859-60	51.333 cabeças.
Total	862.691 cabeças

Fonte: SANTA CATARINA. Relatórios de Presidente de Província Discurso pronunciado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, na sessão ordinária do ano de 1861 aberta no primeiro dia do mês de março. Agricultura e Comércio. Cidade do Desterro, Typ. Provincial, 1861. pp. 13-4.

⁷⁸ LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. p. 82-3.

⁷⁹ Segundo Luiz Antônio Blasi, o tropeirismo sulino se diferenciava dos praticados em outras regiões por comercializar essencialmente mulas, ainda xucras, soltas ou descarregadas, sendo vendidas nos centros consumidores, enquanto que o tropeirismo praticado nas demais regiões era o de transporte de cargas. BLASI, Antônio Luiz. *Tropeirismo, registro e poder*. Monografia (graduação). Florianópolis, SC: 2004. p. 13.

⁸⁰ Segundo Licurgo Costa, o comércio entre Lages e Sorocaba teria declinado em 1850, época apontada pelo autor como de decadência da feira anual. No entanto, Banddini destaca uma diminuição da entrada de tropas para as feiras só foi sentida na década de 1870, com o incremento da estrada de ferro. COSTA, Licurgo. O continente das Lages. BANDDINI, Cássia Maria. *Sorocaba no Império*.

Com um fluxo constante de gado muar rio-grandense de passagem na região pode-se concluir que o envolvimento no comércio de tropas em Lages pode ser medido também através do aluguel dos campos de invernada para o descanso e engorda dos animais, assim como no emprego de tropeiros e capatazes, como atesta a nota abaixo, retirada de um inventário de 1857:

Despesas feitas com a tropa de Bestas do finado Policarpo César de Oliveira Branco como abaixo se declara. Aluguel de invernada (das cabaças) no campo de João Alves da Rocha um mez, esto he de 4 de março até 4 de abril de 1856. 12\$000. Dito de invernada nos campos (dos Baguaes) de João de Souza Motta desde 12 de agosto até o presente – 6 meses – 75\$000. 20 cargas de sal – 140\$000. Meu trabalho de capataz a 20\$000 desde 4 de março tempo em que tomei conta da tropa. 10 meses – 200\$000. Vila de Lages, 3 de fevereiro de 1857. José Manoel de Oliveira Branco⁸¹

Caso considerarmos os valores citados na transação como indicativo, podemos observar que o custo do aluguel de um campo de invernada, 12\$000, equivalia ao valor de uma vaca solteira, ou então três éguas solteiras, ao passo que correspondia a 10% do valor cobrado por escravo em idade produtiva em 1857. Podemos observar também que o salário de um capataz para a condução de tropas era de 20\$000, o que, por sua vez, correspondia a 16% do preço do escravo no mesmo ano, ou então três éguas solteiras e uma com cria.

Outro inventário que nos fornece informações sobre o funcionamento deste tipo de negócio é o de Francisco José Velho, de 1858, onde se observa as seguintes anotações: A Ignácio Manoel filho, morador de Vacaria e irmão do inventariado, devia 14:208\$460 referente a negócios com o gado (compra de gado e aluguel de campos de invernada). A José Antônio de Oliveira, irmão do inventariado, lhe devia 308\$000 referente à compra de 22 bois; Antônio Manuel Velho filho e Antônio de Candido eram sócios na criação de gado em Vacaria e o inventariado devia-lhes 3:614\$800 referente à compra de bois; A Athanagildo Telles de Souza, morador de Vacaria, o inventariado devia 61\$600 referentes à compra de 12 burros. A Albino José da Silva, morador na freguesia de Tubarão, termo de Laguna, o inventariado devia 438\$320 referente a carregamento de tropas (dinheiro, carne e couros). A Jorge Joaquim Fernandes, morador na Pescaria Brava, freguesia do Senhor Bom Jesus do Socorro, Laguna, negociante de fazenda seca, o inventariado devia 9:828\$459

⁸¹ Inventário post-mortem de Policarpo César de Oliveira Branco. 1857. MJTJSC.

referentes a créditos e empréstimos para compra de escravos e pagamentos de meia-siza, gêneros (não específica), juros de empréstimos (prêmios).

Assim, observa-se na nota acima que Francisco José Velho mantinha uma forte ligação comercial com negociantes e proprietários de gado em diversos pontos estratégicos espalhados pela rota das tropas (Vacaria, Laguna, Tubarão), sendo muitos desses seus parentes. De acordo com Alcir Lenharo, era comum o envolvimento de famílias inteiras no comércio do gado. Neste sentido, os laços de parentesco serviam como recurso utilizado para que o comerciante estruturasse a sua rede de negócios, irradiando a sua ação comercial em várias regiões tendo os parentes como ponto de apoio para se firmar na praça comercial.⁸² Dessa forma, Francisco obtinha recursos necessários tanto para investir na compra de gado quanto para aparelhar suas tropas com mantimentos e mão-de-obra escrava.

O desenvolvimento econômico e demográfico da região de Lages ao longo dos séculos XVIII e XIX se manteve diretamente condicionado à formação de grandes propriedades fundiárias voltadas para a exploração da atividade pastoril. Considerando que o processo inicial de ocupação das terras no Planalto Serrano se estruturou através do estabelecimento das primeiras fazendas, em meados do século XVIII, com concessões de títulos de sesmarias expedidos pelo governo de São Paulo para esta finalidade, pode-se concluir que o desenvolvimento da atividade criatória em Lages cumpriu dois papéis fundamentais: em primeiro lugar, a de possibilitar o processo de ocupação e conquista da região serrana, em segundo, a de possibilitar uma atividade econômica onde a nova sociedade nascente pudesse ser estruturada.

O processo de colonização do Planalto Serrano se deu em dois momentos distintos. Primeiro, com a fundação de Lages ainda na segunda metade do século XVIII,

⁸² LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação*. p. 37. De acordo com Paulo Pinheiro Machado, o troperismo estava estruturado em uma variada rede de solidariedade com o estabelecimento de laços de trabalho, compadrio e parentesco espalhadas pela rota das tropas. Esta estratégia possibilitava à população do planalto uma constante via de ligação com outras regiões e comunidades mais distantes, mantendo-se informados acerca dos principais acontecimentos políticos da época, assim como também disponibilizava aos tropeiros pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade de troperismo. Dessa forma, o tropeiro poderia contar em qualquer localidade que chegasse, com cavalos para a troca, um prato de comida e uma cama para repouso. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 81

através de uma expedição de iniciativa particular e oficial. Posteriormente, uma segunda expedição no início do século XIX, estendeu a ocupação na formação de fazendas de criação na direção de São Joaquim, Campos Novos, São José do Cerrito e dos Baguais (atual Campo Belo).

De uma maneira geral, a expansão da atividade de criação e comercialização do gado possibilitou que a população lageana crescesse em níveis constantes, acentuado principalmente no período de 1854 a 1864. Em um intervalo de dez anos a população dobrou o seu contingente, alcançando um crescimento comparável aos intervalos de 20 e 30 anos, chegando a aproximadamente a 10.000 habitantes. Este aumento populacional é explicado pela inserção de migrantes (escravos, livres e libertos) do Paraná, São Paulo e do Rio Grande do Sul, que buscaram a região em decorrência suas característica de local de pouso de descanso do gado, assim como também em decorrência dos períodos de instabilidade política da província rio-grandense. Destaca também uma prática de “vaivém” de alguns núcleos familiares que transitavam entre o Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. O crescimento populacional e o movimento de migração em Lages também pôde ser percebido, em relação à população livre, pelo predomínio quantitativo do contingente masculino sobre o feminino no mesmo intervalo levantado.

A população lageana se encontrava dispersa nas fazendas no entorno da vila. Os mapas de 1861 e 1862 demonstraram que grande parte da população estava concentrada dentro dos limites da freguesia de Lages.

A análise do quadro demográfico demonstrou que, ao longo de todo o período, não houve saída expressiva de escravos na região para o tráfico interno. Ao contrário, a população escrava em Lages continuava apresentando um considerável aumento de seu contingente em números absolutos, indicando a compra de novos cativos, além da própria permanência do contingente negro nascido na região (escravos, livres e libertos).

A lavoura de subsistência também se desenvolveu como atividade subsidiária, paralela a pecuária, suprindo as fazendas com os gêneros de primeira necessidade, assim como também como estratégia de sobrevivência de uma camada despojada da sociedade que ocupava as pastagens “suja”.

Contando com diversos segmentos sociais e tipos de investidores, o desenvolvimento do tropeirismo no século XIX articulava e conectava a economia da

região com a economia agro-exportadora, tanto no escoamento da produção local, na venda do gado e produtos agrícolas, como também na obtenção de escravos e gêneros de necessidade não produzidas na região.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DO PADRÃO DE DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA EM LAGES

Neste ponto, é importante explicitar os parâmetros e estratégias que estaremos utilizando na análise da distribuição de riqueza em Lages. Conforme referido na introdução, a pesquisa foi estruturada na análise sistemática de 150 inventários *post-mortem*, referentes ao período de 1840 a 1865, sendo que o intervalo de 1840 a 1849 contou com 32 inventários, o intervalo de 1850 a 1859, 59 inventários, e por último, o intervalo de 1860 a 1865 contou com 55 inventários.

A leitura dos inventários originou três grandes tabelas dispostas em um banco de dados, de acordo com os seguintes critérios: informações sobre os inventariados; distribuição dos bens; e estrutura da posse escrava.

Acerca dos montantes de bens alcançados pelos inventariados, perseguindo a distribuição do capital empregado (propriedades rural e urbana, posse escrava, criação, dinheiro, ações, dívidas ativas e passivas) contabilizaram-se os valores agregados a cada item buscando destacar a distribuição de investimentos em bens de produção para identificar em quê os inventariados empregavam a maior parte de seus recursos.

Considerando que as características específicas da construção do patrimônio em Lages, já anteriormente identificadas, eram baseadas na propriedade fundiária, na exploração da atividade pastoril e no comércio de animais voltado ao mercado interno, esta estratégia de pesquisa possibilitou avaliar e mensurar a configuração do quadro sócio-econômico da região e o grau de difusão da posse escrava nesta sociedade.

Em relação ao item criação, a opção por trabalhar com os valores agregados do rebanho - e não apenas com o tamanho relativo de cada grupo de animais disposto pelo criador (quantas cabeças de reses, gado bovino, cavalos e muas possuíam), comumente utilizado neste tipo de trabalho de pesquisa - se deve a possibilidade de análise linear, estabelecendo um parâmetro comum entre os diversos bens de produção. Concomitantemente, optou-se por trabalhar também com a faixa de criação, agrupando os diversos tipos de animais que compunham o conjunto da criação na denominação comum de "rebanho", possibilitando, assim, identificar entre os inventariados aqueles que seriam os

grandes, médios e pequenos criadores. Tal procedimento foi igualmente adotado nos demais itens, com exceção da propriedade rural, onde não foi possível a adoção de uma unidade padrão de medida da extensão da propriedade, estabelecendo apenas a média de investimento neste setor. Por último, a posse de dinheiro em espécie e ações por parte de alguns inventariados e a relação de dívidas ativas e passivas foram utilizados como parâmetro para a identificação do fluxo de investimento disponibilizado em recursos monetários pelos inventariados, mapeando as relações comerciais mantidas por esses. É certo que apenas uma quantidade ínfima de inventários disponibilizaram uma relação de dívidas detalhadas, identificando a natureza das operações. No entanto, acreditamos que mesmo assim, esses inventários possibilitam uma amostragem qualitativa suficiente para nosso objetivo.

Neste contexto, a primeira parte da análise dos inventários partiu da divisão dos inventariados entre as faixas de riqueza de acordo com o monte-mor, buscando, dessa forma, situá-los de acordo com os seus respectivos grupos sociais. Escolhemos trabalhar concomitantemente com os dois critérios (faixas e grupos) para demonstrar que dentro de um mesmo grupo social refletia-se a heterogeneidade desta sociedade nas estratégias de composição de suas fortunas, percebendo as hierarquias presentes na construção dos patrimônios.

Em um segundo momento, dividiu-se a análise entre os inventários que apresentaram posse escrava e os que não apresentaram. Neste sentido, buscou-se perceber a difusão da posse de cativos nos inventários através de um quadro de aproveitamento da mão-de-obra escrava, verificando a divisão de recursos empregados nos meios de produção entre esses subgrupos. Dessa forma, cruzando os dados obtidos nos inventários com as escrituras de compra e venda, troca e doação de escravos, buscou-se o entendimento das possibilidades de se possuir escravos ou aumentar os plantéis, e até que ponto era interessante para os proprietários adquirirem um ou mais cativos.

Os inventariados e a distribuição da riqueza

Em uma primeira divisão, referente a informações sobre os inventariados, buscamos situá-los de acordo com as faixas de riqueza, delimitando-os dentro de um quadro sócio-econômico na região. Para tanto, utilizamos como critérios para a distribuição dos inventariados entre “pobres”, “remediados”, “abastados” e “ricos” os parâmetros inerentes dos dados dispostos nos próprios inventários lageanos, o monte-mor e o conjunto de propriedades. Dessa forma, um indivíduo considerado “rico” em Lages, não o seria, necessariamente, no Rio de Janeiro. Enquanto que João Fragoso descreve, nos inventários fluminenses de 1794 a 1846, uma das maiores fortunas como sendo de 926:757\$480, em Lages, a maior fortuna pessoal encontrada foi de 218:046\$680.¹

Tabela VII: Divisão dos inventariados de acordo com faixa de riqueza:

Grupos	Faixas de riqueza em mil reis	N. °	%
Pobres	Até 1:000	20	14,7
Remediados	entre 1:001 e 5:000	68	45,3
	entre 5:001 e 10:000	17	10,0
Abastados	entre 10:001 e 20:000	21	14,0
	entre 20:001 e 50:000	18	12,0
Ricos	Superior a 50:001	6	4,0
	TOTAL	150	100

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages. (1840 a 1865). MJTJSC.

Nota: “Até 1:000\$000” - incluído um processo de “Autos de defuntos e ausentes”.

O que se observa nesta tabela é que a maior parte dos inventariados estão concentrados na segunda faixa, “entre 1:001\$000 e 5:000\$000”. Agregando esta faixa com a de “5:001\$000 a 10:000\$000”, esta disposição demonstra que o conjunto desses inventários é predominantemente formado por uma camada remediada da sociedade lageana (55,3%) Por outro lado, 14,7% dos inventariados estavam inseridos em uma situação econômica à margem da pobreza. Consideramos esta classificação em oposição a

¹ FRAGOSO, João Luiz R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2 ed. Rev, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. p. 316. Inventários *post-mortem* de dona Anna Maria de Lima. 1865. Cx. 36 (0-03). MJTJSC.

pobre, uma vez que estes apresentaram possuir o mínimo de bens necessários para a abertura de um processo de inventário. No entanto, para efeito deste estudo, passaremos a nos referir a este grupo simplesmente através da denominação “pobre”. Em seguida, ao agruparmos a quarta e a quinta faixas, veremos que 26,0% dos inventariados estavam sobre a classificação de abastados. Por último, os poucos inventariados que apresentaram uma maior concentração de riqueza superior a 50:001\$000, que serão referidos neste trabalho como “ricos”, representaram 4,0% dos inventariados. Dessa forma, temos nos inventários uma amostragem de uma sociedade polarizada entre dois grupos predominantes, os “remediados” e os “abastados”.

Em “Homens de grossa aventura”, João Fragoso, ao abordar as transformações na lógica do funcionamento da economia colonial no século XIX, identifica a presença de acumulação endógena à Colônia, de um mercado interno ativo e de uma elite residente de negociantes assentada numa acumulação mercantil interna. Ele busca analisar o quadro de hierarquia econômica e social desta sociedade e seus mecanismos de reprodução. Neste sentido, a escolha da praça mercantil do Rio de Janeiro no período de 1790 a 1840 como objeto de análise, segundo o autor, partiu do fato de que a mesma consistia no centro econômico e político do Sudeste brasileiro, sendo que no período recortado era o principal ponto de encontro das produções comerciais de abastecimento interno e de exportação. A hierarquia econômica e social da praça do Rio de Janeiro retrata a presença do capital mercantil e dos grandes senhores de terras e escravos. O autor utiliza-se da amostragem de uma série de inventários *post-mortem* referentes à praça comercial e o meio rural circundante para identificar, através do perfil da composição das fortunas, o peso dos diferentes setores que compunham a economia da região, delineando sua estrutura e hierarquia econômica e social².

Dessa forma, seguindo o procedimento adotado por João Fragoso, buscamos a disposição dos dados coletados da totalidade dos inventários lageanos disponíveis de acordo com a somatória dos valores agregados aos bens inventariados, tais como terras, escravos, instrumentos, equipamentos e animais, de acordo com a faixa de riqueza,

² FRAGOSO, João Luiz R. *Homens de grossa aventura*. p. 305-6. Vide também FLORENTINO, Manolo; FRAGOSO, João Luiz R. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 169 – 219.

buscando assim identificar a configuração da hierarquia sócio-econômica desta sociedade de acordo com a distribuição e a concentração de recursos aplicados em patrimônio produtivo. Para uma melhor aproximação deste quadro, analisamos primeiramente o conjunto dos inventários de acordo com as suas respectivas faixas de riqueza. Assim, abordamos separadamente os itens de acordo com o total do monte-mor em busca das estratégias comuns na composição do patrimônio produtivo dentro dos mesmos grupos.

Tabela VIII: Distribuição de riqueza nos inventários de Lages por faixa de riqueza e ramo de investimento (1840 a 1865)

Faixa de riqueza	INV.	C.	PR	PU	E	BD	F/E	D/A	DAt.	M	DP
	N.º	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
A	19	5:600\$800	2:634\$000	1:695\$000	700\$000	759\$500	23\$680	236\$356	170\$000	11:895\$670	- 1:987\$414
%	12,8	47,1	22,1	14,2	5,9	6,4	0,2	2,0	1,4	100	- 16,7
B	68	67:249\$200	21:502\$120	2:797\$000	43:559\$200	9:721\$226	238\$422	0	7:203\$240	192:017\$100	- 41:985\$510
%	45,6	35,0	11,2	1,4	22,7	5,0	0,1	0	3,8	100	- 21,9
C	17	36:064\$520	49:503\$400	724\$000	22:539\$000	2:425\$940	522\$940	2:608\$400	5:263\$142	121:846\$000	- 6:867\$015
%	11,4	29,6	40,6	0,6	18,5	2,0	0,4	2,1	4,3	100	- 5,6
D	21	84:637\$100	104:026\$200	13:520\$000	64:088\$200	65:944\$880	216\$650	0	16:115\$340	287:516\$200	- 23:810\$940
%	14,1	29,4	36,2	4,7	22,3	22,9	0,1	0	5,6	100	- 8,3
E	18	179:612\$500	251:482\$750	18:895\$000	107:262\$900	9:705\$840	280\$040	2:577\$020	33:918\$070	603:745\$400	- 44:861\$540
%	12,0	29,8	41,7	3,1	17,8	1,6	0,1	0,4	5,6	100	- 0,7
F	6	117:921\$040	374:720\$000	5:940\$000	103:667\$000	4:117\$500	970\$600	7:988\$000	76:350\$753	710:368\$380	- 16:843\$360
%	4,1	16,6	52,8	0,8	14,6	0,6	0,1	1,1	10,8	100	- 2,4

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

Notas: (A) Até 1:000\$000; (B) entre 1:001\$000 e 5:000\$000; (C) entre 5:001\$000 e 10:000\$000; (D) entre 11:001\$000 e 20:000\$000; (E) entre 21:001\$000 e 50:000\$000; (F) Superior a 50:001\$000.

(C) Criação; (PR) Propriedade Rural; (PU) Propriedade Urbana; (E) Escravos; (BD) Bens Diversos; (F/E) Ferramentas/Equipamentos; (D/A) Dinheiros/Ações; (DAt) Dívidas Ativas; (M) Monte-mor; (DP) Dívidas Passivas.

Como se observa na tabela acima, grande parte dos recursos acumulados pelos inventariados estavam aplicados em bens de produção, o que aponta para o envolvimento direto ou indireto destes com ao menos uma das atividades de grande lucratividade na região, seja na criação, na comercialização de tropas, aluguel de campos de invernada e/ou comércio em geral.

Por outro lado, embora a grande parte dos inventariados esteja concentrada na faixa de “1:001\$000 a 5:000\$000”, com 68 inventários e um monte-mor total de 192:017\$000, esta faixa, no entanto, corresponde a apenas 10,0% da riqueza distribuída nos inventários. Os inventários da faixa correspondente ao monte-mor “superior a 50:001\$000”, por sua vez, contando com apenas seis inventários, detêm 36,84% da riqueza acumulada.

Ora, Fragoso ao analisar os padrões de distribuição de riqueza nos inventários do Rio de Janeiro percebe uma brutal desigualdade entre as faixas. Dessa forma, destaca que cerca de 44,0% dos inventários detinham menos de 4,0% das fortunas levantadas, enquanto mais de 60,0% do monte-bruto estavam retidos por 9,1% a 14% dos recenseados. Estes últimos eram os mesmos que controlavam sempre mais de 40% dos principais setores da economia (rural e comércio/usura), percentual que, segundo o autor, poderia chegar a 95%, como no caso das dívidas ativas. Assim, para efeito de comparação do quadro exposto por Fragoso com o encontrado em Lages, reproduzimos na tabela abaixo a hierarquia na distribuição da riqueza nos inventários do Rio de Janeiro apresentado pelo autor referente aos anos de 1840 e 1860.

Tabela IX: Distribuição da riqueza a partir dos inventários *post-mortem*, da cidade do Rio de Janeiro (1840 e 1860)

Anos	% dos inventariados	Participação (%) no monte-bruto dos inventários
1840	9,1	67,8
	18,2	17,5
	27,3	10,7
	45,4	4,0
	100,0	100,0
1860	10,0	65,0
	37,3	30,5
	52,7	4,5
	100,0	100,0

Fonte: FRAGOSO, João Luiz R. *Homens de grossa aventura*. p. 309.

Neste sentido, ao agregarmos as respectivas faixas de riqueza dos inventários lageanos nos quatro grandes grupos de nossa amostra (pobres, remediados, abastados e ricos) para verificar a distribuição da riqueza inventariada entre os mesmos, observamos a seguinte disposição:

Tabela X: Distribuição da riqueza dos inventários de Lages de acordo com os grupos sociais (1840-1860)

Grupos	Inventários		Monte-mor	
	N.º	%	Total	%
Pobres	19	12,8	11:895\$670	0,6
Remediados	85	57,1	313:863\$700	16,3
Abastados	39	26,1	891:261\$600	46,3
Ricos	6	4,0	710:350\$753	36,8
Total	149	100,0	1:927:371\$723	100,0

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

Nota: “Pobres”: Até 1:000\$000; “Remediados”: entre 1:001\$000 e 10:000\$000; “Abastados”: entre 11:001\$000 e 50:000\$000; “Ricos”: Superior a 50:001\$000.

Como esperado, assim como o quadro apresentado por Fragoso para o Rio de Janeiro, encontrou-se em Lages uma sociedade igualmente marcada pela desigualdade na distribuição de riquezas, cuja hierarquia sócio-econômica estava estruturada na propriedade fundiária, criação e posse escrava. Assim, as faixas correspondentes ao grupo de “abastados” concentram pouco menos da metade da riqueza (46,3%), seguido pelos “ricos” (36,8%), sendo que estes controlavam grande parte dos bens de produção, mantendo uma grande distância dos grupos formados pelos menos favorecidos, “pobres” e “remediados” (0,6% e 16,3% respectivamente).

Acumulação monetária e dívidas ativas e passivas

Helen Osório, abordando o contraste entre as relações comerciais do Rio de Janeiro com o Rio Grande do Sul destaca que é incomparável o grau da acumulação mercantil sediada no Rio de Janeiro com a do extremo sul. Dessa forma, observa através dos inventários rio-grandenses que:

As dívidas ativas (letras, contas-correntes e créditos pessoais), previsivelmente, têm uma participação inferior nas fortunas do Rio Grande do que nas do Rio de Janeiro, já que em suas atividades comerciais os negociantes sulistas eram tributários dos créditos cariocas [...]. Enquanto no Rio o capital usurário e mercantil (soma das dívidas ativas mais comércio) alcançava em torno de 1/4 dos ativos, no Rio Grande o montante, para a maior parte dos quinquênios, aproximava-se de 1/5.³

Assim, a autora descreve para o Rio Grande do Sul uma economia regional pré-industrial, caracterizada por circulação monetária e liquidez precárias, e um mercado restrito, marcado pela inexistência substancial de atividades industriais e da frequência residual do setor artesanal e baixos percentuais de moeda.⁴

De forma semelhante, observamos em Lages que uma quantidade ínfima de inventários apresentou a posse de dinheiro e ações⁵, demonstrando assim, como no quadro constatado por Osório para o Rio Grande do Sul, a baixa circulação monetária desta sociedade local, em comparação com o Rio de Janeiro. No entanto, mesmo assim o Rio Grande do Sul, segundo Osório, apresenta um grau maior de monetarização, com muito mais créditos, oscilando entre 6,5% e 36% dos ativos.⁶

Observa-se também o baixo grau de comprometimento das dívidas ativas nos inventários lageanos, não ultrapassando a mais de 10% do total da riqueza distribuída.

³ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Tese (Doutorado). Niterói, RJ: UFF, 1999 . pp. 230-2.

⁴ Vide ainda FRAGOSO, João. L. R. *Homens de grossa aventura*. p. 254-5.

⁵ Estas ações dizem respeito a “Sociedade Lageana de erva-mathe”. Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

⁶ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. pp. 230-2.

Embora a maior parte dos processos não especifique a natureza destas dívidas, observa-se naqueles que constam maiores detalhes, que essas dívidas eram referentes a aluguel de campos de invernadas e comercialização de gado, como também concessão de empréstimos e créditos aos pequenos criadores na compra de gado, terras e escravos. Dessa forma, observa-se que o grupo que apresentou uma maior concentração de dívidas ativas por inventários é o referente à faixa “superior a 50:001\$000” (“ricos”), correspondendo a 10,7% do montante, em oposição a 2,4% de passivos. Por outro lado, deve se dar destaque ao grau de comprometimento das faixas correspondentes aos grupos dos “pobres” e “remediados” com as dívidas passivas. Assim, os inventários referentes à faixa de “até 1:000\$000” apresentaram 16,7% de seu monte-bruto comprometido com passivos contra 1,4% de dívidas ativas, sendo que em alguns casos, os valores dos passivos eram muito acima do total dos bens avaliados. A faixa correspondente a “1:001\$000 a 5:000\$000”, apresentou por sua vez, o maior índice de dívidas passivas por montante, 21,9% em oposição a 3,7% de dívidas ativas. Uma hipótese é que ao fazer as dívidas, estes indivíduos estavam buscando obter acesso à ascensão social através da aquisição de créditos e empréstimos para a reprodução e manutenção dos bens de produção, seja terra, gado e escravos, conforme vimos na nota de despesas de Francisco José Velho, no capítulo II.⁷

Propriedade rural⁸

Apenas 44,59% dos inventários identificaram em qual região o inventariado mantinha residência fixa, se na vila ou nas demais freguesias que compunham os “Campos de Lages”. Destes, 50% são identificados apenas como moradores nas “fazendas” ou

⁷ Neste sentido, Bacelar aponta, em Sorocaba, a prática de empréstimo de dinheiro por parte dos grandes negociantes para os pequenos lavradores para que estes adquirissem escravos para serem pagos a prazo. BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos VIII e XIX*. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2001. p. 156.

⁸ No item “propriedade rural” estão classificados as terras, campos, “campos mais matos” e faxinais. A estas são agregadas benfeitorias como casas, galpões, mangueirais, currais, entre outras, comumente avaliados junto com as terras, o que aumentava o seu valor. Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

“sítios”, (por exemplo, “fazenda das invernadas”, “fazenda das vacas gordas”) não mencionando, no entanto, aonde esta se localizava.⁹

Excluindo os inventários que não identificaram as localidades em que o inventariado possuía residência, a grande parte se concentrava dentro dos limites da freguesia de Lages. No entanto, não excluía o fato de que o mesmo inventariado mantivesse propriedade nas demais freguesias que compunham o termo, fato este comum entre grandes criadores que mantinham terras em toda a extensão dos “Campos de Lages”, além de em outras localidades e províncias.¹⁰ Esta disposição reforça o caráter rural da região, principalmente considerando a concentração de recursos investidos em propriedades rurais em oposição à propriedade urbana. Nos inventários, de acordo com as devidas proporções de distribuição de riqueza das respectivas faixas, as terras mantiveram um percentual de comprometimento do montante superior a casas e prédios na vila, sendo que a primeira apresentou um mínimo de 14,2% e máximo de 52,7%, enquanto a segunda apresentou um mínimo de 0,8% e máximo de 14,2%

Uma nova utilização do quadro apontado por Helen Osório sobre o contraste ente o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro nos ajuda a compreender a situação em Lages. De acordo com a autora, enquanto no Rio de Janeiro o setor imobiliário urbano representou 25% das fortunas no período de 1799-1820, os bens rurais não ultrapassaram a faixa dos 15%, sendo que no Rio Grande, por sua vez, os bens rurais, oscilaram em todo o período da amostra entre 25,7% e 56,0% das fortunas, enquanto o setor urbano variou entre 0,5% e 18,8%.

Estas diferenças justificam-se pelas características da capital do Vice-reinado, cidade portuária e mercantil, “*locus* privilegiado da reprodução, via mercado interno, da formação

⁹ No entanto, sete fazendas foram identificadas no texto de Licurgo Costa, na “relação completa das fazendas lageanas existentes em 1817”, como sendo localizadas na freguesia de Lages. COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens. sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 1476-8.

¹⁰ Também foram apurados casos de proprietários que não residiam em Lages, como o de Dona Maria Rita da Silva Pinto, cujo inventário de 1857 a identifica como moradora do Rio de Janeiro. “Declarou lhe dito inventariante haver ficado pelos dito falecimento de Dona Rita da Silva Pinto da Corte do Rio de Janeiro, nesta villa hum pequeno terreno no rocio desta mesma villa, que sendo bem visto pelos avaliadores e Major Saturnino de Souza e Oliveira e Claudianno de Oliveira Rosa, acharão valer a quantia de cento e sessenta mil reis.” A inventariada tinha herdeiros em Lages, onde também se encontrava em viagem no momento de sua morte. O inventario traz um recibo da casa funerária onde se observa que a inventariada tinha 27 anos e era natural da província de Santa Catarina. Inventários *post-mortem* de Dona Maria Rita da Silvia Pinto. 1857. Cx. 40 (0-07). MJTJSC.

econômico-social colonial”. Além disso, na amostragem utilizada pelo autor [Fragoso], somente 35,4% dos inventários são rurais, enquanto para o Rio Grande, apenas 26% dos inventários são exclusivamente urbanos. No sul, as aglomerações urbanas eram muito incipientes.¹¹

Para entender como este quadro se aplica em Lages, passaremos a analisar separadamente a concentração de investimento em propriedade rural de acordo com as faixas de riqueza dos inventários.

De acordo com os dados expostos na tabela VIII a faixa de “até 1:000\$000” apresenta uma média de investimentos bruto em propriedade rural de 5:600\$800, correspondendo a um comprometimento de recursos investidos neste setor de 22,14%. No entanto, aproximadamente 50% destes inventários não apresentaram nenhum tipo de propriedade rural, sendo que entre os inventários que apresentaram investimento neste setor a grande maioria correspondia a pequenas partes de terras, adquiridas através da partilha de herança. Em dois casos a propriedade rural limitava-se a casas, sugerindo que se tratava de algum agregado da fazenda que possuía a propriedade de sua moradia nas terras de seu patrão. Por outro lado, esta faixa é a que representou a maior concentração de propriedade urbana, sendo em sua maioria, referentes a casas simples e de pouco valor atribuído.

Já a segunda faixa (entre 1:001\$000 e 5:000\$000), por sua vez, agrega a maior parte dos inventários, o que resultou em um aumento significativo na concentração de investimento bruto em terras (21:502\$120). Dos 68 inventários que compõem esta faixa, apenas 19,3% não apresentaram nenhum tipo de propriedade rural. No entanto, esta faixa apresenta o menor percentual de recursos investidos neste setor por montante, com apenas 11,2%. Observa-se a propriedade de pequenas partes de terras (campos, campos e matos, e terras e benfeitorias), com valores agregados entre 500\$000 a 2:000\$000, compartilhadas possivelmente através do sistema de condomínio, como nos referimos no capítulo anterior.

Nas demais faixas subseqüentes, quase a totalidade dos inventários apresentaram algum tipo de propriedade rural, com uma maior variedade de tipos (campos, faxinais, campos e matos) e benfeitorias (casas, mangueiras, paiol, etc.). Neste sentido, observa-se que as faixas correspondentes a “de 21:001\$000 a 50:000\$000” e “superior a 50:001\$0000” apresentam mais de 40% de seus recursos comprometidos em terras. As

¹¹ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América* p. 231. Cf. FRAGOSO, João. L. R. *Homens de grossa aventura*. p. 255.

faixas intermediárias, por sua vez, embora tenham apresentado um percentual de investimento em terras abaixo de 40%, ainda assim mantinham grande parte de seus recursos investidos em terras.

Ora, de acordo com o quadro apontado por Helen Osório sobre a composição da estrutura produtiva das estâncias gaúchas, da totalidade dos investimentos arrolados nos 185 inventários por ela trabalhados, 36,5% dos recursos empregados estavam comprometidos em terras, enquanto que 41,3% estavam em criação. Por outro lado, dividindo os inventários entre os médios criadores (de 101 a 1.000 cabeças de gado) e grandes (acima de 1.000 cabeças), observou uma inversão de valores, sendo que o primeiro grupo apresentou uma maior concentração de recursos aplicados em terras (40,8%) sobre a criação (26,6%), enquanto o segundo grupo apresentou uma predominância de recursos em animais (46,7%) em relação a terras (34,9%).

Comparando esta disposição levantada por Osório com a encontrada em Lages, percebe-se que, com exceção das duas primeiras faixas (de “até 1:000\$000” e de “1:001\$000 até 5:000\$000”), as demais, apresentaram uma maior concentração de recursos investidos em propriedade rural. Assim, demonstra uma tendência dos grupos correspondentes às maiores faixas de riqueza de optarem pelo investimento em terras como estratégia de composição do patrimônio produtivo, realçando o seu prestígio social e político. Já os grupos correspondentes às menores faixas de riqueza, cujo acesso à terra seria mais limitado, tenderiam a aplicar os seus recursos em outros setores (criação, escravos, entre outros), como veremos abaixo.

Criação

A criação, por sua vez, está presente em aproximadamente todos os inventários lageanos, sendo que dos 150 processos, apenas seis não apresentaram nenhum tipo de criação por menor que fosse.

Conforme visto acima, os dois primeiros grupos (“até 1:000\$000” e “entre 1:001\$000 e 5:000\$000”) apresentaram os menores percentuais de comprometimento em

¹² OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. p. 93.

recursos investidos em propriedade rural por montante bruto. No entanto, esses mesmos grupos se destacaram por apresentarem a maior porcentagem de investimento em criação por montante, sendo 47,1% e 35,0% respectivamente.

Por outro lado, os demais grupos apresentaram uma tendência em concentrar a maior parte de seus recursos em propriedade rural, enquanto dedicavam uma média de 10,4% de seus montantes em investimentos em criação. Ou seja, de um lado temos os dois primeiros grupos onde se observa que praticamente todos os inventariados mantinham algum tipo de criação, embora pequena, mas nem todos possuíam terras, enquanto na outra extremidade da tabela, temos dois grupos, referentes às maiores faixas de riqueza por inventário, que apresentaram uma grande soma de investimento em criação, mas com um maior comprometimento de recursos em propriedade fundiária. Como se explicaria essa diferenciação na prática da atividade pastoril em Lages? Para podermos obter esta resposta, trataremos da composição do patrimônio investido neste setor, identificando o porte dos criadores de acordo com a faixa de seus rebanhos. Neste sentido, segue abaixo na tabela a cotação de cada tipo de animal de acordo com avaliação em inventários:

Tabela XI: Cotação média do gado muar, bovino e cavalar em Lages segundo inventários

Muar e cavalar		Bovino	
Tipo	Valor	Tipo	Valor
Besta mansa de carga	25\$000	Boi curraleiro	20\$000
Besta mansa de arreios	30\$000	Boi de um ano	5\$000
Burro Criado	18\$000	Boi de dois anos	10\$000
Burro em bom estado	16\$000	Boi de Quatro anos	20\$000
Burro hechor	60\$000	Boi de corte	18\$000
Égua com cria	5\$000	Novilho de dois anos	20\$000
Égua com cria de burros	7\$000	Terneiro de um ano	4\$000
Égua com cria de potros	5\$000	Terneiro de dois anos	8\$000
Égua solteiras	3\$000	Terneiro criado	14\$000
Mula mansa em bom estado	25\$000	Vaca com cria	16\$000
Mula “vaquiana”	40\$000	Vaca solteira	12\$000
Cavalo mansos em bom estado	26\$0000	Rezes	7\$000
Cavalo mansos em mau estado	14\$000		
Cavalo xucro	16\$000	Ovino	
Potranca	25\$000	Ovelha	1\$000
Potro criado	12\$000		

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

O que se observa na tabela acima é o alto valor atribuído ao gado muar em relação ao gado bovino. Enquanto entre o rebanho bovino o boi recebeu a maior cotação (20\$000), o “burro hechor” (burro reprodutor) foi o animal mais valorizado do conjunto (60\$000). A mula “vaquiana” também se destacou pelo alto valor atribuído (40\$000). De acordo com Paulo Pinheiro Machado “o fato de a mula ser um produto híbrido de asininos e eqüinos, sem descendência fértil, obrigava os tropeiros do centro do país a, periodicamente, renovar seu rebanho de animais de transporte e tração através da aquisição de mais mulas do sul”. Assim, este tipo de animal, servindo tanto para o transporte de gêneros como também para montaria, era o principal produto destinado para as feiras de

animais, encontrando um comércio certo e lucrativo.¹³

Helen Osório, analisando a composição do rebanho gaúcho de acordo com ocupação dos proprietários, “lavrador”, “criadores”, “criador e lavrador” e “mais à lavoura do que à criação”, aponta no Rio Grande do Sul a predominância de unidades produtivas mistas, dedicadas simultaneamente à agricultura e pecuária. Dessa forma destaca que:

No Rio Grande, um proprietário que possuísse 61 reses, 6 bois, 6 cavalos e uma égua era considerado lavrador. Mesmo que o produtor possuísse um pouco mais de uma centena de reses, em média, ainda assim considerava-se que se dedicava “mais à lavoura do que à criação”. Isto significa que rebanhos de tal tamanho não eram suficientes para o sustento de uma família, e que seu sustento provinha principalmente da agricultura.¹⁴

Com um rebanho menos diversificado do que os “criadores” ou os “criadores e lavradores”, este grupo (“mais lavoura do que criação”) não apresentava posse de ovelhas e nem produziam mulas, no entanto possuíam o maior número de bois que qualquer outra categoria “o que é um indicativo da prática da agricultura (quer como animal de tração para o arado ou para os carros e carretas que escoavam seu excedente agrícola)”. Neste sentido, Osório conclui que este grupo era formado por produtores que se dedicavam tanto à agricultura quanto ao pastoreio, na produção de trigo, milho, feijão ou farinha de mandioca, carne e leite de seu pequeno rebanho, comercializando algum excedente alimentar, algumas vacas ou couros.

Em seguida, distinguindo entre aqueles que viviam principalmente de sua criação e os que viviam da criação e lavouras, destaca que, mesmo considerando a diversidade de seus rebanhos, os “criadores e lavradores” possuíam, em média, 22% mais reses que os primeiros. “Possuem também o dobro do número de bois, um indicativo da prática da agricultura, da mesma forma que um número superior de mulas, utilizadas em múltiplas tarefas”. Assim, conclui que os maiores proprietários de rebanho eram os produtores que combinavam a pecuária com a agricultura.

¹³ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas* (1912-1916) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 61-2.

¹⁴ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. pp. 71-4

Indo além, observa no período de 1815-1825, uma redução brusca da participação de muares no rebanho rio-grandense, em oposição a gado vacum, sendo que o primeiro, que correspondia anteriormente a 25% do número total de animais, passou para 10%, ao passo que a concentração de gado vacum passou a corresponder a 84% do rebanho total.

Esta perda de importância dos rebanhos muares e eqüinos e o predomínio do gado vacum, quando se inicia o século XIX, em linhas gerais, são processos semelhantes na campanha de Buenos Aires e no Rio Grande do Sul. Se no primeiro período analisado por Garavaglia, 1751-1782, o valor dos vacuns correspondia a cerca de 60% do valor do rebanho, em seu último período, 1797-1815 eles já atingiam 74%. A queda da criação de muares lá está relacionada à desarticulação do tráfico de mulas para o Peru, devido às rebeliões altoperuanas (1782) e, posteriormente, ao deslocamento da produção muar para regiões mais ao norte.¹⁵

Além destes fatores, é pertinente destacar o crescimento da produção de charque no Rio Grande do Sul, exigindo uma maior concentração do gado bovino. Com efeito, destaca-se em Lages a venda deste tipo de animal para as estâncias rio-grandenses.

Por outro lado, considerando a média de investimento em criação nos inventários de acordo com cada grupo de faixa de riqueza, observa-se algumas similaridades e diferenças nas estratégias dos criadores lageanos com as apontadas por Osório na distribuição de investimento neste setor, conforme disposição da tabela XII e do gráfico VI.

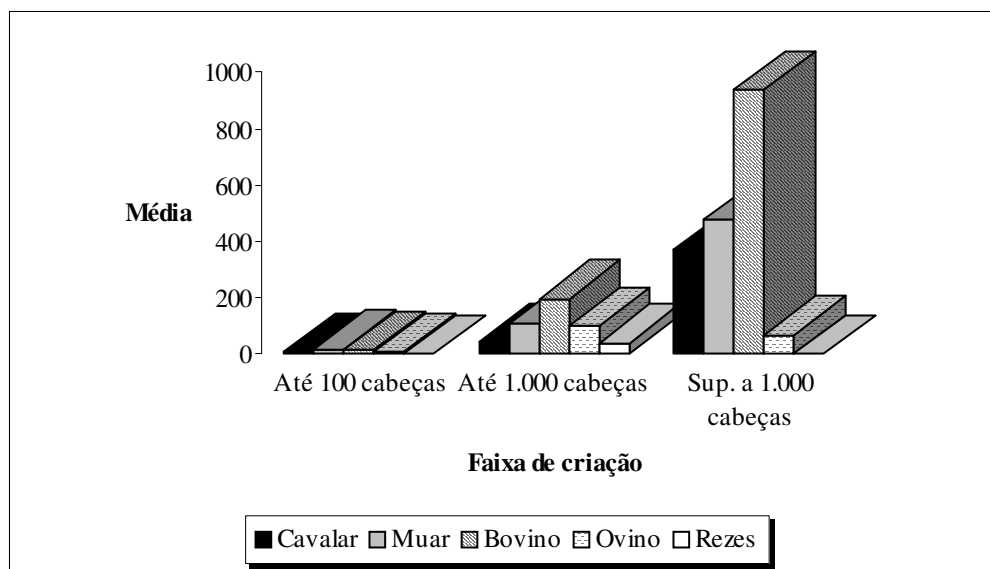
¹⁵ Idem. p. 112.

Tabela XII: Faixa de investimento em criação por tamanho de rebanho e faixa de riqueza

F.R	Até 100 cabeças		De 100 até 1.000 cabeças		Superior a 1.000 cabeças		Total	
	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor	N.º	Valor
(A)	16	5:600\$800	0	0	0	0	16	5:600\$800
%	100,0	100,0	0	0	0	0	100,0	100,0
(B)	45	29:757\$570	21	37:491\$630	0	0	66	67:249\$200
%	68,2	44,2	31,8	55,8	0	0	100,0	100,0
(C)	3	4:763\$800	13	31:300\$720	0	0	16	36:064\$520
%	18,8	13,2	81,3	86,8	0	0	100,0	100,0
(D)	4	2:537\$000	17	82:100\$100	0	0	21	84:637\$100
%	19,1	3,0	81,0	97,0	0	0	100,0	100,0
(E)	1	748\$000	14	110:485\$000	3	68:379\$500	18	179:612\$500
%	5,6	0,4	77,8	61,5	16,7	38,1	100,0	100,0
(F)	0	0	3	30:833\$540	3	87:087\$500	6	117:921\$040
%	0	0	50,0	26,1	50,0	73,9	100,0	100,0
Total	69	43:407\$170	68	292:210\$990	6	155:467\$000	143	491:085\$160
%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

Nota: (A) Até 1:000\$000; (B) entre 1:001\$000 e 5:000\$000; (C) entre 5:001\$000 e 10:000\$000; (D) entre 11:001\$000 e 20:000\$000; (E) entre 21:001\$000 e 50:000\$000; (F) Superior a 50:001\$0000.

Gráfico VI: Composição média do rebanho lageano de acordo com o tipo de animal e faixa de criação

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

A primeira faixa, com montante correspondente a “até 1:000\$000”, é predominantemente formada por pequenos criadores com rebanhos com até 100 cabeças. Estes eram compostos por criações mistas, apresentando pequenas quantidades de cada tipo animal, muitas vezes os mais desvalorizados. A segunda faixa (entre “1:001\$000 e 5:000\$000”) é dividida por 68,2% de pequenos criadores e 31,8% médios criadores (de 100 a 1.000 cabeças). Apresentam um rebanho formado principalmente por gado bovino e muar, tendo uma leve vantagem do primeiro sobre o segundo. A terceira faixa é dividida em 18,8% de pequenos criadores com rebanho de até 100 cabeças, enquanto a grande maioria, 81,3%, é composta por médios criadores com rebanhos de 100 a 1.000 cabeças. Apresentam as mesmas características na composição do rebanho do grupo acima. A faixa correspondente ao montante “entre 10\$001\$000 a 20\$000\$000”, por sua vez, é composta por 19,04% de pequenos criadores, e 80,95% de médios criadores. A faixa de 20:001\$000 e 50:000\$000 é composta por 5,55% de pequenos criadores (apenas um caso), 77,77% de médios e 16,66% de grandes criadores com rebanhos superiores a 1.000 cabeças de gado. Finalmente o último grupo é composto por médios e grandes criadores (50% para cada categoria).

Dessa forma, podemos voltar a nossa pergunta, de como se explicaria a diferenciação entre a propriedade rural e a criação na prática da atividade pastoril em Lages?

Como referido no capítulo anterior, a posse de uma pequena criação por uma parcela da população que não dispunha de terras poderia indicar a presença de agregados das fazendas entre os inventariados, que obtinham o gado através de “pagamentos” realizados pelos grandes criadores. O limite máximo do rebanho para esses agregados permanecerem com suas respectivas criações em terra alheias seriam de até 100 cabeças. Dessa forma, o fato de que a totalidade dos inventários correspondentes à faixa de “até 1:000\$000” era composta por pequenos criadores, sugere, ao menos em relação aos que não apresentaram propriedade de terras, que grande parte destes realmente tratava-se de agregados. É pertinente destacar que havia outro meio de acesso à terra para esses pequenos criadores, e era provavelmente o recurso mais utilizado na região: o “favor” ou a posse de pastagens constituídas em terras devolutas. No entanto, como nesses casos o arranjo sobre o uso da terra não está registrado nos inventários, não é possível verificar o quanto este

procedimento era comum na região, utilizando somente esta fonte.

Para o segundo caso apontado (investimento em propriedade superior a criação) é pertinente destacar que grande parte dessas propriedades rurais dizia respeito a campos de invernadas, que poderiam ser largamente utilizados pelos criadores tanto para a engorda do seu próprio rebanho, no sistema de rodízio dos pastos, mas, principalmente, para o aluguel dos campos para o descanso e engorda das tropas provenientes de localidades mais ao sul. Este segundo tipo de utilização desses campos indica a estratégia desses proprietários de se utilizar do aluguel para complementar os lucros obtidos no comércio de animais, como observado no capítulo anterior.

Por outro lado, deve-se salientar que a lógica do pequeno criador não se aplica nas faixas correspondentes às maiores riquezas inventariadas. Nesses casos, a falta de maiores investimentos em criação no momento do processo de inventário não indica que os inventariados não fossem grandes criadores, pois os mesmos poderiam ter falecido em período de reposição de seus rebanhos. É o caso de Manuel Delfes da Cruz, enquadrado na faixa correspondente a “entre 20:001\$000 e 50:000\$000”, cujo inventário indica que possuía uma pequena criação avaliada em 748\$000 (menos de 100 cabeças de gado). No entanto, a relação de dívidas ativas (10:279\$618) e passivas (3:212\$059) indicam que o mesmo, pouco antes de falecer, tinha vendido uma relativa quantidade de gado em Sorocaba, conforme se observa em uma nota, entre outras, feita por seu filho Antônio Delfes da Cruz, capataz e inventariante de seu pai: [...] dinheiro que por duas vezes mandei dar em Sorocaba como consta das cartas, e conta corrente de Antônio da Costa e Silva de Sorocaba – 5:589\$893. Importância de 30 mulas, que o finado meu pai levou para vender em Sorocaba, dos quais não recebi sua importância - 1:020\$000. Mais que meu pai me devia, como consta de seus assentos – 45\$500. [total] 6:655\$393.”¹⁶

Outro caso semelhante diz respeito a José Domingues D’arruda. Em seu inventário de 1849, José Domingues aparece com uma criação avaliada por 9:703\$540, um conjunto de propriedade rural de 26:100\$000 e um plantel composto por 27 escravos (sendo 19 homens e 8 mulheres). O mesmo faleceu Vacaria (RS) quando buscava negociar a compra de gado de seu irmão. Na relação de dívidas ativas constam 20 pessoas lhe

¹⁶ Inventário *post-mortem* de Manoel Delfes da Cruz. 1862. Cx. 37 (O-04). MJTJSC.

devendo valores que variavam entre 76\$716 a 4:014\$039. Embora não se tenha na relação nenhuma informação da natureza destas dívidas, acredita-se que ao menos parte dela era composta por negócios envolvendo a compra e venda de gado, uma vez que foram identificados quatro nomes neste inventário que também apareceram nos inventários de Manoel Delfes da Cruz e Francisco José Velho, igualmente envolvidos neste tipo de comércio. Além disso, deve-se considerar que o descompasso da entre fortuna total e porcentagem na criação também pode estar condicionado ao ciclo de vida, ou seja, inventariados idosos, com família numerosa, tendiam a apresentar menos bens vinculados à produção, uma vez que seu patrimônio poderia estar disperso entre doações e esmolas a igreja, “dotes” concedidos aos filhos, entre outros.

Assim, comparando com o quadro apresentado por Osório para o Rio Grande do Sul, observa-se em Lages o predomínio do gado *vacum* sobre o *muar*. No entanto, isto não descaracteriza a importância do gado *muar* sobre a economia da região. Enquanto se observa que, entre os pequenos criadores, as próprias condições dos animais indicam que estes poderiam estar sendo utilizados para a rotina de trabalho na lavoura ou roçado, entre os médios e os grandes criadores os animais seriam destinados, principalmente, aos grandes mercados. Assim, o gado *muar*, mesmo em número inferior, apresentou um maior peso no conjunto de investimentos neste setor.

Agricultura

Se até aqui consideramos apenas a atividade pastoril, por outro lado, não se pode desprezar a utilização dessas terras na exploração da agricultura. Embora poucos inventários tenham discriminado a posse de terras com lavouras e produtos agrícolas, segundo Helen Osório, a simples posse de ferramentas e equipamentos, como enxadas, foices, arados, atafonas e moinho, assim como a posse de “bois de arados” nas estâncias rio-grandenses podem ser considerados como indicadores que estas estariam articulando a pecuária com o cultivo agrícola. Destaca ainda que esses equipamentos, por apresentarem um pequeno valor unitário, representaram uma pequena proporção de 1,5% no montante dos inventários gaúchos. Mais caros eram os fornos de cobre, atafonas e carretas, que

custavam, no mínimo, o equivalente a 10 reses. No entanto, Osório enfatiza que mesmo não sendo constatado a participação dos equipamentos no montante total do patrimônio isso não significa, de forma alguma, que eles estivessem ausentes das estâncias, ou que a agricultura não fosse ali praticada, sendo comum nesta região o sistema de empréstimo de ferramentas.¹⁷ Situação semelhante pode ser atribuída ao levantamento desse tipo de instrumentos nos inventários lageanos. Embora, como no caso enfatizado por Osório, o valor unitário desses tenham sido baixos no montante bruto, observa-se sua presença em todas as faixas de riqueza, com destaque para as duas últimas correspondentes as maiores médias de investimentos empregados neste tipo de bens. Neste sentido, mesmo não tendo sido encontrados melhores indícios sobre o seu aproveitamento comercial na região, estes dados apontam que a exploração agrícola das terras em questão manteve-se articulada com a atividade de criação.

Escravos

Outra forma de se medir o aproveitamento da agricultura nestas unidades agrárias seria a própria posse escrava. De acordo com Bacellar em relação ao aproveitamento do braço escravo em Sorocaba, a concentração de muitos escravos por proprietário é sinal de diversidade de investimentos, em que o indivíduo aplicava os lucros obtidos no comércio de animais em outros setores da economia, especialmente na lavoura.¹⁸ Dessa forma, excluindo a primeira faixa dos inventários lageanos onde aparece apenas um escravo registrado, grande parte dos inventários registraram investimentos em posse escrava, como veremos adiante com mais detalhes. Embora a omissão da ocupação desses escravos dificulte distinguir entre escravos domésticos e os dedicados à produção agropecuária, pode se perceber que a difusão e o grau de comprometimento da mão-de-obra escrava era muito maior do que se supunha.

As faixas que aparecem com maior investimento em posse escrava são os “entre 1:000\$001 e 5:000\$000” e “superior a 51:000\$000”, que apresentam um percentual de

¹⁷ OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América*. pp. 71-4.

¹⁸ BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. p. 111.

21,9% e 24,7% de seus montantes. O primeiro, como já observamos, apresenta um baixo comprometimento de recursos investidos por montante em propriedade rural em relação ao investimento na criação, enquanto que o segundo apresenta uma lógica inversa, sendo que todos inventariados estão localizados em terras próprias e possuem escravos.

Estrutura da posse escrava

Neste momento focaremos a análise específica da estrutura da posse escrava de acordo com a diferenciação da composição dos patrimônios entre os proprietários e os não-proprietários de escravos. Dessa forma, pretende-se destacar quantos proprietários haviam no conjunto dos inventários analisados para se compreender o grau de comprometimento desta sociedade com a escravidão. Neste sentido, busca-se traçar um perfil dos proprietários de escravos de acordo com a distribuição de investimento em seus montantes inventariados e a disponibilidade do mercado escravo na região, para que assim se possa perceber quais eram as possibilidades de aproveitamento da mão-de-obra escrava, as estratégias utilizadas pelos proprietários na formação de seus plantéis e como era dividido o trabalho naquelas propriedades que não apresentavam posse escrava.

Uma nova comparação com o quadro apresentado por João Fragoso nos ajuda a compreender esta questão. Segundo o autor, quando trata da diferenciação da distribuição de riqueza nos inventários da praça mercantil do Rio de Janeiro de acordo com a posse escrava:

[...] a produção mercantil escravista teria por base a presença de uma hierarquia social que, fora da produção, transformava a escravidão em uma sociedade escravista. Isso nos levou a afirmar que a produção e o uso do sobretrabalho estariam subordinados à reprodução de uma estratificação zelosa pelas suas desigualdades e cujas bases seriam a propriedade do homem sobre o homem e, portanto, o mundo do trabalho identificado com o escravo.¹⁹

¹⁹ FRAGOSO, João Luiz R. *Homens de grossa aventura*. p. 379.

Esta diferenciação social e econômica, de acordo com Fragoso demonstra uma sociedade escravista com base no amplo predomínio do capital mercantil. Dessa forma, sua reprodução – como de resto, a própria reprodução da relação social escravista mercantil – passava necessariamente pelo constante exercício da diferenciação social e econômica, gerando uma parcela significativa da população (homens livres pobres e escravos), que se encontravam à margem da distribuição da riqueza.²⁰

A tabela XIII demonstra a disposição dos inventários lageanos de acordo com as faixas de riqueza, agora divididos entre os proprietários e os não-proprietários de escravos. Dessa forma, pode-se observar mais detalhadamente como a riqueza estava distribuída entre os dois subgrupos dentro de suas respectivas faixas, possibilitando perceber uma hierarquia econômica da sociedade estudada, além de permitir a apreensão de alguns aspectos da formação desta hierarquia.

²⁰ Idem. p. 312.

Tabela XIII: Distribuição da riqueza entre proprietários e não proprietários de escravos de acordo com tipo de investimento (1840-1865)

Faixa	Grupos	INV	CRIAÇÃO	PROP. RURAL	PROP. URBANA	ESCRAVOS		BENS DIVERSOS	FER/EQUIP.	DINHEIRO/AÇÕES	DIVIDA ATIVA	MONTE – MOR	DIVIDA. PASSIVA.
		N.º	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	N.º	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
A	Propr..	5,3	0	0	8,8	100,0	100,0	3,7	10,8	0	18,2	7,6	2,8
	N.propr.	94,7	100,0	100,0	91,2	0	0	96,3	89,2	100,0	81,8	92,4	97,2
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0	100,0	100,0	100,0
B	Propr..	51,5	51,7	92,6	57,0	100,0	100,0	46,8	64,3	0	50,7	56,8	80,2
	N.propr.	48,5	48,3	7,4	43,0	0	0	53,2	35,7	0	49,3	43,2	19,8
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
C	Propr..	82,3	84,9	68,4	100,0	100,0	100,0	93,6	96,7	100,0	95,7	82,3	96,5
	N.propr.	17,7	15,1	31,6	0	0	0	6,4	3,3	0	4,3	17,7	3,5
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
D	Propr..	85,7	82,9	83,1	100,0	100,0	100,0	98,9	71,7	0	80,3	87,5	85,9
	N.propr.	14,3	17,1	16,1	0	0	0	1,1	28,3	0	19,7	12,5	14,1
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
E	Propr..	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N.propr.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
F	Propr..	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	N.propr.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total	Propr..	61,8	88,2	95,3	92,0	100,0	100,0	92,7	91,8	98,2	94,9	92,1	89,9
	N.propr.	38,2	11,8	4,7	8,0	0	0	7,3	8,2	1,8	5,1	7,9	10,1
	Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

Notas: (A) até 1:000\$000; (B) entre 1:001\$000 e 5:000\$000; (C) entre 5:001\$000 e 10:000\$000; (D) entre 10:001\$000 e 20:000\$000; (E) entre 20:001\$000 e 50:000\$000; (F) Superior a 50:001\$0000.

Escr.: escravista; N.esc: Não-escravista.

Mais do que a posse escrava como fator diferencial, o confronto entre os patrimônios dos proprietários e o dos não-proprietários de escravos apontou para a diferenciação dos recursos aplicados na criação, propriedade rural e equipamentos/ferramentas agrícolas em todas as faixas de riqueza correspondentes. Os não-proprietários de escravos, que representam 38,2% dos inventários, detinham de 12,5% a 92,4% do total do monte-bruto por faixa, resultando um total de 7,9% do conjunto total da riqueza inventariada. Sendo mais específico, com exceção da faixa referente à “até 1:000\$000” que apresentou apenas um caso de posse de escravo, conforme veremos adiante, os “não-proprietários” apresentaram 11,8% da criação avaliada, 4,7% das propriedades rurais e 8,0% das propriedades urbanas. Por outro lado, observa-se que o conjunto dos proprietários de escravos detinham 92,1% da totalidade da riqueza disposta em bens de produção avaliados, incluindo as dívidas ativas e passivas, sendo 88,2% da criação, 95,3% das propriedades rurais e 92,0% das propriedades urbanas.

Deve-se dar destaque à faixa correspondente a “entre 1:001\$000 a 5:000\$000”. Nesta faixa, os proprietários de escravos (51,5% dos inventários) concentravam 92,6% do investimento em propriedade rural e 51,7% do investimento em criação, resultando em 56,8% do monte-bruto total. Como visto anteriormente, 19,9% dos inventariados desta faixa não apresentaram nenhum tipo de propriedade rural, sendo que a maior parte destes também não apresentaram a posse de escravos. Concomitantemente, como também já vimos anteriormente, estes inventários concentraram o maior índice de dívidas passivas por montante, 21,9%, sendo que os proprietários de escravos foram responsáveis por 80,2% do total dos passivos. É pertinente considerar que esta disposição das dívidas passivas se repete na demais faixas subsequentes. No entanto, considerando que, em comparação com as demais, esta faixa corresponde ao maior grau de comprometimento em dívidas ativas por montante. Estas constatações reafirmam que a ocorrência de créditos e empréstimos era uma estratégia largamente utilizada para a ascensão social através da reprodução e manutenção dos bens de produção, seja tanto para a compra de terras e gado como também, na parte que nos interessa, na aquisição de escravos.

As faixas subsequentes, predominantemente compostas por proprietários de escravos, concentram em suas mãos os maiores percentuais de investimento em bens de produção, reforçando, como já visto, que a hierarquia sócio-econômica em Lages estava

estruturada na desigualdade na distribuição de riquezas, seja na propriedade fundiária, criação e posse escrava. Seu patrimônio divide-se majoritariamente entre propriedades rurais, criação, escravos e dívidas ativas. A participação das dívidas passivas na fortuna é visivelmente superior à do subgrupo dos não-proprietários. Considerando que ao dedicarem-se simultaneamente a criação de gado e ao exercício do comércio deste tipo de animais, possuindo extensas propriedades de terras e de escravos, que poderiam servir como garantia, uma hipótese é que estes apresentavam maiores possibilidades de acesso a empréstimos e créditos para investir em seus negócios, movimentando valores mais altos e mais significativos.

Para uma maior aproximação deste quadro analisaremos separadamente os inventários que não apresentaram posse escrava e os que apresentaram de acordo com cada faixa de riqueza, para podermos visualizar como esta riqueza estava distribuídas entre os dois subgrupos. Assim, iniciaremos com os não-proprietários de escravos.

Tabela XIV: Distribuição da riqueza dos proprietários e dos não-proprietários de escravos (Lages, SC, 1840-1865)

NÃO-PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS											
Faixa	INV.	CRIAÇÃO	PROP. RURAL	PROP. URBANA	ESCRAVOS	BENS DIVERSOS	FER/EQUIP.	DINHEIRO/AÇÕES	DIVIDA ATIVA.	MONTE – MOR	DIVIDA. PASSIVA.
	N.º	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
A	18	5:600\$800	2:634\$000	1:545\$000	0	731\$180	21\$120	236\$356	139\$000	10:907\$500	- 1:931\$754
%	31,5	51,3	24,1	14,2	0	6,7	0,2	2,2	1,3	100,0	- 17,7
B	33	32:499\$400	1:600\$000	2:110\$000	0	5:176\$280	84\$961	0	3:554\$080	45:024\$700	- 8:294\$883
%	57,9	72,2	3,5	4,7	0	11,5	0,2	0	7,9	100,0	- 18,4
C	3	5:439\$000	15:669\$000	0	0	156\$200	17\$000	0	222\$360	21:503\$600	- 240\$00
%	5,3	25,3	72,9	0	0	0,7	0,1	0	1	100,0	- 1,1
D	3	14:449\$000	17:582\$400	0	0	721\$540	61\$400	0	3:171\$010	35:985\$400	- 3:355\$184
%	5,3	40,2	48,8	0	0	2	0,2	0	8,8	100,0	- 9,3
E	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
F	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
%	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	57	57:988\$200	37:485\$400	3:655\$000	0	6:785\$200	184\$481	236\$356	7:086\$450	113:421\$100	- 13:821\$820
%	100	51,1	33,1	3,2	0	6,0	0,2	0,2	6,2	100,0	- 12,2
PROPRIETÁRIOS DE ESCRAVOS											
	INV.	CRIAÇÃO	PROP. RURAL	PROP. URBANA	ESCRAVOS	BENS DIVERSOS	FER/EQUIP.	DINHEIRO/AÇÕES	DIVIDA ATIVA	MONTE – MOR	DIVIDA. PASSIVA.
FR	N.º	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
A	1	0	0	150\$000	700\$000	28\$320	2\$560	0	31\$000	911\$880	- 55\$660
%	1,1	0	0	16,4	76,8	3,1	0,3	0	3,4	100,0	- 6,1
B	35	34:749\$800	19:902\$120	2:797\$000	43:559\$200	4:544\$946	153\$461	0	3:649\$160	109:356\$000	- 33:690\$630
%	38,1	31,8	18,2	2,5	39,8	4,2	0,1	0	3,4	100,0	- 30,8
C	14	30:625\$520	33:834\$400	724\$000	22:539\$000	2:269\$740	505\$940	2:608\$400	5:040\$782	98:147\$800	- 6:627\$015
%	15,1	31,2	34,5	0,7	23,0	2,3	0,5	2,7	5,1	100,0	- 6,8
D	18	701:88\$100	86:443\$800	13:520\$000	64:088\$200	65223\$340	155\$250	0	12:944\$330	312:563\$000	- 20:455\$760
%	19,6	22,4	27,7	4,3	20,5	20,9	0,1	0	4,1	100,0	- 6,5
E	18	179:612\$500	251:482\$800	18:895\$000	107:262\$900	9:705\$840	280\$040	2:577\$020	33:918\$070	603:734\$000	- 44:861\$540
%	19,6	29,8	41,7	3,1	17,8	1,6	0,1	0,1	5,8	100,0	- 7,4
F	6	117:921\$000	374:720\$000	5:940\$000	103:667\$000	4:117\$500	970\$600	7:988\$000	76:350\$750	691:675\$000	- 16:843\$360
%	6,5	17,1	54,2	0,9	15,0	0,6	0,1	1,1	11,0	100,0	- 2,4
Total	92	433:097\$000	766:383\$100	42:026\$000	341:816\$300	85:889\$690	2:067\$851	13:173\$420	131:934\$100	1:816:387\$000	- 122:534\$000
%	100,0	23,8	42,2	2,3	18,8	4,7	0,2	0,7	7,3	100,0	6,7

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC. Nota: (A) até 1:000\$000; (B) entre 1:001\$000 e 5:000\$000; (C) entre 5:001\$000 e 10:000\$000; (D) entre 10:001\$000 e 20:000\$000; (E) entre 20:001\$000 e 50:000\$000; (F) Superior a 50:001\$0000.

Não-proprietários de escravos

Do conjunto de 150 processos de inventários, 38,2% não apresentaram nenhum tipo de posse escrava. Nestes, inclui-se o processo de autos de defuntos ausente de Josefa Maria, de 1847. Embora o documento não apresente qualquer tipo de avaliação, informação necessária para enquadrá-la de acordo com a faixa de riqueza, apresenta uma interessante lista de bens que consistiam em um cavalo tordilho, um par de canastras velhas, uma chocolateira de ferro pequena, uma panela, um capote velho, um chapéu de pêlo, seis livros usados, seis vestidos em bom uso, três camisas de chita e um par de calças. Não constando herdeiros, seus bens foram leiloados pelo juiz de órfãos e repassados para a câmara de vereadores.²¹

Como visto, a primeira faixa, de “até 1:000\$000”, é composta por uma camada marginal à pobreza, sendo a grande parte agregada aos grandes criadores e latifundiários. Dos dezoito inventários apurados, oito não fazem menção à posse de propriedade rural, enquanto praticamente todos os inventários contaram com a posse de uma pequena criação bovina²². É o caso de Maria Cândida de Almeida, cujo inventário, de 1847, a identifica como agregada de Manuel Cavalheiro Leitão. Possuía uma pequena criação composta por duas vacas leiteiras com cria (14\$000 cada), uma vaca solteira (12\$000) três bois criados (18\$000 cada), um cavalo manso em bom estado (14\$000), um cavalo manso em mau estado (7\$400) 20 terneiros criados (14\$000), dois burros em bom estado (30\$000 cada) e duas éguas com cria de potros (7\$500 cada). Ao todo, sua criação alcançava aproximadamente 32 cabeças, sendo que provavelmente tenha recebido parte desses animais de seu patrão como remuneração aos seus serviços. Além desta criação, seu inventário ainda apresenta a posse de objetos de uso pessoal, como roupas, panelas, entre outros, e uma quantia de 108\$000 em dinheiro.²³

²¹ Processo de Autos de defuntos e ausentes: avaliação e apreensão dos bens do falecido. Josepha Maria, 1847. Cx. 43 (O-10). MJTJSC.

²² Apenas dois inventários não apresentaram nenhum tipo de criação, sendo o de José de Almeida Lara, 1846, que possuía apenas uma casa avaliada em 720\$000, e o de Maria Rita da Silva, já citado, que possuía um terreno no rocio na vila avaliado por 160\$000. Inventário *post-mortem* de José de Almeida Lara, 1846, Cx. 43 (O-10) e Maria Rita da Silva, 1857. Cx. 40 (O-07). MJTJSC.

²³ Inventário *post-mortem* de Maria Cândida de Almeida, 1847. Cx. 43 (O-10). MJTJSC.

A faixa “entre 1:001\$000 e 5:000\$000” corresponde a 57,9% do total de inventários *post-mortem* sem posse escrava. Semelhante à faixa anterior, todos os inventários apresentaram a posse de uma criação de pequeno porte. Em relação à propriedade rural, percebe-se uma maior concentração de propriedades de casas em oposição a terras, como se observa no caso de Baldoino José Teixeira, de 1849. Baldoino possuía uma criação avaliada em 2:655\$000 (120 cabeças de gado). Como propriedade rural, possuía apenas uma casa na fazenda de “Passo Trancado”. Dessa forma, mesmo considerando que o tamanho de seu rebanho ultrapassava 100 cabeças de gado, o inventariado possivelmente era um agregado, utilizando a terra concedida de “favor”, ou então era um tropeiro que alugava algum pasto enquanto se encontrava na região. No entanto, o processo não fornece detalhes sobre a quem pertencia a propriedade da Fazenda de “Passo Trancado”.²⁴

Por outro lado, sete inventários apresentaram propriedade de terras. Estes inventários dividiam seus recursos entre investimento em propriedade rural e criação, com rebanhos de 100 até 1.000 cabeças de gado.

Outra característica comum entre os dois primeiros grupos é a concentração de propriedade urbana. Principalmente em relação à primeira faixa, onde se percebe um maior comprometimento de recursos investidos em propriedade de casas. São, como já apontamos, casas com baixo valor de mercado, indicando a precariedade de recursos dos indivíduos nesta faixa, que não tendo acesso a terras, mantinham em suas casas a pequena criação e a uma roça de subsistência.

Por último, as duas últimas faixas (“entre 5:001\$000 e 10:001\$000” e “entre 10:001\$000 e 20:000\$000”) são compostas por seis inventários. Nestas, observa-se um equilíbrio entre a propriedade rural e a criação, com uma pequena vantagem da primeira sobre a segunda. São em grande parte criadores de porte médio, com os rebanhos de 100 até 1.000 cabeças de gado. Estes inventários são predominantemente rurais, não apresentando nenhuma propriedade urbana.

Deve-se dar destaque para o inventário de Luciano da Silva Palhano, de 1857. Com um monte-mor de 12:571\$900, Luciano era proprietário da fazenda da Chapada

²⁴ Inventário *post-mortem* de Baldoino José Teixeira, 1849. Cx. 42 (O-09). MJTJSC.

Bonita, avaliada em 6:750\$000. Possuía uma criação avaliada em 5:534\$000 além de um conjunto de ferramentas e equipamentos agrícolas avaliados em 61\$400. Considerando que este investimento correspondia a quatro enxadas, cinco machados e três foices, além de um monjolo, pode-se concluir que estas ferramentas não eram utilizadas apenas para produção e conservação dos pastos, mas também para o cultivo de uma lavoura. Como Luciano Palhano não apresentava a posse de escravos, embora que aparentemente tivesse recursos disponíveis para poder adquirir ao menos um cativo, como era dividido o trabalho em sua propriedade? Quais eram as opções deste para tocar o trabalho sem ter que investir na compra de escravos?

Para que se possa entender essa questão é necessário inquirir sobre as alternativas de mão-de-obra entre aqueles que não apresentavam posse escrava. Infelizmente os inventários não nos fornecem muitas informações sobre este ponto. No entanto, sabe-se que era comum nas pequenas propriedades que o trabalho fosse executado por membros da própria família do criador e pelos agregados. Em determinadas épocas do ano produtivo, quando o trabalho exigia uma demanda maior de trabalhadores, o produtor poderia contar ainda com a mão-de-obra dos camaradas e jornaleiros.

De acordo com Bacellar, o registro de terras de Sorocaba para 1817 aponta que das 501 declarações referentes a 3ª e 4ª Companhias de Ordenanças, 40,9% (205) declararam lavrar a terra sozinho, provavelmente com o auxílio de filhos ainda dependentes do fogo paterno e de mutirões sazonais, 19,2% (96) declararam lavrar com os filhos, agregados ao domicílio do pai além de sua própria família nuclear, e 1% declararam lavrar juntamente com agregados. Conclui Bacellar:

Portanto, apenas um em cada cinco proprietários podia contar com alguma mão-de-obra escrava, por diminuta que fosse. Uma última opção seria, enfim a contratação de jornaleiros para suprir os braços faltantes. Dos 38 casos detectados nessa situação, 27 referem-se a sítios cujo proprietário era mulher. Ao que tudo indica, elas apesar de chefiarem seus domicílios, necessitavam desses trabalhadores para complementar a força de trabalho para o plantio e a colheita. Obviamente, semelhante situação implicava em remuneração, o que provavelmente diminuía a renda do domicílio.²⁵

Os “camaradas” eram homens livres, não-proprietários de terras, contratados

²⁵ BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. pp. 31; 131-3.

por tempo determinado para ajudar no pastoreio e na condução de tropas no transporte dos rebanhos para as feiras. Este tipo de trabalhador não era pago através de salário, mas através do sistema de “partilha”, recebendo um certo número de reses, como pagamento pelo serviço prestado aos proprietários. No entanto, poderiam receber pagamento caso desempenhassem outro tipo de serviço, como participar de colheita ou levante de taipa. Para ilustrar a questão da identificação de possíveis contratações de trabalhadores extras, pode-se utilizar como exemplo o inventário de Baltazar Joaquim de Oliveira, de 1850²⁶. Não apresentando nenhum tipo de posse escrava e enquadrado na faixa de “até 1:000\$000”, a relação de dívidas passivas de seu processo consta a seguinte descrição: “Declarou [o inventariante] mais dever o falecido seu pai a hum escravo do senhor Antônio do Amaral Gurgel de nome Antônio a quantia de dois mil reis”. Dessa forma, esta discriminação de dívidas pode significar o emprego de escravos de ganho para complementar a carência de mão-de-obra ou o comércio de homens livres com escravos na compra e venda de produtos agrícolas, ou até mesmo de gado.²⁷

Outro indício sobre o aluguel de escravos por esta categoria de não-proprietários de escravos diz respeito a uma nota de compra de escravos de 1856, firmada entre Herculano Pirez da Silva, comprador e o Capitão Francisco Pinto de Castilho e Mello, como vendedor, onde se observa a segunda condição na negociação: “com a condição de lhe entregar logo que chegue de huma viagem [o escravo] que anda alugado com Antônio Rodrigues da Lima, para que lhe dá o comprador de signal ao pagamento de cento e vinte mil reis.”²⁸ No caso, Antônio Rodriguês, assim como Luciano Palhano, o proprietário de terras e ferramentas, mesmo possuindo recursos, aparentemente não possuía escravos, dando preferência para o aluguel deste tipo de mão-de-obra do que compra-los.

Assim, o subgrupo formado por não-proprietários de escravos era formado predominantemente por pequenos criadores e lavradores endividados, sendo que a propriedade rural concentrou a maior parte dos recursos disponibilizados nos inventários. Nas faixas formadas predominantemente por “pobres” e “remediados” (“até 1:000\$000 e de 1:001\$000”), a terra não apresentou valor significativo, constituindo, respectivamente, apenas 24,1% e 3,5% do montante arrolado. No entanto, seis inventários apresentaram

²⁶ Inventário *post-mortem* de Baltazar Joaquim de Oliveira. 1850. Cx. 42 (O-09). MJTJSC.

²⁷ JEUSUS, Samir R. *Formação do trabalhador catarinense*. p. 70.

²⁸ Escritura de compra e venda de escravos. 1856 Livro n. °24. pg. 21 verso. APTNL.

monte-mor superior a 5:001\$000. Esses, por sua vez, apresentaram um maior comprometimento de recursos em propriedade rural, sendo pequenos e médios criadores. Embora tivessem recursos suficientes para aplicar na compra de escravos, a análise levou a hipótese que estes tenderiam a optar pelo aluguel deste tipo de mão-de-obra, ou a utilização de agregados e camaradas.

Proprietários de escravos

Ao todo, 61,8% dos inventários contavam com a posse de mão-de-obra escrava, resultando em um contingente de 563 cativos²⁹. A faixa correspondente ao montante de “até 1:000\$000” apresentou apenas um caso de posse escrava. O inventário da viúva dona Maria Felícia do Espírito Santo, em 1853, com um monte-mor de 911\$880, sendo composto pela posse de uma escrava chamada Glória, avaliada em 700\$000, herdada do inventário de seu falecido esposo, uma casa avaliada em 150\$000, duas enxadas novas e uma foice, avaliadas em 1\$280, duas arrobas de erva mate, avaliada em 1\$280 e alguns objetos pessoais, como roupa e panelas. A escrava foi vendida ainda no decorrer do processo de inventário, sendo o valor de sua venda partilhado entre os herdeiros Manoel Serafim dos Anjos, solteiro de 19 anos e Lucianna, casada com Custodio Manoel de Lima. Infelizmente não foi encontrado o inventário de seu falecido esposo para que se pudesse averiguar como este obteve a posse desta escrava, se por compra ou por herança também, e o porquê Maria Felícia ser uma exceção em seu grupo.

Sabemos, por indicação do documento, que a inventariada não estava agregada ao domicílio de sua filha, uma vez que, segundo o inventário, o seu genro era morador da localidade de Curitiba, enquanto a mesma morava na vila. A relação dos bens inventariados destaca que a inventariada possuía uma pequena, mas significativa, posse de ferramentas agrícolas (duas enxadas novas) e uma considerável produção de erva-mate

²⁹ É pertinente destacar que no decorrer do período muitos desses escravos aparecem mais de uma vez no conjunto dos inventários, considerando que estavam se movimentando entre um inventário e outro, como no caso da escrava Pascoa Maria que aparece pela primeira vez no inventário de Dona Florinda Rodrigues de Atayde em 1840. Sendo herdada por Francisco de Souza Machado, Páscoa aparece novamente em 1843 no inventário deste. Inventário *post-mortem* de Dona Florinda Rodrigues de Atayde. 1840. Cx. 30 (O-01). Inventário *post-mortem* de Francisco de Souza Machado. 1843. Cx. 44 (P-01). MJTJSC.

(duas arrobas), o que indica que a mesma mantinha um pequenos roçado, além da colheita da erva, com a ajuda de sua escrava e de seu filho.³⁰

A faixa com montante “entre 1:001\$000 e 5:000\$000” é composta por 35 inventários, correspondendo a 23,4% dos inventários com posse escrava. Apresenta um contingente escravo composto por 100 cativos, 17,8% do total dos escravos arrolados. Grande parte de seus recursos estava dividida entre a propriedade escrava (39,8%) e a criação (31,8%). No entanto, 30,8% de seu montante estava comprometido em dívidas passivas. Conforme já visto, esta faixa se caracterizou pela concentração de pequenos e médios criadores, sendo que entre aqueles que também possuíam propriedade rural (campos, invernadas e parte de campos e matos), dez apresentaram apenas pequenas partes de campos e matos. Deve-se dar destaque ao inventário de Dona Brita Maria de Sardanha. De acordo com o seu processo, de 1865, Dona Brita Maria era senhora de um casal de escravos avaliados juntos em 850\$000. Como propriedade possuía uma “caza [na vila] coberta de tábuas, com trinta e um palmos de frente, com uma cozinha pequena avaliada por cinquenta mil reis; hum terreno de terras lavradas com as divisas seguinte, pelo rio do feixo assima pelas pedrinhas até fazer barro no feixo, avaliada por cem mil”, uma roça “derrubada”, avaliada por 10\$000 e uma pequena criação, avaliada por 184\$000 (até 100 cabeças). Possuía diversas ferramentas, como enxadas, machados e foices, indicando que utilizava os escravos na pequena lavoura e na extração de madeira, uma vez que também possuía quatro alqueires de feijão (50\$000) e 22 tábuas “tiradas a maxado, sendo de madeira de pinheiro” (11\$000).³¹

Por outro lado, observa-se o caso de Dona Clara Maria de Jesus. Em inventário de 1864, Dona Clara aparece como senhora de um plantel de sete escravos, um dos maiores desta faixa, composto por três escravas com idade entre 20 e 22 anos, duas crianças e dois homens presumivelmente em idade produtiva. Possuía uma propriedade rural avaliada em 400\$000 (pequenas partes de campos), que recebeu em herança de seu falecido pai, e duas vacas leiteiras avaliadas em 4\$000. Em declaração feita por seu marido Carlos José de Oliveira contestando a avaliação dos referidos escravos, suas escravas estavam sendo utilizadas no serviço doméstico, enquanto os outros dois estavam sendo utilizados por seu

³⁰ Inventário *post-mortem* de Dona Maria Felicia do Espírito Santo. 1853. Cx. 36 (O-03). MJTJSC.

³¹ Inventário *post-mortem* de Dona Brita Maria de Sardanha. 1865. Cx. 36 (O-03). MJTJSC.

marido no trabalho com o gado.³²

Cinco inventariados não possuíam nenhum tipo de posse agrária. Embora possuíssem um plantel de um a cinco escravos, esses eram compostos principalmente por idosos e crianças, sendo que, entre os cativos que estavam em idade produtiva, grande parte eram mulheres, seis, e homens, três. Possuíam também uma pequena criação, composta geralmente por algumas mulas e vacas leiteiras. É o caso de Zeferino da Silva Mattos. Seu inventário apresenta a posse de dois escravos homens, um adulto de 20 anos e uma criança de três meses, e parte de uma escrava que partilhava com seu genro. Possuía uma mula velha avaliada em 12\$000 e outros bens diversos. A relação de dívidas ativas e passivas consta de quinze dívidas contraídas havia mais de onze anos, em valores em torno de 14\$000 a 500\$000, com pessoas identificadas como moradoras da província de São Paulo (Taubaté, Sorocaba e São Paulo). Ao que indica, Zeferino, por ser viúvo e avançado de idade, era agregado à casa do genro, sendo que seus escravos estavam sendo aproveitados por este no trabalho de sua propriedade.

A terceira faixa (“entre 5:001\$000 e 10:000\$000”) é composta por 14 inventários, correspondendo a 15,1% dos inventários, com a posse de 57 escravos. Esta faixa é caracterizada pelos pequenos e médios criadores, sendo todos os inventariados proprietários de terras. Dessa forma, observa-se um relativo equilíbrio entre os recursos disponibilizados nestes setores, sendo que a propriedade rural corresponde a 34,5% e a criação a 31,2%. No entanto, observou-se em alguns casos o predomínio de investimento em criação sobre a propriedade de terras. Considerando que os inventariados inseridos nesses casos mantinham uma alta concentração de casas na vila, pode-se supor que se tratavam, como visto no capítulo anterior, de comerciantes e atravessadores envolvidos na atividade tropeira através da compra do gado de passagem do Rio Grande do Sul para Sorocaba.

Este é o caso do inventário de Duarte Muniz Fogasa, de 1849. Natural de Sorocaba onde também faleceu, em seu inventário consta uma criação avaliada em 2:667\$500 (rebanho entre 100 a 1.000 cabeças de gado), uma pequena parte de campos de

³² Inventário *post-mortem* de Dona Clara Maria de Jesus. 1864. Cx. 36 (O-03). MJTJSC.

³³ Inventário *post-mortem* de Zeferino da Silva Matos. 1861. Cx. 38 (O-05). MJTJSC.

invernada, avaliada em 96\$000 e uma propriedade na vila avaliada em 300\$000. Contava ainda com um plantel composto por oito escravos, sendo quatro homens e quatro mulheres. Com exceção da escrava Joana, com 30 anos, os demais não apresentam a idade. No entanto, os valores a eles atribuídos na avaliação levam a crer que se tratava de escravos em idade produtiva (faixa de 300\$000 a 550\$000 por escravo). Duarte também apresenta uma significativa quantidade de ferramentas agrícolas, avaliadas em 27\$040. O fato de o mesmo ser natural de Sorocaba e de sua propriedade rural ser caracterizada por uma pequena parte de campos de invernada indicam a sua ligação com o mercado sorocabano, tendo em Lages apenas um local de pouso e engorda do gado muar rio-grandense. No entanto, mantinha uma casa com escravos na vila, possuindo algumas poucas ferramentas. Considerando que o uso de ferramentas não era de exclusividade agrícola, acredita-se que estas eram utilizadas para a limpeza de seu campo de invernada, cuidada por seus escravos, enquanto o inventariado mantinha a casa na vila apenas como ponto de apoio para os seus negócios na região. Infelizmente o inventário não informa se os seus herdeiros também moravam em Lages, tomando conta de seus negócios e escravos, ou se eram os mesmos escravos que se encarregavam dessa obrigação na ausência de seu senhor.³⁴

Por outro lado, destaca-se o inventário de Dona Josefa Maria de Ávila. Sendo considerada como uma grande criadora e uma das maiores latifundiárias dessa faixa, com um total de investimento em criação e em terras de 2:460\$000 e 5:690\$000 respectivamente, Dona Josefa possuía apenas um escravo, avaliado em 700\$000, herdado do inventário de seu primeiro marido. Seu inventário não informa a idade de seu escravo, mas seguindo a mesma lógica da idade e valor, acredita-se que se tratava de um escravo em idade produtiva.³⁵

O que diferenciava os dois casos no aproveitamento da mão-de-obra escrava? Se de um lado os dois apresentaram a posse de uma significativa criação, observa-se que o primeiro detinha apenas uma pequena parte de campos de invernadas, mas com um considerável plantel de oito escravos, enquanto a segunda apresentava um grande conjunto de propriedade rural, mas com apenas um escravo. Uma das possibilidades seria considerar que dona Josefa estava dando preferência ao emprego da mão-de-obra livre (camaradas e

³⁴ Inventário *post-mortem* de Duarte Muniz Fogasa. 1849.Cx. 42 (O-09). MJTJSC.

³⁵ Inventário *post-mortem* Josefa Maria de Ávila. 1855. Cx. 40 (O-07). MJTJSC.

agregados) para o trabalho em suas terras.

A faixa com montante “entre 10:001\$000 e 20:000\$000” é composta por 18 inventários, correspondendo a 12,1% dos inventários com posse escrava. Apresenta um contingente escravo composto por 113 cativos (20,1% da escravaria). Assim como a faixa anterior, esta também se caracteriza pelos pequenos e médios criadores, com relativo equilíbrio entre os recursos disponibilizados em propriedade rural, 27,7% e criação, 22,4%. Dispõe de apenas 20,5% de montante investido em posse escrava. No entanto, apresenta um maior número de escravos em idade produtiva. Neste sentido, destacam-se dois inventários que representam duas situações distintas encontradas neste grupo. O primeiro diz respeito ao inventário do Tenente Anastácio Gonçalves de Araújo, de 1847. O Tenente Anastácio apresenta o maior plantel deste grupo, com 24 escravos. Este era composto por 14 homens e 10 mulheres, avaliados em 6:537\$000 (média de 272\$375 por escravo) provavelmente ocupados com o pastoreio e trabalho na lavoura, considerando que o mesmo apresentava também um total de 4:700\$100 aplicados em criação (de 100 a 1.000 cabeças), 3:500\$000 em propriedade rural e 11\$800 em ferramentas agrícolas. No entanto, o inventário não faz menção à produção de alimentos.

Por outro lado observa-se o inventário de Francisco Antunes Lima, de 1863. Apresentando um pequeno plantel composto por dois escravos (um homem e uma mulher de 22 e 24 anos respectivamente) avaliados em 2:000\$000, Francisco possuía um conjunto de propriedade rural avaliada em 8:800\$000 e uma vasta e diversificada criação avaliada em 5:285\$500 (de 100 a 1.000 cabeças). Não apresentava nenhum tipo de posse de ferramentas ou equipamentos agrícolas, o que poderia indicar que o inventariado dedicava-se principalmente à criação e comercialização de gado.

A faixa correspondente a montantes entre 20:001\$000 e 50:000\$000, composta por 18 inventários (19,6%), representa o maior contingente escravo por faixa de riqueza, com 162 cativos arrolados, representando 28,7% dos total de escravos inventariados. No entanto, o grosso dos investimentos deste conjunto de inventários concentrava-se na propriedade rural (41,7%), sendo que destes inventários, oito apresentaram posse de ferramentas e equipamentos agrícolas (paiol) e um faz referência direta a uns campos com lavouras. Os demais não fazem qualquer referência à produção agrícola ou posse de

ferramentas e equipamentos que pudessem indicar esta prática.

A última faixa, superior a 50:001\$000, é composta por seis inventários (6,5%). Apresentando a posse de 131 cativos (23,2% da posse escrava), esta faixa é caracterizada pelos maiores proprietários de escravos inventariados. É pertinente destacar, que esta última faixa corresponde aos maiores proprietários de terras e de escravos identificados em idade produtiva do conjunto de inventários. Observa-se o predomínio de investimento em propriedade rural (54,2%) e um relativo equilíbrio entre criação (17,1%) e propriedade escrava (15,0%).

Deve-se dar destaque para o inventário de Dona Apolinária Rodrigues Borges. Contando com um plantel formado por 38 escravos (sendo 25 homens e 14 mulheres) avaliados em 16:792\$000, Dona Apolinária ainda possuía uma extensa criação de muares e cavalares avaliada em 9:716\$000 e um conjunto de propriedade rural avaliada em 13:550\$000, que incluía campos e matos e campos de invernada. Infelizmente o inventário não indica se a mesma possuía algum tipo de lavoura em suas terras. No entanto, percebe-se uma grande variedade de ferramentas e equipamentos agrícolas, como machados, enxadas, um moinho e um engenho, o que pode indicar o aproveitamento de suas terras nesta atividade. Grande parte de sua propriedade estava dividida entre Lages e a localidade de Cruz Alta no Rio Grande do Sul, onde também tinha escravos, criação e terras. A inventariada também possuía uma grande reserva em dinheiro (6:716\$000) adquirida pela venda de um conjunto de terras, como atesta o processo.³⁶

Assim, neste inventário observa-se que o grosso de seu investimento estava concentrado na posse escrava. No entanto, este caso reflete uma exceção em relação ao restante do grupo, sendo que nos demais inventários prevalece o investimento em propriedade rural. É o caso da propriedade de Dona Anna Maria Lima, falecida em 1865. Sendo a maior fortuna inventariada (218:046\$680), Dona Anna Maria contava com um plantel de 20 escravos (sendo 12 homens e 8 mulheres) avaliados em 18:575\$000. A maior parte de seu montante estava comprometido na propriedade rural (170:100\$000) que incluía duas casas na Fazenda “Bom Sucesso” avaliadas juntas em 5:000\$000.³⁷

³⁶ Inventário *post-mortem* de Dona Apolinária Rodrigues Borges. 1853. Cx. 41 (O-08). MJTJSC.

³⁷ Inventário *post-mortem* de Dona Anna Maria Lima. 1865. Cx. 36 (O-03) MJTJSC.

No conjunto, em relação à distribuição dos bens inventariados, observa-se que, mesmo levando em conta a diferença do valor absoluto atribuído à escravaria, o peso do investimento em posse escrava na fortuna inventariada variava de acordo com a faixa de riqueza. Assim, enquanto entre os inventários correspondentes às menores fortunas, o escravo correspondia ao maior patrimônio, da terceira até a quinta faixa observa-se uma diminuição percentual do grau de comprometimento da posse escrava no monte-mor em relação à propriedade rural e à criação. Caso semelhante foi apontado por Helen Osório. Segundo a autora, ao analisar a composição e distribuição da riqueza nos inventários rio-grandenses de acordo com suas respectivas faixas observou que os mais pobres apresentaram um maior percentual da fortuna inventariada comprometida na posse escrava, enquanto os mais ricos apresentaram um percentual de comprometimento em escravos proporcionalmente inferior. Neste sentido, conclui Osório que:

[...] Os escravos são o investimento possível, acessível, às suas fortunas [dos pobres], além de demarcar socialmente a posição de homem livre. A partir da faixa de 2.000 a 5.000 libras [os mais ricos], outras oportunidades abrem-se, e os inventariados têm outras opções de investimentos. Quanto mais alta a faixa de fortuna, mais descende o percentual de escravos, pois as opções de investimento aumentam e os negócios diversificam-se. A consequência é a diminuição do peso dos cativos na composição dos patrimônios.³⁸

Por outro lado, além do quadro apresentado por Osório, é pertinente ressaltar que no caso dos inventários lageanos correspondentes às menores fortunas que apresentaram a posse de um ou dois escravos, sendo estes os maiores bens do inventariado, muitos proprietários os adquiriram através da partilha de herança paterna ou materna. Sendo assim, não foi necessário que estes comprassem os escravos, utilizando recurso que provavelmente não possuíam, considerando sua condição econômica, mantendo um status familiar que já foi alto, sem condições de subir de faixa.

³⁸ OSÓRIO, Helen. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América. p. 236-42.

A maior parte dos escravos arrolados estavam principalmente distribuídos em plantéis de dois a cinco a cativos (23,9%) e de seis a dez (34,4%) e, confirmando assim que a escravidão lageana estava estruturada nos pequenos e médios plantéis, conforme se observa no quadro abaixo:

Tabela XV: Faixa de tamanho de plantel

Faixa de riqueza	Faixa de Plantel											
	01 escravo		De 2 a 5 escravos		De 6 a 10 escravos		De 11 a 20 escravos		Acima de 20 escravos		Total	
	N.º inv.	N.º esc.	N.º inv.	N.º esc.	N.º inv.	N.º esc.	N.º inv.	N.º esc.	N.º inv.	N.º esc.	N.º inv.	N.º esc.
(A)	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
%	100,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	0,1
(B)	7	7	22	61	6	32	0	0	0	0	35	100
%	20,0	7,0	62,9	61,0	17,1	32,0	0,0	0,0	0,0	0,0	38,1	17,8
(C)	3	3	6	23	5	31	0	0	0	0	14	57
%	21,4	5,3	42,9	40,3	35,7	54,4	0,0	0,0	0,0	0,0	15,1	10,1
(D)	2	2	8	29	6	47	1	11	1	24	18	113
%	11,1	1,8	44,5	25,7	33,3	41,6	5,6	9,7	5,5	21,2	19,6	20,1
(E)	0	0	5	22	9	75	3	45	1	20	18	162
%	0,0	0,0	27,8	13,6	50,0	46,3	16,7	27,8	5,5	12,3	19,6	28,7
(F)	0	0	0	0	1	9	2	33	3	89	6	131
%	0,0	0,0	0,0	0,0	16,7	6,9	33,3	25,2	50,0	67,9	6,5	23,2
Total	13	13	41	135	27	194	6	89	5	133	92	563
%	14,1	2,3	44,6	23,9	29,3	34,4	6,5	15,7	5,5	23,7	100	100

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865) . MJTSJSC.

Nota: (A) até 1:000\$000; (B) entre 1:001\$000 e 5:000\$000; (C) entre 5:001\$000 e 10:000\$000; (D) entre 10:001\$000 e 20:000\$000; (E) entre 20:001\$000 e 50:000\$000; (F) Superior a 50:001\$0000.

Estes plantéis se encontravam concentrados da segunda à quarta faixa de riqueza. Esta última apresentou apenas dois casos de plantéis acima de 10 cativos, e dois casos de posse de apenas um cativo. Por outro lado, como já foi apontado, as duas últimas faixas foram caracterizadas pelos maiores proprietários de escravos.

Embora os casos dos inventários com apenas um cativo sejam minoritários (14,1%), são bastante significativos. Estes detinham 2,3% do total da escravaria, sendo que grande parte desses escravos estava concentrada na faixa correspondente aos pequenos lavradores e criadores, que, como vimos, buscavam acesso à ascensão social através das dívidas passivas, para assim, entre outras coisas, adquirir escravos. No entanto, destacam-se nesta faixa os plantéis formados de dois a cinco escravos, que representaram 62,9% dos casos apurados nestes inventários. Ora, Bacellar, afirma que em Sorocaba, com base no

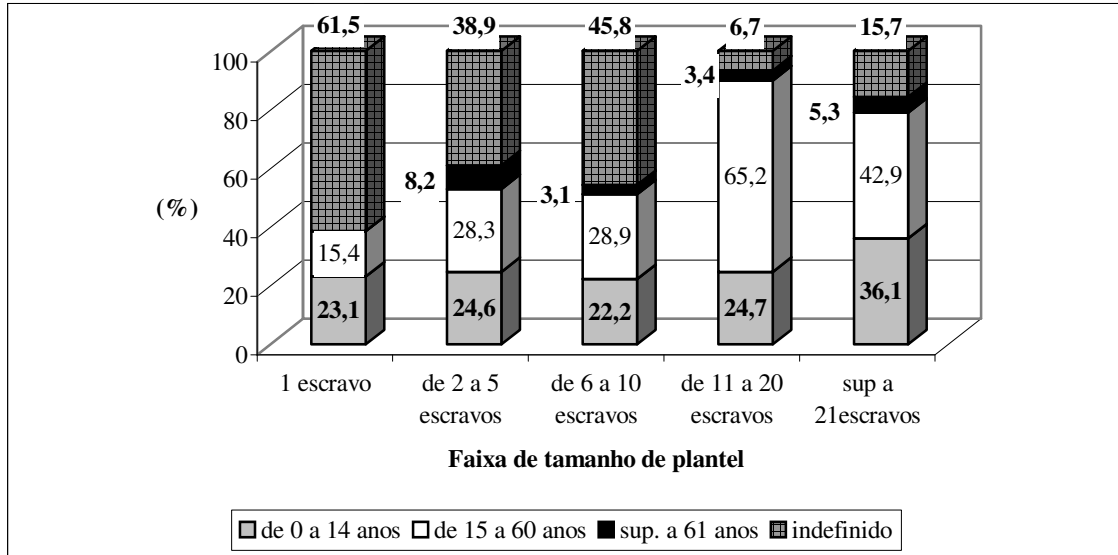
aumento da produção de milho e demais gêneros de primeira necessidade, um lavrador podia manter um pequeno plantel, sustentando um padrão de vida estável”.³⁹ Dessa forma, a camada dos pequenos proprietários, formada pelos lavradores, roceiros e posseiros, por dispor de poucos recursos para investir na mão-de-obra cativa, normalmente optavam pela estratégia da compra de escravos mais desvalorizados no mercado, fossem velhos ou crianças. Dessa forma o autor alerta que contabilizar indiscriminadamente os números de cativos citados como sendo todos escravos disponíveis para o trabalho do eito pode ocasionar desvios consideráveis, pois se levaria em conta crianças e velhos pouco produtivos, julgados como se fossem adultos com idades de produção.⁴⁰

No caso dos inventários lageanos, grande parte dos documentos omitiram a idade dos escravos arrolados, principalmente nas duas primeiras faixas de riqueza, prejudicando assim que se pudesse verificar se a situação exposta por Bacellar se aplica em Lages, conforme se observa no gráfico abaixo:

³⁹ Segundo o autor, o grosso dos domicílios daquela região era dedicado às atividades agrícolas voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade. Essas pequenas unidades produtivas eram baseadas na mão-de-obra familiar, auxiliada por algum agregado ou escravo. Assim, em 1772, dos 568 domicílios dedicados à lavoura, 440 (77,5%) não possuíam escravos e apenas dez possuíam um plantel superior a dez cativos. Em relação às camadas mais abastadas da sociedade sorocabana, afirma que dos 91 casos apurados, 32 proprietários possuíam apenas um escravo. Em 1810, segundo lista nominativa, dos 400 domicílios sorocabanos, 283 produziam milho, sendo que entre os 23 maiores produtores, 18 possuíam escravos, resultando em um contingente de 121 cativos e uma média de 6,7 por plantel, o que, de acordo com o autor, comprova a necessidade da posse escrava para o plantio do milho. BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*: p. 137-142.

⁴⁰ Idem. p. 130.

Gráfico VII: Composição dos plantéis escravos de acordo com faixa etária



Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

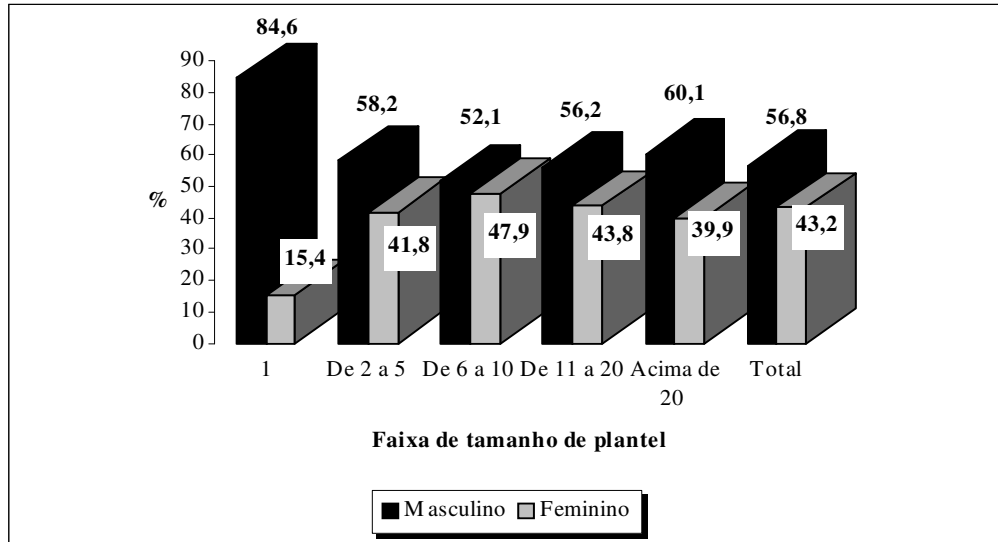
No entanto, se compararmos os valores atribuídos aos escravos cujas idades não estavam discriminadas com os demais no mesmo período, pode-se considerar que a grande maioria dos casos de posse de um único cativo consistia em crianças e idosos, por apresentarem uma baixa cotação. No entanto, usando a mesma lógica para com as demais faixas de plantel, percebeu-se que 60% dos escravos arrolados cujas idades não foram identificadas apresentaram uma cotação semelhante à dos escravos em idade produtiva.

Ainda segundo Bacellar, ao analisar as estratégias utilizadas pelos pequenos e médios lavradores e artesãos em Sorocaba na composição de seus plantéis, observa a preferência destes na compra de escravos femininos. Sendo o escravo masculino mais valorizado, dificultando o seu acesso às camadas menos privilegiadas, a opção pela compra de escravos femininos visava à ampliação mais acessível da mão-de-obra pela reprodução natural, apesar dos riscos de uma elevada mortalidade materna e infantil e da necessidade de aguardar o crescimento dos pequenos escravos.⁴¹

⁴¹ “Estes buscavam, portanto, de modo preferencial, a escrava adulta, que poderia gerar, mas que normalmente podia trabalhar nas rotinas da lavoura ou do artesanato. Os proprietários de um único escravo tinham uma nítida preferência por escravas na faixa etária de 14 a 50 anos, que compunham 43,1% dos escravos encontrados nesses domicílios”. Idem. p. 147.

De forma semelhante, buscou-se a distribuição da posse escrava em Lages de acordo com sexo, conforme gráfico abaixo, para assim perceber como estavam distribuídos esses plantéis, e se utilizavam estas mesmas estratégias na aquisição de seus cativos :

Gráfico VIII: Estrutura de posse escrava por sexo de acordo com faixa de plantel



Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

Conforme se observa no gráfico acima, há uma predominância de escravos masculinos em relação ao contingente feminino, principalmente na faixa de posse de um único cativo.⁴² Considerando que esses casos correspondem, principalmente, aos pequenos criadores e lavradores, observa-se que a estratégia apontada por Bacellar não se aplicaria totalmente em Lages. No entanto, também se observa nas demais faixas uma maior predominância do contingente masculino.

Esta preferência pelo escravo masculino também pode ser observada na tabela XVII, onde 51,89% das negociações foram realizadas com escravos do sexo masculino, enquanto 48,11% eram do sexo feminino, conforme veremos adiante.

⁴² Clemente Penna apontou, para Desterro, igual preferência por escravos homens entre os proprietários de apenas um cativo. De acordo com o autor, dos 19 casos de posse de escravos em propriedade rurais, 17 eram compostos por cativos homens. Nos casos da posse de dois cativos, destaca o equilíbrio entre os sexos (um homem e um mulher por plantel). PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850 - 1888)*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, SC: UFSC, 2005. p. 71.

Mercado escravo em Lages (1840 a 1865)

Comumente, nos inventários que contavam com uma relação de herdeiros desproporcional ao número de escravos, observou-se a partilha de um mesmo escravo entre vários herdeiros. Neste sentido, foram encontrados casos em Lages de proprietários de uma a até três partes de um mesmo cativo, como o exemplo do inventário de Dona Joaquina Roza de Almeida de 1851, cuja escrava Marianna fora partilhada entre os herdeiros e co-herdeiros Fedecianno de Souza Quadros, Bento Correia de Mello, Germano Antônio de Oliveira e Damião Antônio de Oliveira.⁴³ Alguns anos mais tarde, Marianna deu à luz um filho de nome Adão, que assim como a mãe passou a ser propriedade de vários senhores. Em 14 de fevereiro de 1862, Francisco Pereira da Silva comprou as partes dos escravos, mãe e filho, pertencentes aos herdeiros, pagando assim 800\$000 pelos dois escravos.⁴⁴ Em 31 de maio de 1862, Francisco revendeu os mesmos escravos para Vicente José de Oliveira por 950\$000.

[...] pelo dito vendedor Francisco Pereira da Silva e Oliveira me foi ditto que elle hera senhor e pussuidor de quatro partes de dous escravos de nomes Maraianna e Adão de oito annos mais ou menos, filho da mesma escrava por compra que fez de Bento Correia de Mello, Germano Antônio de Oliveira, Damasio Antônio de Oliveira e Fedecianno José Francisco, de cujas partes elle vendedor faz venda ao comprador Vicente José de Oliveira por preço e quantia entre elles ajustados de novecentos e cincoenta mil reis que recebem digo que recebeo o vendedor ao fazer desta em moeda corrente deste Império que lhe da plena e geral quitação, ficando ao cargo do comprador todas as despesas que ouverem na forma de Direito.⁴⁵

Caso semelhante foi encontrado no inventário de Elyseo Dias Baptista, de 1865, onde se lê na relação de bens para a partilha a seguinte descrição: “Escravos: [...] a parte que tem no escravo João que coube no inventário da finada mãe do inventariante, cujo escravo tem a idade de cincoenta e cinco annos, avaliada por vinte mil reis; a parte que tem no escravo João crioulo idade de sessenta annos, que coube ao inventariante no inventário

⁴³ Inventário *post-mortem* de Dona Joaquina Rosa de Almeida. 1862. Cx. 42 O-09. MJTJSC

⁴⁴ Recibo de meia-sisa de escravos – 1862. Documento diversos sobre escravidão - AMTCL Escrituras de compra e venda de escravos. 1862. Livro n.º 32. 1862. p. 25 verso. APTNL.

⁴⁵ Escritura de compra e venda de escravos. Livro n.º 31. 1862. p. 15. APTNL.

de sua finada mãe, avaliado por vinte e um mil reis”. Elyseo, que tinha herdado as partes desses escravos do inventário de sua mãe, em que foi inventariante, teve que partilhar a propriedade desses com mais cinco irmãos. Após sua morte, os escravos foram novamente partilhados, agora os herdeiros de Elyseo.⁴⁶ Dessa forma, esses escravos que já possuíam seis proprietários, com 1/6 cada, passaram a ter mais três proprietários que partilhavam igualmente uma das sextas partes de cada escravo (1/18 para cada). Não foi encontrado em nenhum documento qualquer referência a uma eventual compra destes cativos por algum dos herdeiros que quisesse adquirir a totalidade da propriedade de seus serviços, assim como também não foi encontrado nenhum documento que fizesse referência a como o trabalho e os ganhos obtidos por esses escravos eram divididos entre seus proprietários. No período apontado foram apurados 70 negociações de compra e venda de escravos. Nestas, quatro casos diziam respeito à negociação de partes de escravos, que como o primeiro exemplo acima referido, envolviam herdeiros.

⁴⁶ Inventário *post-mortem* de Elyseo Dias Baptista. 1865. Cx. 36 (O-03). MJTJSC.

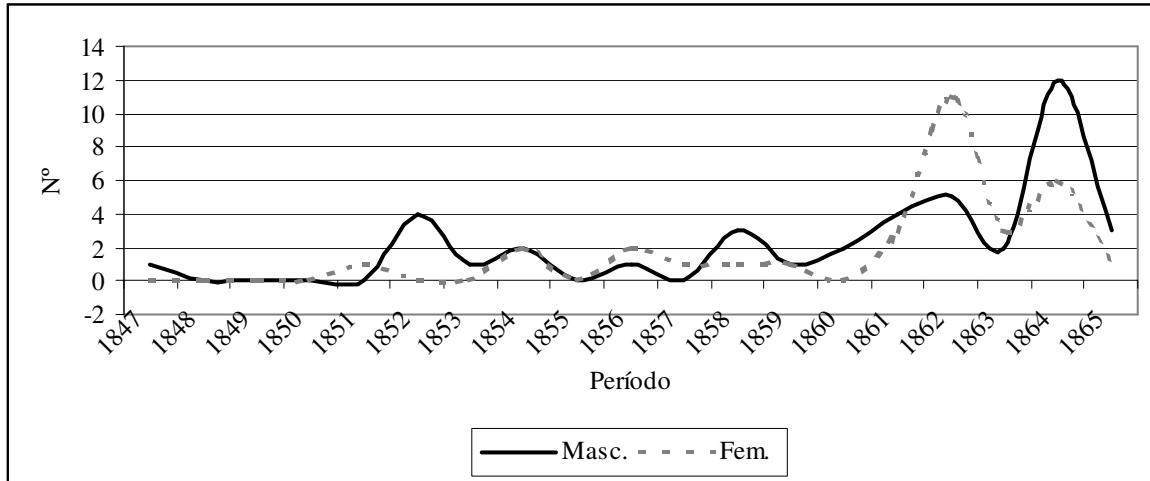
Tabela XVI: Volume de negociação de compra e venda de escravos em Lages (1847 a 1865)

Ano	Masc.	Valor	Fem.	Valor	Total	Total Valor
1847	1	800\$000	0	0	1	800\$000
1848	0	0	0	0	0	0
1849	0	0	0	0	0	0
1850	0	0	0	0	0	0
1851	0	0	1	500\$000	1	500\$000
1852	4	1:996\$500	0	0	4	1:996\$500
1853	1	800\$000	0	0	1	800\$000
1854	2	1:400\$000	2	900\$000	4	2:300\$000
1855	0	0	0	0	0	0
1856	1	850\$000	2	1:500\$000	3	2:350\$000
1857	0	0	1	700\$000	1	700\$000
1858	3	1:800\$000	1	200\$000	4	2:000\$000
1859	1	300\$000	1	1:500\$000	2	1:800\$000
1860	2	4:200\$000	0	0	2	4:200\$000
1861	4	4:300\$000	3	3:700\$000	7	8:000\$000
1862	5	4:100\$000	11	11:475\$000	16	15:575\$000
1863	2	2:600\$000	3	2:300\$000	5	4:900\$000
1864	12	14:100\$000	6	5:300\$000	18	19:400\$000
1865	3	2:400\$000	1	800\$000	4	3:200\$000
Total	41	39:376\$500	32	28:875\$000	73	56:321\$500

Fontes: Recibo de meia-sisa de escravos. 1851 a 1864. Documentos diversos sobre escravidão - AMTCL. Conjuntos de Escrituras de compra e venda de escravos. Conjuntos de Livros n. °17 a 34. 1847 a 1864. APTNL.

Observa-se na tabela acima um mercado retraído, apresentando pouca movimentação de compra e venda de escravos, se acentuando apenas a partir de 1861. No entanto, este quadro reflete especificamente as negociações de compra e venda de escravos acertadas pelo cartório de Lages, o que não exclui a negociação de escravos realizada por tropeiros em mercados de outras localidades intermediando para o comprador lageano.

Gráfico IX: Volume de negociação de compra e venda de escravos em Lages (1847-1865)



Fontes: Recibo de meia-sisa de escravos. 1851 a 1864. Documento diversos sobre escravidão - AMTCL. Conjuntos de Escrituras de compra e venda de escravos. Conjuntos de Livros n. °17 a 34. 1847 a 1864. APTNL.

Paralelamente à comercialização dos escravos, foram levantadas oito escrituras de doação de escravos. Prática bastante comum no sistema escravista⁴⁷, estas doações eram feitas entre membros da própria família, como irmãos, pais, tios e sobrinhos.⁴⁸ Excluindo um caso em que o escravo doado apresentava idade superior a 20 anos de idade, os demais eram crianças de no máximo 12 anos.

Por último, foram também encontradas três escrituras de troca de escravos. Em nove de junho de 1862, Américo Ribeiro Gomes, morador do termo de Lages, trocou sua escrava Delfina pelo escravo João Evangelista, de Thomé Pereira Vieira, morador de São José. Ambos escravos apresentaram o mesmo valor de mercado. Entre as três escrituras de

⁴⁷ Segundo Warren Dean, “O costume, freqüentemente registrado, de dar crianças escravas como presente, parece, à primeira vista, indicar uma espécie de paternalismo: uma mulher de recursos, ‘desejando dar uma sincera demonstração de estima e amizade’, enfeitaria a filha ou filho pouco promissores de alguma escrava, e enviaria a criança para o outro lado do município, para a casa de uma neta ou sobrinha recém-casada. Às vezes se registrava no termo de doação que a escrava valia tantos mil-réis, uma maneira de mostrar o preço do presente, sem dúvida, o que era sempre calculado com exagero”. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*; tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 83.

⁴⁸ Das doze escrituras de doação de escravos, duas apresentaram como doador José Luiz Pereira que fez doação para a sua afilhada e sobrinha Maria Thereza Pereira de dois escravos (escrava Rita, mulata de 24 anos e seu filho Julião de dois anos). Escrituras de doação de escravos. 1847-1864. APTNL. Também foram encontrados nos inventários a referência de escravos doados como dotes para o casamento das filhas. Conjunto dos inventário *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

troca de escravos, apenas este caso envolveu pessoas de localidades diferentes da província catarinense, mais isso já demonstra que existia uma ligação entre o mercado escravo de Lages e o de outras localidades, e aponta para a negociação de escravos entre as diversas localidades da própria província catarinense, em lugar da transferência dos mesmos para a região cafeeira pelo tráfico interno.

Um indicador para medir o grau de comprometimento de Lages com o comércio interno de escravos seria identificar se as negociações destes cativos estavam sendo intermediadas por procuradores⁴⁹, principalmente no que se refere ao intervalo de 1861 a 1864, o qual, como visto, apresentou um maior número de negociações de compra e venda de escravos (46 no total). Neste sentido, foram apurados oito casos em que a negociação contou com a presença de algum tipo de procurador, sendo dois em 1862, um em 1863, e cinco 1864.⁵⁰ Destes, duas escrituras explicitaram que os procuradores representavam os vendedores, e em uma escritura representavam concomitantemente o vendedor e o comprador, sendo todos os envolvidos (compradores, vendedores e procuradores) identificados como moradores do termo de Lages. Dos cinco restantes, observou-se um caso em que o procurador representava apenas o comprador, também identificado com morador da região de Lages.⁵¹ Finalmente, nos quatro últimos casos, tanto as escrituras quanto os recibos de meia-siza não discriminaram a origem do comprador que o procurador representava. Não obstante, não foi encontrado pela pesquisa nenhuma procuração separada das escrituras e recibos de compra e venda de escravos que comprovasse a saída de escravos vendidos para outras províncias. Esses dados corroboram os apontados no capítulo anterior, apontando para a ausência de um impacto significativo do tráfico interno sobre a posse escrava em Lages até 1865, contrariando as interpretações clássicas.

⁴⁹ De acordo com Hebe M. Mattos, o tráfico interno de escravos contava com uma ampla rede de intermediários, com seus principais revendedores situados no Rio de Janeiro, através de procurações e subprocurações que mantinha o cativo nominalmente como propriedade de seu senhor original. Dessa forma, buscava-se burlar os impostos de transferência de propriedade. MATTOS, Hebe M. *Das cores do silêncio*. Pg. 121.

⁵⁰ Recibo de meia-siza de escravos. 1851 a 1864. Documento diversos sobre escravidão - AMTCL. Conjuntos de Escrituras de compra e venda de escravos. Conjuntos de Livros n.º17 a 34. 1847 a 1864. APTNL.

⁵¹ Em 1864, João Baptista Izecta foi procurador de sua filha Adelina Izecta, moradora do termo de Lages, na compra de um escravo crioulo de sete anos de idade. Escritura de compra e venda de escravos. Livros n.º 34. p. 17. 1864. APTNL.

Ora, a partir de meados da década de 1850 até 1864 o mercado apresentou um aumento substancial do valor do escravo, período no qual, como se observou no capítulo anterior, o contingente escravo não apresentou brusca queda como efeito do tráfico interprovincial de escravos.⁵²

De acordo com Valéria Zanetti, no período de 1840 a 1860, o império passou por uma carestia de gêneros de subsistência em decorrência da transferência da mão-de-obra escrava para as crescentes lavouras de café, ocasionando, assim, um aumento inflacionário nos preços destes produtos e dos escravos. Em 1848, o presidente da província gaúcha, João Capistrano de Miranda Castro, declarou que o Rio Grande do Sul não foi afetado por esses fatores, uma vez que a província contava com uma variada produção de gêneros de primeira necessidade produzidos pelas colônias alemãs e nas chácaras circundantes. No entanto, ainda segundo Zanetti, em 1854 a província já estava sentindo a crise com a redução do rebanho bovino. Para as famílias escravistas não abastadas, a posse de escravos ameaçava tornar-se antieconômica, principalmente no emprego do escravo urbano em atividades não produtivas, devido ao aumento do seu preço. Dessa forma, nesse período, a autora observa um aumento significativo dos anúncios de negociação de escravos porto-alegrenses para São Paulo e Rio de Janeiro.⁵³

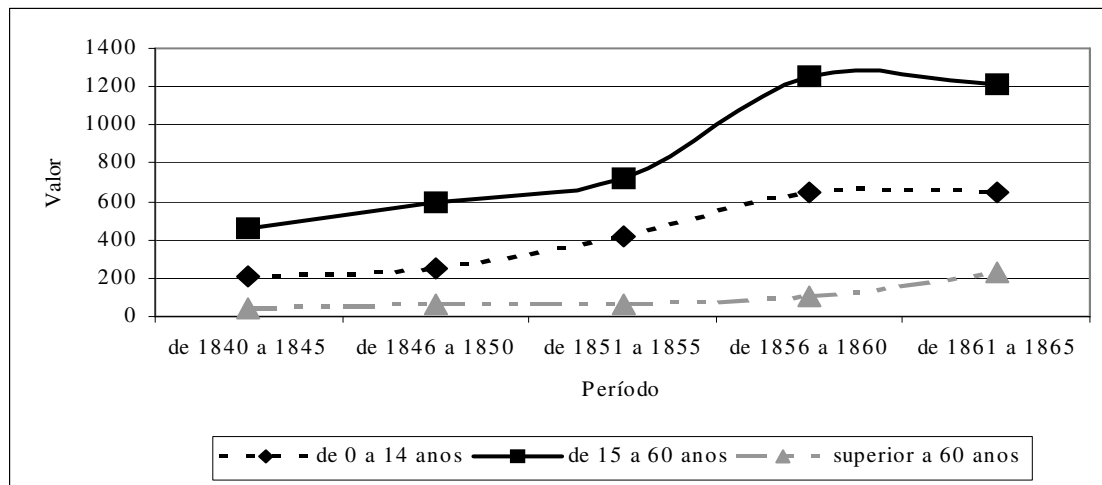
Situação semelhante já tinha sido apontada por Fernando Henrique Cardoso para a província catarinense. O autor estima que a partir de 1852 a província começava a sentir os efeitos da transferência maciça de escravos para as regiões cafeeiras. Como medida para deter a intensa migração de escravos a lei provincial n.º 340 daquele mesmo ano proibia a saída da província os escravos desacompanhados por seus senhores, impondo uma multa de 30\$000. Contudo, essa medida tornou-se ineficiente, tendo aumentando os anúncios de jornais oferecendo escravos de diversas localidades da província para serem vendidos para o Rio de Janeiro.

⁵² Segundo Bergad, não obstante a influência do encerramento do tráfico atlântico nos aumentos dos preços dos escravos no começo da década de 1850 no Brasil como uma primeira consequência, as tendências paralelas de aumento desses preços encontrados em outras cantos das Américas demonstram que é provável que os preços tenham subido naquela década por causa da demanda européia dos produtos básicos do Novo Mundo e do aumento na produtividade e lucratividade da mão-de-obra escrava. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 252.

⁵³ ZANETTI, Valéria *Calabouço urbano: Escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)* Passo Fundo, RS: UPF, 2002. p. 60.

Em 1861, embora o preço do cativo tenha alcançado valores elevados na província catarinense, Cardoso afirma que mesmo assim estavam muito abaixo do preço de mercado de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que favorecia a procura dos negociantes de escravos para comprá-los em Santa Catarina e revendê-los nos grandes centros consumidores. Dessa forma, segundo o autor, enquanto em São Paulo e Rio de Janeiro o preço do escravo variava entre um a dois contos de réis, em Santa Catarina, em 1853, os maiores valores de um escravo giravam entorno de 700\$000 a 800\$000.⁵⁴ No entanto, observa-se no gráfico abaixo que o valor do escravo em Lages acompanhou a tendência de alta no mercado escravista brasileiro, principalmente no período de 1855 a 1865.

Gráfico X: Quadro evolutivo do preço médio do escravo em Lages de acordo com faixa etária em mil reis (1840-1865)



Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

É pertinente destacar que não estamos levando em conta a variação do preço do escravo de acordo com o sexo, os defeitos físicos, o estado de saúde, a naturalidade e especialização, sendo que a análise se restringe tão somente ao valor médio do escravo de acordo com a faixa etária conforme avaliação em inventários, por considerarmos, assim,

⁵⁴ CARDOSO, F. H. “*Negros em Florianópolis: relações econômicas e sociais.*” Florianópolis, SC: Insular, 2000. pp. 126-7. Dados recentes, entretanto, contestam a interpretação de que Desterro ou a Ilha de Santa Catarina tenham perdido/vendido cativos em massa para o Sudeste. De acordo com Clemente Penna, a queda da proporção de escravos na população total da Província catarinense se explica pela chegada de imigrantes europeus, engrossando a fileira dos livres, sendo que o número absoluto dos escravos não caiu, ao contrário, cresceu. PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. p. 29 – 30.

suficiente para estabelecer uma ordem de grandeza aproximada do investimento necessário para um pequeno lavrador e criador comprar um cativo.⁵⁵

Por outro lado, para podermos verificar o significado do aumento do valor da escravaria para o padrão de criação em Lages a tabela abaixo parte da comparação entre o valor do escravo e o valor atribuído ao rebanho bovino, muar e cavalari na região, considerando que estes animais eram os mais valorizados na prática criatória da região:

Tabela XVII: Quadro comparativo entre a evolução do preço médio do escravo com o rebanho bovino, muar e cavalari em mil reis (1840-1865)

Período	Investimento	Escravos	Vacas com cria	Mulas mansas	Cavalos mansos
de 1840 a 1845	464\$514	1	29,1	18,6	17,9
de 1846 a 1850	592\$142	1	37	23,7	22,8
de 1851 a 1855	723\$604	1	45,2	28,9	27,8
de 1856 a 1860	1:258\$064	1	78,6	50,3	48,4
de 1861 a 1865	1:212\$500	1	75,8	48,5	46,6

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTSJSC.

Assim, observa-se que com o valor investido na posse de apenas um escravo em idade produtiva, o proprietário em Lages poderia comprar, no intervalo de 1840-5, em torno de 29 vacas com cria, ou então 18 mulas mansas. O testamento de Jesuíno da Silva Ribeiro pode nos dar uma maior aproximação da comparação entre o preço do escravo com o gado:

Declaro que comprei hum escravo ao compadre Manoel Ferreira de nome Joaquim pela quantia de trezentos e cincoenta mil reis e desta quantia recebeu este deseceis bois a doze mil reis cada hum mais cincoenta mil reis [...] dos lucros do mesmo recebo conforme nosso trato e recebo mais dois cavalos hum por vinte cinco mil e seiscentos reis e outro por doze mil oitocentos reis, huma égua burrilha mança por vinte mil rei, o meu testamenteiro justará contas com elle a vista.⁵⁶

⁵⁵ Procedimento este semelhante ao utilizado por Bacellar ao analisar o mercado escravo em Sorocaba. BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial*. p. 156.

⁵⁶ Inventário *post-mortem* de Jesuíno da Silva Ribeiro. 1845. Cx. 30 O-01. MJTJSC. Além de Jesuíno, o inventário de Francisco Vasco do Amarante também aponta este tipo de negociação na aquisição de escravos: “Disse [a viúva inventariante] que seu finado marido quando casou-se trocou um escravo de nome Joaquim que depressa trocou por uma tropa de bois, não se lembra quantos. Vinte e cinco mulas, umas xucas, outras manças. Uma Junta de bois curreiros, dez cavalos manços. Inventário *post-mortem* de Francisco Vasco do Amarante. 1865. Cx. 30 (O-01). MJTJSC.

Ou seja, para comprar o escravo Joaquim, Jesuíno teve que entregar 16 bois, dois cavalos, uma égua e mais cinquenta mil reis, sendo que ainda ficara devendo a Manoel Ferreira. Ao que parece Joaquim era um escravo de ganho especializado, podendo render, assim, lucros para o seu proprietário, o que certamente teria motivado Jesuíno a comprá-lo.

Mesmo considerando que o valor atribuído aos animais apresentou aumentos significativos, conforme o valor do escravo foi inflacionando no pós-1850, aumentava-se ainda mais o número de animais que o proprietário poderia adquirir com a venda de um único cativo, chegando, em 1865, um escravo corresponder a 75 vacas com cria ou 48 mulas. No entanto, observa-se que, mesmo assim, os proprietários lageanos optavam por permanecer com seus escravos. No entanto, dificilmente os mais pobres conseguiam adquirir ou manter a posse escrava, sendo que no final do período estava mais restrita a determinadas faixas de riqueza. Neste sentido, observa-se no período de 1855 a 1865, em um conjunto de 48 inventários, uma maior concentração dos escravos nos plantéis de dois a cinco cativos (21 casos), dispostos, principalmente, na faixa de riqueza “entre 10:001\$000 e 20:000\$000”.

Uma primeira análise do conjunto dos 150 inventários *post-mortem* demonstrou que a sociedade lageana estava baseada em uma hierarquia social estruturada na propriedade fundiária, criação e posse escrava. Neste sentido, a amostragem apontou uma sociedade polarizada entre dois grupos predominantes, os “remediados” e os “abastados”, e dois grupos periféricos e proporcionalmente opostos, sendo os “pobres” e os “ricos”.

Assim, a distribuição da riqueza inventariada demonstrou que o grupo dos “remediados” concentrava 57,1% dos inventários, no entanto, correspondia a apenas 16,3% da riqueza distribuída. Heterogêneo, este grupo agrega as faixas de riqueza “entre 1:001\$000 a 5:000\$000” e “5:001\$000 a 10:000\$000”. Era composto por pequenos e médios criadores e proprietários de terras. Representa também a maior porcentagem de dívidas passivas (16,7% e 21,8% respectivamente), sendo que a pesquisa considerou que ao fazer as dívidas estes inventariados estavam buscando, dessa forma, ascender na hierarquia social e econômica através da aquisição de recursos para investir em bens de produção, seja

em terras, gado ou escravos. Em relação à posse escrava, observou-se que a primeira faixa deste grupo (“entre 1:001\$000 a 5:000\$000”), era dividida entre 48,3% de não-proprietários de escravos e 51,5% de proprietários, sendo que estes últimos detinham 17,8% do total de escravos. Por outro lado a segunda faixa (“entre 5:001\$000 e 10\$000:000”) dividia-se entre 15,1% de não-proprietários e 84,9% de proprietários, que detinham, por sua vez, 10,1% do total de escravos.

Por outro lado, o segundo grupo predominante seria o dos “abastados” (26,1% dos inventários), que concentrava 46,3% da riqueza distribuída. Este era composto pela faixas “entre 10:001\$000 e 20:000\$000” e “entre 20:001\$000 e 50:000\$000”, caracterizados pelos médios criadores de gado e grandes proprietários de terras. A primeira faixa deste grupo era dividida entre 17,1% de não-proprietários de escravos e 82,9% de proprietários. Detinham, por sua vez, 20,1% do total dos escravos inventariados. Todos os inventários correspondentes à segunda faixa apresentaram posse escrava, sendo que detinham o maior percentual do escravos inventariados, 28,7%.

Por último, observa-se os grupos compostos pelos “pobres” e “ricos”. O primeiro, composto pela faixa de “até 1:000\$000” era formado predominantemente por pequenos lavradores e criadores endividados, agregados e empregados nas grandes fazendas, que embora representasse 12,8% dos inventários detinha apenas 0,6% da riqueza inventariada. Neste, foi encontrado apenas um caso de posse escrava. O grupo dos “ricos”, por seu turno, era composto pelos inventários com montante “superior a 50:001\$000”. Caracterizado pelos médios e grandes criadores e negociantes de gado, e grandes proprietários de terras, esta faixa, com apenas seis inventários (4,0%), deteve 36,8% do total da riqueza inventariada. Concentrava em suas mãos 23,2% dos cativos arrolados, sendo os maiores proprietários de escravos por inventários.

A grande parte dos escravos arrolados estavam concentrados em plantéis de seis a dez cativos (34,4%) e de dois a cinco a cativos (23,8%). Esta disposição demonstrou que a escravidão lageana estava estruturada nos pequenos e médios plantéis.

A análise demonstrou, segundo a distribuição escravos de acordo com sexo, a predominância masculina em relação à feminina nos casos referentes à posse de um único cativo, sendo que nestes a grande parte dos escravos eram velhos ou crianças. Nos demais plantéis, observou-se um relativo equilíbrio entre o contingente masculino e feminino, com

acentuadas vantagens do primeiro para o segundo, assim como também uma maior incidência de escravos em idade produtiva (de 15 a 60 anos) e, conseqüentemente, mais valorizados.

Com objetivo de buscar a compreensão do mercado escravo na região, foram analisadas 70 escrituras de compra e venda, oito escrituras de doação e três escrituras de troca, envolvendo negociações de escravos. Dessa forma, considerando apenas as negociações realizadas no cartório de Lages, a pesquisa apontou um mercado escravo local retraído, apresentando pouca movimentação de compra e venda de escravos, se acentuando apenas a partir de 1861, o que poderia sugerir o impacto do tráfico interno de escravos. No entanto, os dados coletados apontaram o contrário, sendo que, segundo as procurações encontradas, os escravos estavam sendo mantidos na região.

Ou seja, a despeito dos constantes aumentos dos preços dos escravos no período pós-1850, tais considerações corroboram a interpretação de que, mesmo não podendo descartar a transferência de escravos lageanos para o tráfico interprovincial, esse movimento não consistiu em uma tendência que pudesse interferir no aproveitamento da mão-de-obra cativa na região. Ao contrário, observa-se que os escravos estavam sendo mantidos na região, na negociação, troca, doação e partilha de herança, sendo que, como visto no capítulo anterior, considerando o recenseamento de 1872 a população escrava continuava apresentando tendências de crescimento positivo, indicando que ainda se mantinha a compra de cativos pelos proprietários lageanos.

CAPÍTULO IV: ESCRAVIDÃO, TRABALHO E LIBERDADE EM LAGES

No capítulo II, observamos que a análise comparativa entre os contingentes de “escravos” e de “pretos e pardos” (livres e libertos) apontou uma tendência de crescimento positivo destes dois grupos. Neste sentido, o quadro populacional de 1854 a 1864 demonstrou que, do total de habitantes, a população escrava apresentou uma queda de 19,5%, em 1854, para 15,1%, em 1864, enquanto o contingente de “pretos e pardos”, por sua vez, aumentou de 19,5%, em 1854, para 29,5%, em 1862. Por outro lado, agregando os dois contingentes, observa-se na tabela abaixo que a população negra alcançou uma porcentagem relativa entre a mínima de 38,6%, no intervalo de 1855 a 1858, e a máxima de 47,7%, em 1862, em relação ao quadro geral da população lageana.¹

Tabela XVIII: População negra em Lages segundo categoria e sexo (1854-1864)

Ano	Pretos e pardos					Escravos					Total			
	H	%	M	%	Total	H	%	M	%	Total	A	B	C	D
1854	779	67,5	375	32,5	1.154	587	50,7	570	49,3	1.157	2.311	49,9	50,1	39,1
1855	811	60,5	528	39,5	1.339	592	50,7	575	49,3	1.167	2.506	53,4	46,6	38,6
1856	862	60,4	565	39,6	1.427	608	50,9	587	49,1	1.195	2.622	54,4	45,6	38,6
1857	905	60,4	593	39,6	1.498	638	50,9	616	49,1	1.254	2.752	54,4	45,6	38,6
1858	941	60,4	616	36,6	1.557	663	50,8	641	49,2	1.304	2.861	54,4	45,6	38,6
1859	24	38,9	39	61,3	63	908	54,1	769	45,9	1.677	1.740	3,6	96,4	19,8
1860	54	47,3	60	52,7	114	576	53,5	500	46,5	1.076	1.190	9,5	90,5	20,4
1861	1.035	49,9	1.038	50,1	2.073	670	46,6	768	53,4	1.438	3.511	59,1	40,9	41,4
1862	1.370	51,6	1.282	48,4	2.652	690	49,1	715	50,9	1.405	4.057	65,3	34,7	44,7
1863	1.370	52,1	1.262	47,9	2.632	690	49,1	715	50,9	1.405	4.037	65,1	34,9	43,1
1864	1.459	58,6	1.031	41,4	2.490	792	48,9	764	51,1	1.496	3.986	62,4	37,6	42,3

Fonte: Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1854 a 1864) acervo n.º 1/ Estante n. 2D. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (APESC)

Nota: nos anos de 1859 e 1860 a classificação “ pretos e pardos” é substituído pela de “liberto”;

Nota: (A) Total da população negra; (B) % de pretos e pardos; (C) % de escravos; (D) % da população negra em relação a população total de Lages.

Dessa forma, pode-se afirmar que a presença negra na região realmente não foi tão insignificante como se dizia, corroborando a hipótese levantada por Paulo Pinheiro

¹ É pertinente ressaltar, que não estão sendo considerados os anos de 1859 e 1860 para efeito desta variação percentual por estes anos apresentarem levantamentos populacionais problemáticos, como apontado no capítulo II.

Machado². Além disso, esta disposição do contingente negro sugere três processos em andamento: a “crioulização” da população negra, a ocorrência de liberdade, e a tendência de inserção de libertos migrantes.

Neste contexto, este último capítulo busca analisar a distribuição da população negra (escravos, livres e libertos) na região de Lages durante o período de 1840 a 1865. Através da compreensão deste quadro, busca-se também analisar algumas características presentes em seu cotidiano, tais como as formas de acesso à alforria e os arranjos de trabalho. Como material empírico, utilizaremos, além dos mapas de população, o conjunto dos inventários *post-mortem*, escrituras de alforrias e correspondências oficiais entre o Chefe de Polícia e a Câmara Municipal de Lages.

Algumas características da população escrava em Lages

Considerando a distribuição da população escrava na região através da leitura dos mapas de 1861 e 1862, que discriminam a configuração populacional de acordo com as principais freguesias que compunham o Planalto Serrano (Lages, Baguais e Campos Novos), observa-se que grande parte dos cativos estava concentrada na freguesia de Lages, com um percentual próximo a 50% do contingente, conforme a tabela abaixo.

Tabela XIX: Distribuição da população escrava entre as freguesias de Lages, Baguais e Campos Novos, segundo sexo

Ano	Freguesia	Homens		Mulheres		Total	
		N. °	%	N. °	%	N. °	%
1861	Lages	324	49,8	332	49,4	656	49,6
	Baguais	241	37,0	260	38,7	501	37,9
	Campos Novos	86	13,2	80	11,9	166	12,5
	Total	651	100,0	672	100,0	1.323	100,0
1862	Lages	345	50,0	352	49,2	697	49,6
	Baguais	263	38,1	269	37,7	532	37,9
	Campos Novos	82	11,9	94	13,1	176	12,5
	Total	690	100,0	715	100,0	1.405	100,0

Fonte: Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1861 e 1862). APESC

² MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004. p. 65.

No entanto, esta disposição não significa, necessariamente, que estes cativos estivessem limitados a apenas à Vila de Lages, sendo mais provável que se encontrassem também distribuídos entre as diversas fazendas localizadas no entorno da área urbana. A tabela também demonstra uma grande concentração de escravos na freguesia de Baguais (37,9%). Esta freguesia era composta principalmente por fazendas de criação de gado e campos de invernada, o que reafirma o aproveitamento da mão-de-obra escrava nas unidades voltadas à atividade agropastoril.

Em relação à distribuição dos escravos de acordo com o sexo, observa-se um relativo equilíbrio entre os segmentos masculino e o feminino, sendo que o intervalo de 1854 a 1860 apresentou uma pequena vantagem numérica dos homens sobre as mulheres, enquanto os quatro últimos anos representados na tabela XVIII demonstraram um quadro inverso, onde o segmento feminino superou o masculino.

Laird W. Bergad, indagando quais seriam os fatores predominantes no constante aumento da população escrava em Minas Gerais ao longo do século XIX, se o comércio de escravos africanos, reprodução natural ou tráfico interno, afirma que considerando a firme redução da razão dos sexos, especialmente entre os escravos negros, fica evidente que o aumento no número de cativos entre 1808 e 1821 foi resultado direto da reprodução natural, sendo este um fator mais importante do que as importações para a reposição dos plantéis na província mineira neste período específico.³

Neste sentido, o autor destaca que para chegar a esta conclusão considerou que “quando o sexo masculino predomina em uma população, isto geralmente é conseqüência de imigração forçada ou voluntária. Quanto mais a razão do sexo masculino para o feminino de um determinado grupo se aproxima de 100 (ou 100 homens para 100 mulheres), mais provável é que essa população seja resultado de um aumento natural.”⁴

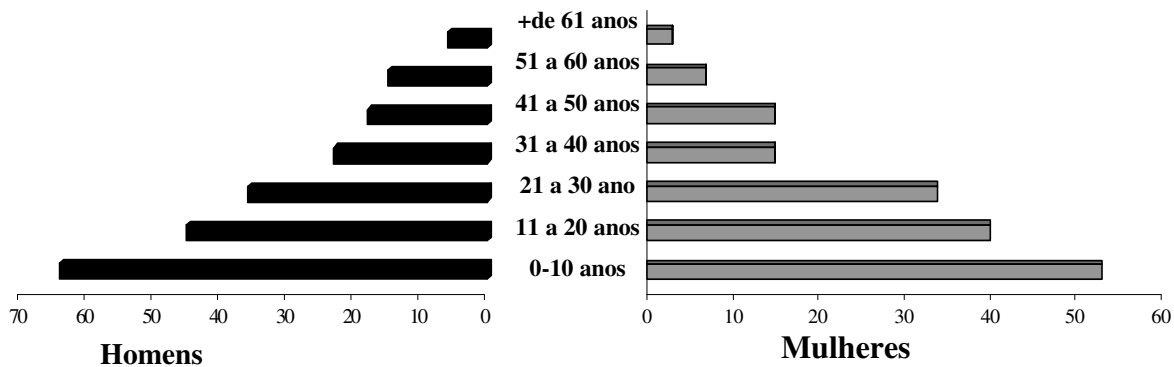
Dessa forma, considerando que em Lages este equilíbrio entre os sexos não estava condicionado à saída de escravos masculinos da região, uma vez que este segmento continuou apresentando tendências de crescimento positivo em números absolutos, podemos assumir a hipótese – construída em paralelo ao argumento de Bergard - que a população escrava em Lages estava inserida em um processo de reprodução dos plantéis

³ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica* : demografia de Minas Gerais, 1720-1888. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004. pp. 174-8.

⁴ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica*. p. 175.

através de condições endógenas. Outro indício que aponta para esta assertiva é o número de crianças escravas na região. Como os mapas não apresentam a configuração da população de acordo com a faixa etária, buscou-se esta disposição no conjunto dos inventários para amostragem do contingente escravo. Neste sentido, o gráfico XI demonstra a distribuição dos escravos inventariados conforme a faixa etária e o sexo.

Gráfico XI: Pirâmide etária dos escravos de acordo com o sexo em número absoluto



Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages (1840-1865). MJTJSC.

Dos 563 escravos arrolados em inventários, 189 (33,6%) não apresentavam a idade discriminada, sendo 100 homens e 89 mulheres. Contudo, considerando apenas os escravos com idade identificada, observa-se no gráfico acima uma grande porcentagem de crianças de zero a dez anos de ambos os sexos, equivalendo, juntos, a 31,3% do contingente escravo. Dos 117 cativos classificados nesta faixa etária, 89 apresentaram a identificação de “crioulo de casa”, assim como alguns escravos adultos e outros com idades não identificadas, sugerindo que estes teriam nascido na região. Por outro lado, uma pirâmide etária tão regular aponta para o crescimento natural, endógeno, há algum tempo. Provavelmente seriam poucos africanos nesta população escrava, não parecendo haver compra de fora em grande escala. Além disso, o relativo equilíbrio entre os sexos em idade adulta, apontado tanto pelos inventários quanto pelos mapas de população, permitem indagar sobre as possibilidades de formação de famílias escravas estáveis na região.

Como visto também no capítulo II, os mapas de população de 1859 e 1860, embora problemáticos, são os únicos que apresentam a disposição populacional entre solteiros, casados e viúvos.⁵

Tabela XX: Distribuição da população escrava em Lages segundo estado civil (1859 e 1860)

Ano	Estado civil	Homens		Mulheres		Total	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%
1859	Solteiros	732	55,4	590	44,6	1.322	78,8
	Casados	164	49,4	168	50,6	332	19,8
	Viúvos	12	52,2	11	47,8	23	1,4
	Total	908	54,1	769	45,9	1.677	100,0
1860	Solteiros	405	55,3	328	44,7	733	68,1
	Casados	167	50,2	166	49,8	333	30,9
	Viúvos	4	40,0	6	60,0	10	1,0
	Total	573	53,2	500	46,7	1076	100,0

Fonte: Ofícios diversos do Chefe de Polícia para o Presidente da Província (1859 a 1860) acervo n.º 1/ Estante n. 2D. APESC

Neste sentido, observou-se que em 1859, de uma população escrava de 1.677 cativos, 78,8% foram classificados como sendo solteiros, enquanto 19,8% encontravam-se casados. Em 1860, a proporção de escravos casados alcançou 30,9% do contingente. No entanto, este quadro não foi registrado nos inventários pesquisados, sendo que entre os 563 escravos arrolados, foram identificados apenas três casais.⁶ Contudo, é pertinente ressaltar

⁵ Não é nossa intenção trabalhar com os padrões de estabilidade da família escrava em Lages e as formas de acesso ao casamento deste contingente populacional, mas tão somente apontar algumas questões presentes nos inventários e nos mapas de população sobre algumas características da presença escrava na região. Para um maior balanço historiográfico sobre estas questões no sistema escravista brasileiro, vide entre outros, MATTOS, Hebe Maria. *Trabalho, família e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem*. Cadernos do ICFH-UFF, n. 23, ago. 1990, número temático. Estudo sobre a escravidão II. pp. 1-54. FÁRIA, Sheila. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. (sudeste, século XVIII) Niterói, ICFH/UFF, 1994. FLORENTINO, M.; GOES, J. R. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro, c. 1790 – c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. pp. 27-37. MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999. pp. 179-225. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava, Brasil sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. pp. 27-53.

⁶ Sendo estes os escravos José e Maria, e Ezidro e Joana em 1853, de propriedade de Dona Apolinária Rodrigues Borges, e os escravos Antônio e Lucinda, em 1857, de propriedade de Policarpo César de Oliveira. Com exceção do casal Ezidro e Joana, os outros dois casos dizem respeito a escravos de idade acima de 70 anos, sendo cada casal avaliado em 500\$000 e 400\$000, respectivamente. O crioulo Ezidrio, por sua vez, que possuía 65 anos, foi avaliado em 100\$000, enquanto sua mulher, a crioula Joana, de 28 anos, foi avaliada em 600\$000. Nestes casos, os casais não foram separados com a partilha dos bens entre os herdeiros. Inventários post-mortem de Dona Apolinária Rodrigues Borges, 1853. (0-8 cx. 41), e de Policarpo César de Oliveira. 1857. (0-7 cx.40). MJTJSC.

que a omissão do registro de outros casais de escravos nos inventários não caracteriza a inexistência dos mesmos nos respectivos plantéis, mas sugerem a intenção implícita de não prejudicar a partilha dos bens, facilitando que os mesmos fossem assim divididos indiscriminadamente entre os novos proprietários. A mesma observação é feita em relação à condição de mãe e filho(a), haja vista que em apenas alguns inventários esta condição é discriminada.⁷

Por outro lado, considerando os números absolutos do contingente de casados e viúvos da tabela XX se observa uma pequena diferença entre homens e mulheres nestas condições, sugerindo o casamento de escravas com homens livres ou libertos. É o caso da escrava Páscoa Maria, cuja liberdade fora comprada por seu marido Antônio Rodrigues na partilha dos bens do inventário de Francisco de Souza Machado, em 1843. Pelo que sugere o inventário, Antônio Rodrigues era um homem pobre livre que casando com Páscoa Maria enquanto esta ainda estava no cativeiro, tivera duas filhas, Eufrâsia e Desseltides, que, assim como a mãe, tornaram-se escravas de Francisco de Souza Machado.⁸

Além da reprodução natural dos escravos, a formação dos plantéis em Lages também era condicionada pelo funcionamento de um mercado escravo abastecido principalmente pelo Rio Grande do Sul e São Paulo, como visto no capítulo III.

Neste sentido, baseado na leitura dos inventários, observa-se que grande parte dos escravos arrolados nos processos para os quais constava classificação de acordo com a cor, etnia e/ou origem foram identificados como crioulos, o que aponta, como sugere Mary Karasch⁹, para o seu nascimento no Brasil, enquanto uma pequena parte da escravaria foi diretamente identificada como africana, conforme demonstra a tabela XXI:

⁷ Segundo Manolo Florentino e José Roberto Goes: “[...] o simples fato [do plantel] de estar ligado a redes parentais de primeiro grau podia implicar a desvalorização, *pelo mercado*, de parcela substancial do valor monetário de cada parente escravo. A envergadura de tal desvalorização variava, porém, de acordo com a idade”. FLORENTINO, M.; GOES, J. R. *A paz das senzalas*. p. 163. É pertinente ressaltar também que a lei que proibiu tanto a separação por venda de escravos casados, quanto à separação de uma ou de um filho menor de 15 anos foi promulgada em 1869. SLENES, Robert W. *Na senzala uma flor*. p. 106.

⁸ Inventários post-mortem de Dona Florinda Rodrigues de Atayde, 1840, e de Francisco de Souza Machado, 1843. Cx. 44 (P-1). MJTJSC.

⁹ Segundo Mary Karasch, apresentando os tipos de classificação utilizados no século XIX para identificar os escravos segundo a cor e a etnia, o termo “crioulo” se aplicava geralmente ao negro nascido no Brasil, enquanto que “negro” e “preto” eram termos usados principalmente em relação a africanos. Por outro lado, “Preto” também seria um termo relativamente neutro para “negro”, usado nos casos em que a nacionalidade ou o status legal de uma pessoa negra era desconhecido. A autora ainda destaca, entre outros, os termos “pardos”, para designar um mulato nascido de pais africanos e europeus, “mulato” e “cabra”, sendo estes termos usados de forma pejorativa para designar escravos de raças mistas (mestiços de africanos com

Tabela XXI: Distribuição do contingente escravo de acordo com classificação de cor/origem em inventários

Classificação	N.º	%
Negro	69	12,2
Pardo	11	1,9
Crioulo	212	37,7
Mulato	24	4,3
Cabra	3	0,5
Africano	10	1,8
Indefinido	234	41,6
Total	563	100

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages. (1840 a 1865). MJTJSC.

Esta distribuição também é observada nos documentos referentes à compra e venda de escravos e nas escrituras de liberdade. Utilizando os critérios apontados por Karasch para analisar os dados dos inventários, pode-se constatar que 44,4% dos escravos lageanos foram identificados como nascidos no Brasil (crioulos, pardos, cabras e mulatos), enquanto 1,8% seriam escravos africanos. Contudo, para 41,6% dos escravos não constava nenhuma identificação direta ou indireta de cor ou etnia. Provavelmente a omissão desta informação seria em razão da pouca importância dada a identificação da origem do escravo nos processos de inventários. No entanto, não se pode descartar a intenção de alguns inventariante de esconder proposadamente a posse de africanos importados ilegalmente depois da proibição do tráfico atlântico em 1831. Essa possibilidade torna-se evidente ao percebermos alguns casos de escrituras de compra e venda de escravos onde consta à idade dos cativos classificados como africanos. Um exemplo seria a do escravo africano Pedro. Identificado como “de Nação”, Pedro tinha 28 anos quando foi vendido em 1861 pelo comerciante alemão Jorge Trueter. Considerando que este foi negociado 30 anos depois que

européus ou índios). Como forma de identificar sua provável origem africana, era comum o uso de complementos ao nome como “Antônio da Nação Angola”. KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 37-9. Já Alaôr Eduardo Scisínio, em seu “Dicionário da escravidão” apresenta as seguintes definições: “Pardo – adj. s. m. – 1. Que ou o que tem cor escura, entre o branco e o preto. 2. Mulato”; “Cabra. s. m. – o sentido do termo varia segundo os autores: para uns , é o produto do cruzamento de negro com mulato; para outros, o do cruzamento de índio com africano. Em todo caso, segundo Rodolfo Teófilo, a palavra designa um ‘mestiço vigoroso, violento, de instinto sangüinário e bem diferente do mulato, do qual não possui nem as maneiras nem a inteligência’”. SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997. pp. 75; 270.

o tráfico de escravos africanos estava proibido no Brasil (1831), e que a idade do escravo era inferior a esta diferença de tempo, pode-se deduzir que se tratava de um africano importado ilegalmente. Assim como este, foram encontrados mais seis escrituras de compra e venda com a mesma situação envolvendo escravos africanos, além de duas em que as idades dos escravos não foram identificadas.

Além disso, deve se dar destaque ao inventário de Dona Maria Custódia do Amaral, no que se refere à seguinte observação do Juiz de Órfãos acerca da legitimidade da propriedade dos escravos avaliados: “[...] atesto que [...] os escravos **serem todos cria da inventariada**, a exceção do **escravo velho de nação Paulo**, do que já não existe documento algum por ser comprado **a mais de cinquenta anos**” [grifo nosso]. Esta observação diz respeito a uma denúncia de que estes cativos seriam africanos comercializados ilegalmente. Dona Maria Custódia era proprietária de quatro escravos, sendo os “crioulos de casa” Joaquim, de idade entre 40 a 50 anos, Eufrazia, com idade entre 9 a 10 anos, e Manoel, sem idade discriminada, e o escravo africano Paulo, identificado apenas como velho.¹⁰ Embora a denúncia não tenha sido comprovada não se deve descartar a possibilidade de ocorrência da escravização de africanos importados ilegalmente ou re-escravização de libertos. Interessante é o fato de ter havido denúncia, demonstrando que a importação e escravização de africanos deixavam de ser socialmente aceitos.¹¹

Dessa forma, tanto o tráfico interno de escravos quanto a reprodução natural foram processos paralelos utilizados pelos proprietários lageanos para a manutenção de seus plantéis. Não foram encontrados indícios que pudessem comprovar que Lages estava participando diretamente no tráfico ilegal de escravos, sendo mais provável que estes cativos estivessem sendo adquiridos aleatoriamente através do tráfico interno, pelos tropeiros de passagem na região. Sabe-se, neste sentido, que grande parte da escravaria comercializada em Lages provinha do mercado paulista, sendo este sim comprometido com o tráfico ilegal, contando com uma complexa rede de contrabandistas de escravos voltada principalmente para as fazendas de café da região do Vale do Paraíba. Neste sentido, é

¹⁰ Inventário post-mortem de Dona Maria Custódia do Amaral. 1845. O-10 cx. 43. MJTJSC.

¹¹ Sobre isso, ver RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT, 2000.

pertinente considerar a venda ocasional de escravos africanos não absorvidos no comércio com as fazendas cafeeiras, inseridos no tráfico interno.

Formas de acesso à alforria em Lages

Na memória lageana hoje existe a figura de Adão Antunes, ou tio Adãozinho, que nasceu em Lages no final da década de 1860. Mesmo tendo nascido antes da lei do “ventre livre”(1871) teria sido alforriado muito cedo. Exalta-se ao fato de que com uma postura humilde, foi carregador mor da água da cacimba da Santa Cruz, “juntador” de lenha e varredor de pátios, sempre sem cobrar nada. Conquistando a simpatia dos demais moradores, ficava em constante prontidão, esperando poder prestar algum favor a quem precisasse. Além de suas obrigações regulares, acompanhava a banda de música “Harmonia Lageana”, sendo responsável por carregar as partituras. O dia mais feliz de sua vida teria sido quando, já em 1933, tirou uma fotografia com um instrumento da banda no colo. Após sua morte, em uma última homenagem, o seu nome foi dado a uma praça próxima à rua Rui Barbosa.¹² Um cartaz contando sua história, fixado atualmente na entrada do museu Thiago de Casto, em Lages, reforça esta memória, que não é muito diferente da forma pela qual as relações entre senhores, escravos e ex-escravos foram abordadas pela historiografia catarinense. Como já foi referido, os autores Oswaldo Cabral, Walter Piazza e Licurgo Costa,¹³ são unânimes em atribuir uma pretensa harmonia racial e social em Santa Catarina, condicionada pelo tipo de trabalho desempenhado pelos escravos e pelas relações sociais existentes.

Walter Piazza, tratando deste tema enfatiza a necessidade de se considerar as variações específicas de relacionamento de acordo com o contexto sócio-econômico de cada região. Dessa forma, segundo o autor:

¹² Adão Antunes. Tio Adão ou Adãozinho. Cartaz fixado no Museu Thiago de Castro. Lages.

¹³ COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens: sua história e influência no sertão da terra firme*. Florianópolis, SC: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 189. CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis, SC. Lunardeli, 1987. pp. 167-8. PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis, SC: Garapuvu, 1999. pp. 13-4.

Não se pode comparar a escravidão negra no contexto da agricultura de exportação das áreas açucareiras, mineradoras ou cafeeiras, com aquela do contexto das pequenas lavouras de subsistência, ou, ainda, referente à escravidão urbana, não só aquela dedicada aos serviços domésticos e, também, aos serviços de utilidade pública ou, dos de marinharia.¹⁴

Embora aponte a existência de alguns crimes praticados por escravos (roubo, homicídio, bebedeira, etc.) e a ocorrência de diversas fugas para formação de quilombos como exemplos dos problemas no relacionamento entre escravos e senhores, o autor sugere que a fundação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a emissão de cartas de alforria e o direito do escravo de trabalhar para acúmulo de pecúlio, foram benefícios concedidos unilateralmente pela classe senhorial no intuito de amenizar as relações conflitantes presentes na escravidão.¹⁵

Oswaldo Cabral, por sua vez, defende que havia um tratamento humano e benigno dispensado pelos proprietários aos seus escravos, ao ponto que, mesmo com a possibilidade de conquista de alforria, o cativo, por não ter para onde ir, ainda preferia continuar servindo ao seu senhor, mesmo sem remuneração¹⁶. Por último, nos interessa a versão de Licurgo Costa. Assim como os autores anteriores, o historiador lageano atribui um relacionamento peculiar entre senhores e escravos em Lages. Sendo bem tratados pelos seus proprietários, os escravos, em sinal de afeição adotariam os seus sobrenomes, e ao serem libertados, “preferiam permanecer morando com eles a saírem em busca de outro trabalho”. Indo além, “[...] a verdade é que [os escravos] eram dóceis às ordens e só muito raramente reagem”.¹⁷

Atualmente, diversos estudos comprovam que as alforrias no sistema escravista brasileiro, longe de serem simples sinais da bondade dos senhores para com seus escravos mais próximos, ou eram compradas pelos próprios escravos ou foram estratégias utilizadas

¹⁴ PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. p. 20.

¹⁵ PIAZZA, W. *A escravidão negra numa província periférica*. p. 51-3.

¹⁶ CABRAL, O. R. *História de Santa Catarina*. pp. 167-8

¹⁷ No entanto, ao descrever as características das fazendas da região Licurgo se contradiz ao sugerir que as casas deveriam ser protegidas dos escravos: “Os fazendeiros mais fortes, já em meados do século passado [século XIX], construíam-nas [as fazendas] de pedras, **com paredes externas como se fossem fortaleza**, beirando um metro de largura. Na verdade eram assim porque **em tempo de escravos** e de perigo de assaltos, **as casas deviam oferecer grande segurança**.”(grifo nosso) COSTA, Licurgo. *O continente das Lagens*. p. 1483.

pela classe senhorial tanto para um efetivo controle e perpetuação dos laços servis como também para se verem livres de escravos que não eram mais produtivos, mas considerados como onerosos. Por outro lado, estes estudos também demonstram os caminhos percorridos pelos cativos para a conquista de sua liberdade. Estas estratégias não se limitavam à simples fuga, demonstrando que o escravo também poderia se valer do próprio sistema que o aprisionava para proveito próprio. Neste sentido, estes estudos descrevem as diversas formas e situações em que os escravos poderiam obter a liberdade e melhores condições de sobrevivência.¹⁸

Neste item, focaremos nossa análise em quatro situações em que os escravos obtiveram acesso à alforria em Lages no período de 1840 a 1865, sendo tanto através de alforrias concedidas pela classe senhorial, com ou sem condições, como também através de pagamento de pecúlio levantado pelo próprio cativo ou por terceiros. Dessa forma, as tabelas XXI e XXII apontam as alforrias estipuladas nos inventários e nas escrituras públicas de acordo com as formas de acesso, para que assim se possa verificar quais seriam as mais recorrentes em Lages.

Tabela XXII: Ocorrência de alforrias em Lages através dos inventários de acordo com as formas de acesso e sexo dos escravos

Formas de acesso	Masculino		Feminino		Total de alforrias	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sem condição estipulada	5	41,6	7	50,0	12	44,4
Condicional	6	41,6	4	28,6	10	37,0
Pecúlio.	2	16,8	0	0	2	7,4
Compra da alforria por terceiros	0	0	3	21,4	3	11,2
Total	13	100,0	14	100,0	27	100,0

Fonte: Conjunto de inventários *post-mortem* da comarca de Lages. (1840 a 1865). MJTJSC.

¹⁸ Neste sentido vide, entre outros: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. 4 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional, 1995. XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996. MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

Tabela XXIII: Ocorrência de alforrias em Lages através de escrituras de liberdade de acordo com as formas de acesso e sexo dos escravos

Formas de acesso	Masculino		Feminino		Total de alforrias	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sem condição estipulada	7	31,8	12	54,4	19	43,2
Condicional	12	54,5	7	31,9	19	43,2
Pecúlio.	3	13,7	1	4,6	4	9,1
Compra da alforria por terceiros	0	0	2	9,1	2	4,5
Total						

Fonte: Conjunto de escrituras de liberdade de escravos. Livro de notas n.º 17 a 37. 1847 a 1864. APTNL.

Conforme se observa na tabela XXII, no conjunto de 92 inventários que apresentavam posse escrava no período de 1840 a 1865, 16 inventários (17,4%) apresentaram alguma disposição específica acerca de alforria, prometendo a liberdade para 27 cativos. Por outro lado, a tabela XXIII demonstra que 44 escravos conseguiram alcançar a liberdade através de escrituras públicas. Destas escrituras, doze dizem respeito à liberdade prometida em testamento e legitimadas pelos herdeiros. Ao todo, excluindo os casos repetidos, foram libertados 59 cativos. Entre os senhores que libertaram seus escravos deve-se dar destaque a Antônio do Amaral Gurgel. No intervalo de 1849 a 1860, Antônio concedeu a liberdade a nove escravos, sendo dois através de escrituras públicas e sete em seu testamento. Com exceção do escravo Francisco, o qual libertou por desconfiar que este fosse filho de seu irmão Manuel, os demais escravos tiveram algum tipo de condição estipulada para alcançar a liberdade, como veremos adiante.¹⁹

Alforria sem condição: este tipo de alforria, via de regra, foi aplicado nos casos em que o escravo era considerado doente e velho, que por não apresentar mais condições de trabalho teria perdido seu valor no mercado. Dos 15 inventários que apresentaram menção à promessa de alforria de escravos, oito não estipulavam nenhum tipo de condição a 12 cativos, sendo estes cinco homens e sete mulheres. Além do caso já citado do escravo Francisco que foi libertado por Antônio do Amaral por este desconfiar que o cativo fosse filho de seu irmão Manuel, outra situação que ilustra o caso de alforria sem imposição de condições diz respeito ao escravo africano Antônio, de propriedade do

¹⁹ Em 1861, No inventário de Antônio Amaral constava à posse de 21 escravos. No entanto, em 1849 e 1860, Antônio libertara os escravos Pedro e Joana. A escritura de liberdade concedida ao escravo Pedro, lavrada em 1849, estipulava que o mesmo teria que servir a Antônio até a sua morte. Inventário post-mortem de Antônio do Amaral Gurgel. 1861. O-05 cx. 38. MJTJSC. Escrituras de liberdade do escravo Pedro. Livro de notas n.º 20, p. 16. 1849. APTNL. Escrituras de liberdade do escrava Joana. Livro de notas n.º 29 p. 13. 1861. APTNL.

Alferes João Thomaz e Silva. No testamento anexado ao inventário do Alferes, em 1861, observa-se a seguinte nota:

Declaro igualmente forro e liberto como se de ventre livre nascesse o meu escravo Antônio da nação benguela, pelos bons serviços que me tem prestado, a qual avalio quando muito na quantia de **sessenta mil reis** a fim que possa caber na minha terça, não só por isso como por ser **velho e doente**, que **pouco e quase nenhum serviço pode prestar**, ficando entendido que esta avaliação he tão somente para mostrar que o escravo não vale mais e dele não exigirão meus herdeiros quantia alguma, e tão bem para significar que o dito escravo foi exorbitantemente elevado o seu valor no inventário que proximamente se procedeu por falecimento de minha mulher. (grifo nosso)²⁰

Dessa forma o alferes João Thomaz queria deixar claro que o escravo, por ser velho e doente, não teria valor significativo na partilha dos bens. Com isso, tentava evitar que os herdeiros contestassem a liberdade que estava doando a Antônio, demonstrando que dificilmente conseguiriam vendê-lo ou colocá-lo para trabalhar.

Em relação às escrituras públicas, observou-se que 19 concediam a liberdade aos escravos sem impor nenhuma condição. Destas, três escrituras dizem respeito a liberdades prometidas por testamento e confirmados pelos herdeiros. Assim como visto no caso dos inventários, a grande parte dos escravos libertados por escritura eram velhos ou crianças, como no caso da “pardinha” Thomazia de apenas um ano de idade, que em 1858, foi libertada pelo seu senhor João Ignácio de Araújo “pela amizade” que o mesmo mantinha com sua mãe. Também foram observados três casos em que a liberdade fora concedida para crianças na pia batismal em retribuição aos “serviços prestados” pelas suas mães. Nestes casos específicos, a “retribuição dos serviços prestados” pode significar o cumprimento de alguma recompensa acordada com os pais das crianças, ou também, a intenção implícita de prendê-los, os pais, ainda mais nos laços servis de dependência e gratidão. De qualquer forma, um filho livre de pais escravos permaneceria sob o poder senhorial até, pelo menos, alcançar determinada idade para poder assim gozar de sua liberdade.

Alforria condicional: A alforria com condição estipulada teve como princípio a garantia da obediência e da lealdade do escravo ao seu senhor. Neste sentido, normalmente as condições estipuladas envolviam a continuação do trabalho do cativo para com o seu senhor até sua morte, e/ou a seus herdeiros por um determinado prazo. O

tratamento dispensado ao escravo alforriado condicionalmente seria o mesmo que a qualquer outro, uma vez que obrigado a continuar no cativo, desempenhava os mesmos tipos de serviços e rotinas. Além disso, o escravo alforriado ainda corria o risco de perder sua liberdade, caso fosse considerado ingrato com seu antigo senhor, ou se não cumprisse as condições estipuladas, conforme nos atesta Kátia Mattoso.

Mas a alforria, gratuita ou onerosa, é revogável e nisso reside uma das ambigüidades tanto da legislação, quanto da prática. Os motivos que o proprietário tem o direito de invocar podem ser inteiramente subjetivos. O senhor descobre de repente a ingratidão do seu antigo escravo? Anula o documento de alforria com a mesma facilidade com que o assinou. Somente após 1865 é que os tribunais declaram inadmissível tal procedimento.²¹

Com a morte de seu senhor, o escravo ainda teria a possibilidade de ver sua alforria condicional ameaçada com a disputa dos bens entre os herdeiros, caso estes se sentissem prejudicados com o abatimento do valor do cativo em suas respectivas partes da herança. Neste sentido, Chalhoub aponta diversos processos judiciais movidos tanto por escravos e herdeiros na disputa pela liberdade prometida nos testamentos dos antigos senhores.²²

Neste sentido, cinco inventários determinaram algum tipo de condição para a alforria de dez escravos. Da mesma forma, foram encontradas 19 escrituras públicas que também estipulavam condições para os cativos. Destas escrituras, três referem-se à liberdade prometida nos inventários apontados. Tanto em relação aos casos apurados nos inventários, quanto nas escrituras, a análise demonstrou uma maior predominância dos escravos masculinos libertados por condições estipuladas em relação ao feminino.

A grande parte destas condições impostas aos escravos implicavam em trabalhar para o seu senhor e/ou para seus herdeiros até a morte destes. A escrava Igues no entanto recebeu uma condição peculiar para obter a sua liberdade. Segundo disposição no testamento anexado ao inventário de Jesuino da Silva Ribeiro, em 1845, a crioula Igues só teria direito à alforria caso desse a luz a mais quatro filhos.²³ Contudo, este tipo de

²⁰ Inventário post-mortem do Alferes João Thomaz e Silva. 1861. O-05 cx. 38. MJTJSC.

²¹ MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 180.

²² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. p. 108-22. Vide também XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade*.

²³ Inventário post-mortem do Jesuino da Silva Ribeiro. 1845. O-10 cx. 43. MJTJSC.

condição, ao que parece não era tão estranha em Lages. Segundo a escritura de liberdade de 1860, a escrava Joana conseguiu sua alforria em retribuição aos bons serviços prestados e por ter “produzido” filhos para o seu senhor Antônio do Amaral Gurgel.²⁴

Outra situação que implica condições para a obtenção de alforria que merece destaque também envolve o mesmo senhor Antônio do Amaral Gurgel. Em seu testamento, em 1861, ele deixou a promessa de liberdade para seis escravos com a condição que os mesmos trabalhassem para seus herdeiros pelo tempo correspondente aos seus valores estipulados. Dessa forma, a mulata Páscoa, avaliada em 400\$000, teria que trabalhar por 20 anos para a herdeira Florisbela, sendo que, segundo o documento, cada ano trabalhado seria o equivalente a 20\$000. O “pardinho” João, de 12 anos, avaliado em 600\$000, deveria trabalhar por 20 anos, sendo cada ano equivalente a 30\$000. A escrava Albina, de 50 anos, avaliada em 40\$000, deveria trabalhar por um ano. O escravos Roberto e João Moçambique, avaliados em 160\$000 e 200\$000, respectivamente, deveriam trabalhar por quatro anos a 40\$000 e 50\$000 cada um. Finalmente, por último, o mulato Roberto, avaliado em 720\$000, deveria trabalhar por 18 anos, a 40\$000 cada ano. Com exceção da escrava Páscoa, os demais ficaram sob a tutela de Manoel do Amaral Gurgel. Destes escravos relacionados, encontramos a escritura de liberdade de Albina, João Moçambique e Roberto, legitimando suas liberdades. Estas escrituras foram lançadas por Manoel do Amaral Gurgel três anos após a abertura do processo de inventário de seu irmão Antônio. No entanto, os referidos documentos não indicam se as condições impostas foram cumpridas pelos cativos, nem como foram cumpridas, assim como também não apresentam novas condições, sendo que os cativos João Moçambique e Roberto foram libertados um ano antes do vencimento do prazo estipulado no testamento. A escrava Albina, no entanto, foi efetivamente libertada dois anos após o cumprimento do prazo estabelecido.²⁵

Alforria através de pecúlio: Embora em menor incidência, outra forma de acesso à liberdade em Lages foi através do pecúlio.²⁶ Apenas dois inventário lageanos

²⁴ Escritura de liberdade da escrava Joana. Livro de notas n.º 29 p. 13. 1861. APTNL

²⁵ Inventário post-mortem de Antônio do Amaral Gurgel. 1861. cx. 38 (O-05). MJTJSC. Escritura de liberdade dos escravos Albina, João Moçambique e Roberto. Livro de notas n.º 34 p. 15, 16 verso e 18. 1864. APTNL.

²⁶ A aquisição de um pecúlio por parte dos escravos poderia se dar de diversas formas. Neste sentido, uma rica produção historiográfica tem debatido a incidência de uma “economia escrava” no sistema escravista brasileiro, que possibilitava ao cativo o acúmulo de recursos próprios para obtenção de renda própria, seja através da disposição de um roçado ou lotes de terras para que pudesse produzir e comercializar alguns

fizeram referência à possibilidade da compra de liberdade através deste recurso. O primeiro trata-se do escravo Sipriano, herdado por João Baptista de Souza, co-herdeiro de Bento Ribeiro de Cordoba. Segundo nota em inventário, João Baptista abria mão da metade da avaliação do escravo para favorecer o mesmo na compra de sua liberdade. Dessa forma, o escravo teria direito a metade de sua liberdade, restando a este acumular pecúlio necessário para poder, assim, comprar a outra metade. O caso da escrava Leocadia, no entanto, é mais complicado. Avaliada em 1:000\$000, teria recebido em testamento anexado ao inventário do Alferes João Thomaz e Silva em 1861 a metade de seu valor convertido em liberdade:

Declaro que em atenção aos bons serviços que me tem prestado a minha escrava a parda Leocadia, a deixo liberta como se ventre livre nascesse na metade de seu valor de quinhentos mil reis e a outra metade de 500\$000 ficará sujeita a ficar dividida pelos meus filhos e herdeiros no que como pais pesso-lhes que favoreça a dita parda [...] e **quando não queirão fazer gratuitamente que ao menos que della não exijão grande sacrificio para com facilidade de poder conseguir sua liberdade no todo.** [grifo nosso]²⁷

Assim, tendo a sua outra “metade” dividida entre quatro proprietários (os herdeiros Ismael, Manoel, Maria e Luiza) a escrava teria que contar com a boa vontade de seus novos senhores para enfim conquistar sua liberdade plena, ou através de doação, ou através de pagamento de pecúlio. Caso algum dos referidos herdeiros não aceitasse qualquer uma das opções, ou dificultasse propositadamente o acúmulo de pecúlio, a escrava ainda se viria presa aos laços servis.

As escrituras públicas, por seu turno, demonstram que quatro escravos conseguiram conquistar a liberdade através da acumulação de pecúlio, sendo três homens e uma mulher. Possivelmente, os escravos homens teriam maior facilidade no acúmulo do

gêneros de primeira necessidade, e/ou horas de folga para que o mesmo alugasse sua força de trabalho. Para o proprietário, esta estratégia significaria a garantia do retorno do investimento aplicado na compra do mesmo, podendo assim investir na aquisição de novos cativos, como também a possibilidade de adquirir um ganho extra na dupla jornada de trabalho do escravo. Além do mais, a concessão deste direito ao cativo também proporcionaria a indenização dos herdeiros na partilha dos bens. Vide entre outros: SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988; REIS, J. J.; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989. SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

²⁷ Inventário post-mortem do Alferes João Thomaz e Silva. 1861. O-05 cx. 38. MJTJSC.

pecúlio do que as escravas, uma vez que, dada as características da atividade pecuaristas estes conseguiriam maior acesso no trabalho de ganho nas tropas e no pastoreio. No entanto, dos casos apurados, nenhum mencionou como o escravo conseguiu levantar o pecúlio. Uma pista para esta questão seria o contrato de trabalho firmado entre o preto livre Francisco de Quadros e Antônio Pereira da Silva, em 1878:

Condição para contrato [...] o preto livre de nome Francisco de Quadros o seguinte contratei e **paguei o senhor do referido preto, José Antônio de Souza Quadros a quantia de trezentos mil reis, cuja quantia firmou-lhe em documento em data do corrente com o prazo de oito mezes para o mesmo preto obter sua liberdade e trabalhar nos serviços do abaixo assignando pelo tempo de 30 mezes**, a contar com a data do presente contracto, ficando mais o mesmo abaixo assignado obrigado [...] a dar-lhe o necessário sustento e as roupas para o trabalho. Outro sim se faz assentar que antes do findo do tempo marcado no presente, o contratante Francisco de Quadros morrer que deos tal mal não permita, seus bens ficarão sujeitos a indenização do resto do tempo que faltar para a satisfação do presente contrato, assim como para o estabelecido a multa de 12% ao anno pela falta do comprimento do presente por parte do contractante Francisco cazo que so sera aceito pelo abaixo assignado com a restante [...] feita pelo contratante Francisco correspondente ao tempo que falta para vencer o estipulado no presente contracto. Para ter lugar uma escriptura pública de contrato entre partes Antônio Pereira da Silva e Oliveira e Francisco Quadros liberto vaz o Antônio Oliveira Quadros o sello proporcional a quantia de trezentos mil reis. Lages 2 de julho de 1878. [grifo nosso]²⁸

Embora este caso esteja fora do período recortado pela pesquisa, o consideramos pertinente para ilustrar uma situação que implica uma estratégia utilizada pelo cativo para a compra da alforria. Dessa forma, o que se observa no contrato é que Francisco Quadros firmou um acordo de prestação de serviço com Antônio Pereira da Silva por três anos e dois meses, para que fosse pago o pecúlio ao seu ex-senhor José de Souza Quadros e assim adquirir a sua liberdade. Embora o contrato não esclareça quais eram os serviços que Francisco deveria desempenhar, o alto valor de 300\$000 do contrato sugere que o mesmo tratava-se de um trabalhador especializado.

Casos semelhantes a este foram levantados por Henrique Espada Lima ao pesquisar as experiências do trabalho “livre” na cidade de Desterro no século XIX. Descrevendo alguns exemplos de contratos de prestação de serviços envolvendo libertos, Lima destaca os arranjos de trabalho em torno do reconhecimento de dívidas contraídas por

²⁸ “Contrato de Prestação de serviço firmado entre o preto livre Francisco de Quadros e Antônio Pereira da Silva”. Documento diversos sobre escravidão – AMTCL.

esses para a compra de suas liberdades que os prendiam em uma nova situação de servidão consentida. Foi assim, segundo o autor, o caso da africana Thereza de 25 anos, que firmou contrato com dona Filisberta Coriolana de Souza Passos em abril de 1849. Segundo o acordo, Thereza recebeu o empréstimo de 100\$000 para comprar sua liberdade, comprometendo-se trabalhar para Dona Filisberta por um período de 25 anos “como se fora sua cativa”, acompanhando a senhora ou a quem esta indicasse para qualquer lugar, além de não alugar sua força de trabalho para mais ninguém. Uma hipótese de explicação para esses casos levantada por Lima seria que o escravo ao transformar a escravidão em um contrato para o pagamento de uma dívida buscava, de algum modo, a continuidade de uma ocupação que lhe garantisse a subsistência e uma menor incerteza frente ao futuro.²⁹

Outro caso de compra de liberdade através do pecúlio em Lages refere-se ao do escravo Bento. O Padre Elias Rodrigues Moreira faleceu em 1849, e por não possuir herdeiros, seus bens foram leiloados em praça pública. Aproveitando a oportunidade, o mulato Bento conseguiu comprar sua liberdade em arrematação pública por 303\$000, valor esse, de acordo com o documento, superior ao seu preço no mercado.³⁰

Compra de alforria por terceiros: Por último, nos interessam as alforrias compradas por parentes dos escravos. Foi este o caso já referido de Antônio Rodriguês e sua família. Em 1840, Antônio Rodrigues, casado com a escrava Páscoa, tentou comprar a liberdade de sua esposa e das duas filhas na partilha dos bens de Florinda Rodrigues de Atayde, esposa de Francisco de Souza Machado. No entanto, em decorrência da contestação dos herdeiros sobre a avaliação das ditas escravas, Antônio só conseguiu comprar a liberdade de sua filha Dessetildes, por 300\$000. Em 1843, no então inventário de Francisco de Souza Machado, Antônio Rodrigues finalmente conseguiu comprar sua mulher Páscoa e sua filha Eufrasia, por valores abaixo da primeira cotação, 100\$000 e 200\$000 respectivamente, mesmo sob novos protestos dos herdeiros acerca da avaliação.³¹

Caso semelhante seria o de Francisco Fogasa e sua esposa. Em 1849, o escravo Francisco Moçambique recebeu alforria incondicional no testamento de Duarte Muniz

²⁹ LIMA, Henrique Espada. *Trabalho, escravidão e precariedade*: em torno dos significados da liberdade de trabalho no século XIX. IN: Anais do X Encontro Estadual de História – ANPUH/SC, II Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis, ago-set 2004. pp. 326-9.

³⁰ Escritura de liberdade do escravo Bento. Livro de notas n.º 20. p. 13 verso. 1849. APTNL.

³¹ Inventários post-mortem de Dona Florinda Rodrigues de Atayde, 1840, e de Francisco de Souza Machado, 1843. Cx. 44 (P-1). MJTJSC.

Fogasa. No entanto, sua esposa Joanna Benguela, avaliada em 300\$000, continuou no cativeiro, sendo herdada pela viúva Rita Maria do Amaral.³² Dez anos depois, em 1859, Francisco Moçambique, usando então o nome de Francisco Fogasa, conseguiu comprar a liberdade de sua esposa por 450\$000, valor muito acima da primeira avaliação de Joanna em 1849.³³

Tais casos apontados demonstram um reduzido número de ocorrências de alforrias em Lages, 60 casos em período correspondente a 25 anos resultando em uma média de 2,5 ao ano. Esta afirmação fica evidente se consideramos que, segundo Helga Piccolo, dos 90 inventários da cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, no período de 1850 a 1855, 16 processos alforriaram mais de 80 escravos.³⁴ Warren Dean, por sua vez, aponta que em Rio Claro, 43 escravos receberam liberdade condicional no período de 1846 a 1856, menos de quatro por ano, sendo sete crianças, 22 homens e 14 mulheres.³⁵

Por outro lado, os casos das alforrias concedidas em Lages, fossem condicionais ou não, não diferenciava aos de outras regiões escravistas, onde se pode perceber o constante desejo senhorial de evitar uma ruptura dos laços mantidos com os escravos na intenção de controlar os libertos.³⁶

³² Inventário post-mortem de Duarte Muniz Fogasa, 1849. Cx. 42 (O-09). MJTJSC.

³³ Escrituras de liberdade da escrava Joanna. Livro de notas n.º 28, p. 18 verso.1859. APTNL.

³⁴ Segundo nem sempre os processos esclareciam o motivo das alforrias concedidas. PICCOLO, Helga Iracema L. *O sistema escravista no Rio Grande do Sul: os inventários como fonte para pesquisa histórica*. IN: História em revista, Universidade de Pelotas. Departamento de História e Antropologia, Núcleo de Documentação Histórica. v. 3, novembro 1997. Pelotas: Ed. UFPEL, 1997. pp. 13-18.

³⁵ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*; tradução de Waldívia Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 82.

³⁶ XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade*. p. 20.

Livres e libertos em Lages

Segundo Paulo Pinheiro Machado, “no planalto, a maior parte da população de origem africana era nascida livre ou liberta”. Esta afirmação do autor refere-se a grande concentração de pretos e pardos nestas condições na região. Como já apontado, este contingente populacional apresentou um movimento constante de crescimento positivo no período de 1854 a 1864 (ver tabela XVIII), sendo que de 941 pessoas, em 1858, passou para 1.035 em 1861, representando um aumento relativo de 10,0%. Neste quadro, observa-se o constante predomínio masculino sobre o feminino, principalmente no intervalo de 1854 a 1858. No entanto, os últimos três anos demonstram que esta diferenciação tendia a diminuir gradativamente.

Como visto no capítulo II, Carlos Lima analisando o censo de população de 1799 referente ao Rio de Janeiro destaca que a classificação “pardos e pretos libertos” utilizada naquele censo referia-se, na verdade, a todos os não-brancos, livres ou libertos, e seus descendentes, contados juntos.³⁷ Hebe Mattos, por outro lado, em “Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico”, afirma que durante todo o período colonial e parte do século XIX, os termos “negros” e “pretos” foram usados exclusivamente para diferenciar escravos e forros. O termo “Pardo”, que inicialmente foi utilizado para designar o indivíduo de cor mais clara, indicando a sua ascendência européia, teve sua significação ampliada na medida em que o crescimento da população negra exigiu uma distinção maior do que simplesmente escravos e ex-escravos. Dessa forma, a autora destaca que a categoria de “pardo livre” foi utilizada para designar uma população afrodescendente nascida livre dissociada da experiência da escravidão.³⁸

Neste contexto, consideramos que os mapas de população de 1854 a 1858 e o de 1861 a 1864, estejam reunindo em uma mesma categoria uma população de libertos (pretos) e uma população de homens de cor livres (pardos). São exceções os mapas de 1859 e 1860, que claramente contam apenas o contingente de “libertos”. No entanto, mesmo

³⁷ LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor* (Rio de Janeiro, 1765-1844). LOCUS: Revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de história/ Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2000. v 6, n 2. pp. 99-110.

assim esta afirmação não é suficiente para entender os fatores responsáveis pelo constante crescimento deste contingente. Considerando que em todo o período de 1840 a 1865 foram apurados apenas 55 casos de alforrias, é pertinente afirmar que esse crescimento não estava condicionado exclusivamente à inserção e permanência de escravos forros. Assim, também é possível intuir que não se tratava apenas da reprodução natural deste contingente, dado o aumento constante a cada ano. Dessa forma, é possível que Lages estivesse recebendo um fluxo constante de migrantes de cor, sendo tanto livres como libertos.

Segundo Carlos Lima:

No Rio de Janeiro – área com população escrava grande e comparativamente antiga, haveria quase três escravos para cada não-branco livre (com libertos incluídos entre estes últimos). Regiões de mais recente ocupação escravista, por outro lado, teriam proporções inversas, como São Paulo, com cinco não-brancos livres para cada três escravos, ou como o Rio Grande do Sul, com forte presença de quatro não-brancos livres para cada escravo. Havia assim muito poucos não-brancos livres (em comparação com o número de escravos) na área com presença cativa maior e mais antiga, ao lado de fortíssima presença em áreas de escravidão africana mais diminuta e recente, dos não-brancos frente a uma população escrava cujas gerações anteriores, portanto, não podiam tê-los gerado.³⁹

Dessa forma, o autor justifica esta disposição populacional pela migração de não-brancos livres e libertos, para áreas de ocupação recente, onde teriam maiores oportunidades de acesso a terra e trabalho. Uma vez fixados nestas áreas, estes indivíduos estabeleciam famílias e adquiriam algum tipo de propriedade.

Em busca de indícios em Lages para a verificação deste quadro, foram encontradas três escrituras de ratificação de liberdade. Estas escrituras lavradas em outras províncias e transcritas no cartório de Lages tinham como objetivo tornar público que as pessoas às quais os documentos se referiam eram libertas. Buscava-se assim evitar que os mesmos fossem confundidos com escravos fugidos.⁴⁰

³⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000. p. 17.

³⁹ LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora*. pp. 99-100.

⁴⁰ Segundo Hebe Mattos: “Apesar da igualdade de direitos civis entre os cidadãos brasileiros reconhecida pela Constituição [Imperial de 1824], os brasileiros não-brancos continuavam a ter até mesmo o seu direito de ir e vir dramaticamente dependente do reconhecimento costumeiro de sua condição de liberdade. Se confundidos com cativos ou libertos, estariam automaticamente sob suspeitas de serem escravos fugidos – sujeitos, então, a todo tipo de arbitrariedade, se não pudessem apresentar sua carta de alforria”. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. p. 21.

Foi o caso da mulata Cândida Izabel da Conceição, de 18 anos. Natural e moradora de Campina Grande, Paraíba do Norte, Cândida foi libertada em 1856 por Joaquim José Henriques. Em 1858, teve uma filha de nome Maria, batizada naquela mesma freguesia como livre. Em 1861, já morando em Lages, mandou lançar nota no cartório a transcrição de sua carta de liberdade e do “assento de batismo” de sua filha Maria, para que “fosse reconhecido que se tratavam de pessoas livres”.⁴¹ Ao que indica, o senhor Joaquim José Henriques mantinha negócios e propriedades tanto em Lages, como também nas províncias da Paraíba do Norte, Ceará e na Corte. Dessa forma, transferiria mão-de-obra de agregados de uma propriedade para a outra. Esta assertiva é baseada tanto em relação ao caso acima referido, como também ao de uma segunda nota, de declaração de liberdade que também envolve o nome de Joaquim José Henriques e o reconhecimento de um outro escravo forro, natural da Vila de São Bernardo da Província do Ceará.

Lansamento de um papel de declaração acerca da liberdade do menor Francisco feita pelo senhor Joaquim José Henriques de teor seguinte: Estava assignada este seguinte melhoramento de mim circulante: S^o B^o cento a seguinte declaração: eu Joaquim José Henriques abaixo assignado que o menor Francisco, branco que existe debaixo de meu poder em minha caza, é pessoa livre e filho natural de Marcianna Izabel da Conceição, moradora no termo da Vila de São Bernardo da província do Ceara, tendo o dito menor Francisco nascido a vinte e um de fevereiro de mil oitocento e cincoenta e seis na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Vila de São Bernardo da província do Ceara, onde foi baptizado em agosto do dito anno pelo vigario [...] Joaquim Domingos Correia. E para que assim conste faso debaixo de juramento a prezente declaração a qual me assigno e faço nesta corte do Império do Brazil, Rio de Janeiro, onde hoje me acho. corte do Império do Brazil, Rio de Janeiro, quatorze de setembro de mil oitocentos e cincoenta e oito: Joaquim José Henriques [...].⁴²

Embora o caso se refira a uma criança identificada como livre e branca, pode-se observar que o mesmo estava sob a tutela de Joaquim José e que estava sendo transferido do Ceará para Lages em 1861. Dessa forma, pode-se supor que parte da população de livres e libertos em Lages era composta de agregados dos grandes proprietários de terras e negociantes de gado. Além disso, também é possível considerar a

⁴¹ *Nota de Ratificação de liberdade que manda lansar Cândida Izabel da Conceição*. Livro de Notas n.º 30. 1861 Pg.26. APTNL

⁴² Embora o documento tenha sido originalmente lançado no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1858, foi transcrito em Lages no ano de 1861 a pedido de Joaquim José Henriques. É pertinente destacar que o documento não esclarece o grau de parentesco entre a criança com Joaquim Henriques ou com mulata Cândida

inserção destes migrantes vindos com as tropas de passagem pela região e que foram ali se fixando em busca de trabalho nas fazendas de criação.

De acordo com Frank Marcon, era comum o emprego de negros e pardos livres como jornaleiros e agregados, sendo que às vezes, estes se tornavam pequenos proprietários de terras ou de pequenas casas comerciais e botequins.⁴³ Neste sentido, buscamos nos inventários alguns indícios da presença desses pequenos proprietários não-brancos na região. Contudo, os referidos inventários impõem um silêncio acerca da “cor” e da origem jurídica dos inventariados, prejudicando a identificação de prováveis libertos na condição de pequenos proprietários de terra ou criação. A única exceção encontrada diz respeito ao “inventário pobre” da liberta Joaquina Simões, de 1879. Embora este caso também esteja fora do período recortado pela pesquisa, consideramos igualmente pertinente para ilustrar uma situação em que envolve uma ex-escrava. Joaquina Simões faleceu provavelmente entre 1869 e 1870, deixando como herdeiros duas filhas (Anna Simões de Jesus e Rosália) e dois netos (o escravo João, de propriedade de Francisco Borges do Amaral e Castro, e a escrava Luiza, de propriedade de José Antônio de Correia Lima). Seu inventário foi aberto apenas em 1879, cerca de dez anos após seu falecimento, em decorrência de um apelo da herdeira Anna Simões ao Juiz de Órfãos, em que alegara que com a morte de sua irmã Rosália, os bens de sua mãe Joaquina tinham sido apropriados e dispersos indevidamente por seu padrasto Antônio, escravo de Francisco Borges do Amaral, e sua filha Joaquina de Tal. Contudo, o único bem que supostamente pertenceria a Joaquina seria uma casa na localidade de Santa Cruz. No entanto, o Juiz de Órfãos alegou que a mesma casa, que já se encontrava derrubada, na verdade não pertencia a Joaquina Simões, mas que foi cedida pela Câmara Municipal para a finada durante o tempo que fosse ocupada.⁴⁴

Dessa forma, o que se apreende desta situação é o estado de pobreza de uma escrava liberta, que ainda mantinha raízes no cativeiro através de laços com parentes e com o “companheiro”. Possivelmente, outros libertos também se encontravam na mesma situação.

Izabel da Conceição. *Lansamento de um papel de declaração acerca da liberdade do menor Francisco feita pelo senhor Joaquim José Henriques*. Livro de Notas n.º 30. 1861 p. 27. APTNL

⁴³ MARCON, Frank. *A escravidão em Lages: negros livres, liberto e escravos*. IN: BRANCHER, Ana (org.) *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1999.

Os escravos e as relações de trabalho

Neste ponto, buscamos novamente nos inventários indícios que apontassem para a compreensão da distribuição e do funcionamento do trabalho escravo na região. Contudo, como já referido na introdução, os inventários não constituem uma fonte ideal neste sentido. Em todo o período recortado pela pesquisa, os documentos não forneceram as ocupações de seus escravos, exceto em cinco inventários. Nestes aparece a especialização de cinco escravos desempenhando as funções de carpinteiro, alfaiate, sapateiro, oficial de sapateiro e ferreiro. Contudo, este tipo de informação se apresentou mais freqüente nos inventários referentes à década de 1870. Sendo assim, utilizamos estes inventários para demonstrar algumas ocupações desempenhadas por esses cativos no quadro produtivo da região:

Tabela XXIV. Quadro de amostragem das ocupações desempenhadas pelos escravos em Lages

Ocupação	N.º escravos	%
Campeiro	30	26,8
Cozinheira	20	17,9
Engomadeira	5	4,5
Ferreiro	4	3,6
Lavadeira	12	10,7
Marceneiro	3	2,7
Mucama	16	14,3
Sapateiro	2	1,7
Roceiro	20	17,8
Total	112	100,0

Fonte: Conjunto de 124 inventários *post-mortem* da comarca de Lages. (1870 a 1879). MJTJSC

Deve-se dar destaque neste quadro às funções relacionadas à atividade agropastoril, como a de campeiro e roceiro. Desempenhada por escravos do sexo masculino a partir dos sete anos de idade, a função do escravo campeiro, similar ao peão, consistia em toda a rotina da lida com o gado, como levá-lo para as diferentes pastagens, capturar as reses fugitivas, castrar os novilhos, construir açudes, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, queimar as pastagens secas no final do inverno, fazer marcação

⁴⁴ Inventário Pobre de Joaquina Simões. 1879. Cx. 29 (N-06). MJTJSC.

com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas, tosquear ovelhas e conduzir os animais até os locais de venda ou abate.⁴⁵

O escravo roceiro, como o próprio termo indica, desempenhava funções relacionadas tanto ao plantio de gêneros de subsistência como também à preparação e cuidados com os pastos. Esta função era igualmente desempenhada por homens e mulheres. No entanto, grande parte das escravas desempenhava a funções de mucamas, cozinheiras e lavadeiras. A presença de escravas com estas ocupações é mais constante em plantéis acima de cinco escravos, sendo que nos plantéis de um a cinco observou-se a descrição “apta para qualquer serviço”. Esta descrição sugere que as referidas escravas estariam desempenhando diversas funções na casa de seus senhores, desde os cuidados domésticos (cozinheira e lavadeira), como também o cuidado de uma roça (roceira).

Além destas ocupações, alguns escravos apresentavam outros tipos de especialização mais específicas na fazenda, como a de ferreiro, marceneiro e carpinteiro, além daquelas mais voltadas ao núcleo urbano, como sapateiro e alfaiate. Em uma sociedade com destaque para a atividade criatória, os escravos que apresentavam essas especializações eram os mais valorizados e mais requisitados. Não por acaso, são as únicas funções discriminadas no conjunto dos inventários referentes ao período de 1840 a 1865. Os proprietários destes, além de possuir um escravo com alto valor no mercado, poderia estar lucrando com o escravo através do sistema de aluguel ou ganho.

Já nos referimos no decorrer deste trabalho à existência de escravos de aluguel e de ganho na região. Assim, em 1856, o escravo Estevão, de propriedade do Capitão Francisco Pinto de Castilho e Mello, estava alugado para a tropa de Antônio Rodrigues da Lima quando foi vendido por 1:200\$000 para Herculano Pirez da Silva⁴⁶. Em outro caso, Baltazar Joaquim de Oliveira, cujo inventário não apresentou posse escrava, devia ao escravo Antônio, de propriedade de Antônio Gurgel do Amaral, 2\$000.⁴⁷ Embora este documento não especifique a natureza da dívida, é pertinente considerar que se tratasse de um arranjo com um escravo de ganho. Esses casos refletem situações que poderiam ser

⁴⁵ Paulo Pinheiro Machado descreve estas atividades como sendo atribuições dos peões nas fazendas de criação. Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 66-7

⁴⁶ Escritura de compra e venda de escravos. 1856 Livro n. °24. pg. 21 verso. APTNL.

⁴⁷ Inventário post-mortem de Baltazar Joaquim de Oliveira, 1852. Cx. 41 (O-08). MJTJSC.

corriqueiras na região: o aluguel e a contratação de escravos por não-proprietários de cativos.

É pertinente destacar que além da mão-de-obra escrava, o funcionamento da indústria pastoril contava com outros tipos de arranjos de trabalho. Era como se inseriam os trabalhadores livres pobres que se encontravam à margem das grandes propriedades de terras e gado, formando uma massa subalterna de jornaleiros, agregados, camaradas e pequenos posseiros.

Paulo Pinheiro Machado destaca que a diferenciação entre a condição de “livre” e “escravo” resumia-se apenas aos termos jurídicos, uma vez que estes estavam sujeitos aos mesmos tipos de relação de trabalho, ou seja, o trabalhador livre, de forma semelhante ao escravo, era submetido ao poder quase absoluto dos grandes fazendeiros, presos por laços de compadrio e sujeitos a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno. Dessa forma o autor destaca que:

No século XIX, não havia propriamente um mercado de trabalho livre no planalto. A maior parte da força de trabalho era fixa, nascia e morria sob os mesmos patrões. Apenas alguns trabalhadores específicos – marceneiros, ferreiros, pedreiros, tropeiros assalariados e domadores especiais – transitavam por diferentes fazendas e pelas pequenas vilas do planalto, oferecendo seus serviços na qualidade de aguateiros e changadores, por alguns mil-réis ou, o que era mais freqüente, por algumas cabeças de gado. “Aguateiros” eram os peões encarregados de funções ligeiras ou leves nas fazendas, “changadores” eram trabalhadores contratados por jornada ou empreitada.⁴⁸

Luís Augusto Farinatti, em artigo em que discute as formas de mão-de-obra na pecuária de São Borja e Santa Maria no século XIX, aponta uma combinação na utilização de escravos, de peões livres e membros familiares nas unidades produtivas. A porcentagem e o grau de comprometimento das categorias dos trabalhadores variava de acordo com a envergadura econômica dos criadores. Os grandes pecuaristas empregavam 57% de sua mão-de-obra em peões livres, 40% em escravos e 3% em mão-de-obra familiar. Por outro lado, as camadas menos favorecidas apresentam um maior crescimento do emprego da mão-de-obra escrava e familiar sobre os peões livres. Assim, entre os pequenos criadores, (de até 100 reses), havia um predomínio da mão-de-obra familiar (67%) sobre a de escravos (18%) e de peões livres (15%). No entanto, observou que em todas as categorias havia um

⁴⁸ MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado*. p. 66

equilíbrio entre a utilização da mão-de-obra escrava e a de peões livres, com uma certa vantagem do primeiro. Segundo Farinatti:

Os dados acima indicam que, em São Borja e Santa Maria nos meados do Século XIX, a mão-de-obra livre parece ter sido a menos acessível dentre todas as formas de trabalho na pecuária, pois há um decréscimo contínuo do emprego de peões livres, conforme nos deslocamos daqueles criadores que possuíam mais reses para aqueles com rebanhos mais modestos. O mesmo não acontece com os escravos, cuja proporção de utilização permanece praticamente a mesma entre os grandes, os médios e os pequenos criadores, compondo cerca de 40% da força de trabalho dos criadores instalados nessas faixas, e apenas cai abruptamente entre aqueles que possuíam até 10 reses.⁴⁹

Esta situação se explica, segundo o autor, tanto em decorrência do constante problema dos recrutamentos militares no século XIX que diminuía a oferta destes trabalhadores, como também pelo elevado salário cobrado pelos peões livres. Neste sentido, o emprego da mão-de-obra livre seria um privilégio acessível para poucos, sendo mais recorrente os criadores investirem seus recursos em escravos.⁵⁰

Não foi possível para a pesquisa encontrar subsídios que possibilitassem verificar como estava sendo dividido o trabalho em Lages entre a mão-de-obra escrava, livre e familiar, e nem a hierarquia destes trabalhadores. Sabe-se, no entanto, que mesmo sem dados concretos, não é impossível intuir situações semelhantes para região. Lages, assim como outras regiões voltadas para a atividade agropecuária (Sul de Minas, Sorocaba, São Borja e Santa Maria), apresentou uma significativa participação do trabalho escravo, o que foi demonstrado através do levantamento do grau de comprometimento dos investimentos na posse escrava. Os indícios, apesar de esparsos, para a existência de trabalhadores livres mostram que as relações de trabalho em Lages eram mais complexas do que a visão tradicional aponta.

Os dados levantados para o período de 1854 a 1864 demonstraram que a presença negra em Lages (escravos, livres e libertos) não foi tão insignificante quanto a

⁴⁹ FARINATTI, Luís Augusto. *Um campo de possibilidades*: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). Revista História- Unissinos. Vol. 7. N.º 8. 2003. p. 263.

⁵⁰ FARINATTI, Luís Augusto. *Um campo de possibilidades*: p. 267.

historiografia atribuía, sendo que chegou a aproximar-se de 50,% do total da população da região. Por outro lado, a distribuição desse contingente populacional levou a considerarmos três situações pertinentes: a “crioulização” da população, a frequência de alforria e a tendência de inserção de libertos migrantes.

A análise acerca da configuração da população escrava demonstrou que grande parte dos cativos estavam concentrados nas diversas fazendas de criação dispersas nas principais freguesias de Lages.

O equilíbrio constante entre o contingente masculino e o feminino sugeriu que o processo de reprodução dos plantéis estava condicionado à reprodução natural, principalmente se for considerado o número de crianças escravas na região, como se verificou no conjunto dos escravos inventariados. A leitura dos mapas de população também demonstrou um elevado número de casais escravos. No entanto, os inventários referentes ao período de 1840 a 1860 omitiram a existência de famílias escravas em seus plantéis.

Tradicionalmente a historiografia catarinense considerou um relacionamento humano e benigno entre senhores e escravos. Assim, mesmo tendo conquistado a liberdade, os libertos tendiam a permanecer com seus ex-senhores. No entanto, a pesquisa demonstrou que os ex-escravos ainda se mantinham presos às fazendas e senhores através de mecanismos que os impediam de se desvincular completamente de seus ex-senhores, seja pela existência de laços de parentescos que prendiam o liberto na esperança de conseguir a liberdade de uma esposa, um filho(a), etc., seja através de condições estabelecidas na referidas alforrias, ou até mesmo para não correr o risco de ser reescravizado caso se afastasse da região.

Por outro lado, a grande concentração de “pretos e pardos” livres sugeriu que a região estivesse recebendo um fluxo constante de migrantes não-brancos. Atraídos pela maior possibilidade de acesso a terra e trabalho, este contingente era formado principalmente por agregados dos grandes fazendeiros e pecuaristas, podendo até mesmo ascender à condição de pequeno proprietário de terras, gado ou comércio.

O escravo desempenhava diversas ocupações na região, sendo que as principais estavam relacionadas à atividade agropastoril. Tinham destaque as funções de campeiro e

roceiro. Entre as especialidades destacaram-se as funções de ferreiro, marceneiro e carpinteiro, sapateiro e alfaiate.

Além da mão-de-obra escrava, predominava na região a exploração de outros tipos de arranjos de trabalho. Estes arranjos envolviam trabalhadores livres pobres que formavam uma massa subalterna de jornaleiros, agregados, camaradas e pequenos posseiros, que, assim como os escravos, estavam sujeitos ao poder quase absoluto dos grandes fazendeiros.

CONCLUSÕES

Ao investigarmos as características do sistema escravista em Lages no período de 1840 a 1865, através de suas bases sociais e econômicas - padrões de distribuição de riqueza, características de senhores e escravos, e estratificação social - pudemos demonstrar que a relação entre a propriedade rural, o latifúndio de pecuária extensiva e a escravidão, era mais ampla do que se imaginava anteriormente para a região.

Neste sentido, a leitura dos inventários *post-mortem* revelou, segundo a composição do patrimônio produtivo, uma sociedade estratificada em quatro grupos, os “pobres”, “remediados”, “abastados” e “ricos”, cuja hierarquia econômica, como em uma típica sociedade escravista do Brasil oitocentista, estava baseada na concentração da riqueza nas mãos de uma elite local, que, por sua vez, detinha a maior parte dos bens de produção, tanto em propriedade fundiária, gado e escravos.

Do conjunto de 150 processos de inventários, 38,2% não apresentaram nenhum tipo de posse escrava. Estes eram predominantemente formados por pequenos criadores e lavradores endividados e sem muitos recursos, provavelmente agregados e empregados dos grandes fazendeiros. Dispunham, possivelmente, apenas da força de trabalho de seu próprio grupo doméstico, sendo que os poucos que apresentaram melhores condições econômicas poderiam também contar ocasionalmente com o emprego de camaradas e jornaleiros, podendo estes, em alguns casos, serem escravos de aluguel ou ganho.

Por outro lado, 61,8% dos inventários apresentaram posse de cativos, demonstrando que a escravidão estava mais difundida na região do que se atribuía anteriormente. Dessa forma, observou-se um amplo leque de situações, partindo dos inventários que dispunham apenas de um cativo até os que possuíam mais de 20. Pode-se considerar que, em geral, nos pequenos plantéis, os escravos constituíam-se em mão-de-obra complementar, sendo utilizados conjuntamente à mão-de-obra livre (familiar, agregados, camaradas e jornaleiros). A grande parte dos escravos arrolados estava concentrada em plantéis de dois a cinco cativos (23,9%) e de seis a dez cativos (34,4%).

Por outro lado, o confronto entre os patrimônios dos proprietários e os não-proprietários de escravos demonstrou uma estratificação dentro de uma mesma faixa de

riqueza. Esta constatação nos levou a considerar que, ao reforçarem o investimento em mão-de-obra cativa, seja através das dívidas ou dos lucros obtidos no comércio de animais, estes indivíduos ascendiam ao topo da hierarquia de seus próprios grupos sociais.

Assim, além da disponibilidade de recursos aplicados na criação, na propriedade rural, e em equipamentos e ferramentas agrícolas como fator diferencial, a hierarquia estava assentada na posse escrava em todas as faixas de riqueza correspondentes. Fatores esses que, por sua vez, condicionaram a distribuição da riqueza na região, dando contorno à diferenciação sócio-econômica.

Além disso, a análise dos dados demográficos revelou também que ao longo de todo o período, o contingente escravo apresentou um movimento constante de crescimento positivo em relação ao quadro total da população livre, demonstrando que não houve saída expressiva de escravos da região para o tráfico interno (pós-1850); ao menos não em número suficiente para interferir no grau de comprometimento deste tipo de mão-de-obra nas atividades produtivas. Essa constatação tornou-se evidente principalmente ao considerarmos o censo de 1872, onde a constância do aumento do contingente escravo sugere a compra de novos cativos por parte dos proprietários lageanos. Essa assertiva também se confirmou nas escrituras de compra e venda de escravos, haja vista que não foi encontrado nenhum tipo de documento (procuração e subprocuração) que indicasse que os cativos lageanos estavam sendo comprados por pessoas de outras províncias. Ao contrário, tais escrituras demonstraram que, apesar dos constantes aumentos do preço dos escravos no período pós-1850, os proprietários estavam optando pela manutenção e reprodução de seus plantéis. Concomitantemente, o equilíbrio constante entre o contingente masculino e o feminino em todas as faixas etárias sugeriu que a reprodução natural foi o fator predominante para a manutenção dos plantéis escravos.

Em um contexto mais amplo, em conformidade com estudos recentes sobre a importância da escravidão no mercado interno e na dinâmica da economia de abastecimento, a pesquisa levou a concluir que Lages estava ligada às demais localidades e províncias voltadas para o mesmo tipo de atividade pecuarista, como Sorocaba, Sul de Minas e Rio Grande do Sul, não apenas pelos caminhos das tropas e comercialização de animais, mas também pelo grau de importância da mão-de-obra cativa na estratificação sócio-econômica. Assim como também a estrutura de posse escrava da região não se

distanciava das encontradas pela historiografia atual em São Paulo, Minas Gerais e Bahia (com grau comparável de dependência da mão-de-obra escrava, importância e relevância dos pequenos e médios plantéis e o entrelaçamento entre o trabalho escravo e a livre).

Ao finalizarmos esta investigação sobre a escravidão em Lages, várias perguntas ainda ficaram abertas, e outras se acrescentaram, abrindo caminho para novas pesquisas. Assim, ainda resta detalhar alguns pontos sobre a mão-de-obra escrava no funcionamento da produção pecuária local, como por exemplo, a divisão do trabalho e os padrões de relacionamento (conflito e solidariedade) entre os trabalhadores livres, libertos e escravos. Também merece um estudo específico a produção e a comercialização de muares, e as vinculações produzidas por esta atividade com o mercado interno e a economia catarinense, principalmente no curto período em que a região se encontrava sob o domínio dos Farrapos, como também no decorrer da segunda metade do século XIX. O estudo destes pontos certamente lançaria luz, tanto sobre a presença escrava e o cotidiano desta população afrodescendente na própria região serrana, como também na região sul como um todo.

REFERÊNCIAS:

Fontes documentais manuscritas

Museu do Judiciário. Tribunal da Justiça de Santa Catarina. (Florianópolis, SC)

Inventários post-mortem da comarca de Lages (1840 a 1865)

Inventários post-mortem da comarca de Lages (1870 a 1880).

Primeiro Tabelionato de Lages (Lages, SC)

Livros de notas do n.º 17 ao 34 (1840 a 1865)

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. (Florianópolis, SC)

Correspondências dos Delegados de Polícia com Chefes de Polícia (1840-1865);

Relatórios dos Chefes de Polícia (1840-1865);

Arquivo do Museu Thiago de Castro. (Lages, SC)

Documentos diversos sobre escravidão em Lages (1840 a 1879)

Correspondência do Chefe de Polícia da Província para Câmara Municipal de Lages

Livro de receita de Câmara Municipal de Lages (1840-1865)

Correspondências da Presidência da Província para Câmara Municipal. (1840 - 1860)

DOCUMENTOS IMPRESSOS E TRABALHOS CONTEMPORÂNEOS

AILLAUD, João Pedro. *Dicionário Geographico histórico e descrittivo do Império do Brasil*. Paris, França. Em casa da V.^a J. P. Aillud, Guillard e C^a, 1863.

AVE-LALLEMANT, Robert. *Viajem ao Sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro: MEC-INL, 1853.

SANTA CATARINA. Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina José Mariano de Albuquerque Cavalcanti na abertura da 2.^a sessão da 1.^a Legislatura Provincial em 5 de abril de 1836. Colonização e catequese. Desterro, Typografia Provincial, 1836.

____Relatórios de Presidente de Província. Discurso pronunciado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea, na sessão ordinária do ano de 1840 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Desterro, Typografia Provincial, 1840.

____. Relatórios de Presidente de Província Discurso pronunciado pelo presidente da província de Santa Catarina, Marechal de Campo Francisco Joze de Souza Soares D'Andrea na sessão ordinária do ano de 1842 aberta no primeiro dia do mês de março. Administração de Justiça e estatísticas dos crimes. Desterro, Typografia Provincial, 1842.

____. Relatórios de Presidente de Província Discurso pronunciado pelo Presidente da Província de Santa Catarina, Francisco Carlos de Araújo Brusque, na sessão ordinária do ano de 1861 aberta no primeiro dia do mês de março. Agricultura e Comércio. Desterro, Typografia Provincial, 1861.

Fontes Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Proletários e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)*. Novos Estudos CEBRAP, 21 (1988). pp. 30-56.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BACELLAR, Carlos. A. P. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BANNDDINI, Cássia M. “*Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano*”. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 5 ed. Florianópolis, SC: Ed. Da UFSC, 2002.

BARICKMAN, B. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo (1768-1860)*. Tradução de Maria Luiza X. A. Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica : demografia de Minas Gerais, 1720-*

1888. Tradução de Beatriz Sidou. Bauru, SP: EDUSC, 2004.
- BLASI, Antônio Luiz. *Tropeirismo, registro e poder*. Monografia (Graduação em História). Florianópolis, SC: 2004.
- BORGES, Nilsen C. Oliveira. *O contrabando de almas: tráfico ilegal de escravos no Vale do Paraíba Paulista (1820-1860)*. Monografia (Graduação em História), 1999. São José dos Campos, SP: UNIVAP, 2000.
- BRANCO, Jussara de Souza. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, SC: UFSC, 2001.
- BRANCO, Mirian Adriana. *Corpos nefastos, cidadania incerta em Lages, Centro Cívico Cruz e Souza e a invenção da nação*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2002.
- CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. 3 ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *Escravo ou camponês?: o protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis : aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Negros em Florianópolis: relações econômicas e sociais*. Florianópolis, SC: Insular, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. *Teatro das sombras: a política imperial*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, 1988.
- CASTELLO BRANCO, Juçara de Souza. *Alemães em Lages: uma trajetória de conflitos e alianças guardadas pela memória*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2001.
- CASTRO, Antônio Barros de. *Trabalho escravo, economia, e sociedade*. Rio de Janeiro:

- Paz e Terra, 1983
- CASTRO, Hebe Maria de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- _____. *Trabalho, família e escravidão: um ensaio de interpretação a partir de inventários post-mortem*. Cadernos do ICFH-UFF, n. 23, ago. 1990, número temático. Estudo sobre a escravidão II. pp. 1-54.
- _____. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil Século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- _____. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2000.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização do Brasileira, 1978.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 2 ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- COSTA, I. D. *Elementos da estrutura da posse de escravos em Lorena no alvorecer do século XIX*. IN: Estudos econômicos, São Paulo, v. 19, n. 2. mai./ago. de 1989. pp. 319-345.
- COSTA, Licurgo. *O continente das lagoas: sua historia e influencia no sertão da terra firme*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.
- DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.
- EHLKE, Cyro. *A conquista do Planalto Catarinense (1. fase): bandeirantes e tropeiros do "Sertão de Curitiba"*. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.
- FARIA, Sheila. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. (sudeste, século XVIII)* Niterói, ICFH/UFF, 1994.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão-de-obra na pecuária (Rio grande do Sul, século XIX)*. IN: Revista do Programa de Pós-graduação em História do Vale do Rio dos Sinos. História- Unisinos. Vol. 7. n. 8. 2003, p. 253-276.
- FELIPPE, Euclides José. *O caminho das tropas em Santa Catarina: o Pouso dos*

- Curitibanos. Curitibanos. Ed. Do Autor, 1996
- FLORENTINO, M.; GOES, J.R. “*A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850.*” Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FRAGOSO, João L. *Economia brasileira no século XIX: mais do que uma plantation escravista-exportadora.* IN: LINHARES, M. Y. (org.) *História Geral do Brasil. 6 ed.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997
- _____. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* 2 ed. rev. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRAGOSO, João L.; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em um uma economia tardia.* Rio de Janeiro c.1790 -c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata.* São Paulo: Ática, 1974.
- FREITAS, Patrícia. *Margens da Palavra, silêncio do número: o negro na historiografia de Santa Catarina.* Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, SC: UFSC, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Companhia da Letras, 1976.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1978.
- GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX.* Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.
- HAINSFELD, Adelar (org). *A região em perspectiva diferentes: faces da história catarinense.* Joaçaba, SC: Edições UNOESC, 2001.
- HERING, Maria Luiza Renoux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento.* Blumenau, SC: Editora da FURB, 1987.
- HUBENER, Laura Machado; BARRETO, Maria Therezinha Sobierajski. *Caminhos de Santa Catarina na visão dos viajantes estrangeiros.* Florianópolis: UFSC, 1990.
- INSTITUTO Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Normas para apresentação de Documentos Científicos: Gráficos.* Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2000.
- _____. *Normas para apresentação de Documentos Científicos: Tabelas.* Curitiba, PR: Ed. da UFPR, 2000.

- JESUS, Samir Ribeiro de. *Formação do trabalhador catarinense : o caso do caboclo do planalto serrano*. Dissertação (Mestrado em História) – Florianópolis, SC: UFSC, 1991.
- JUVENAL, Ildelfonso. *Lages e o seu desenvolvimento cultural*. Florianópolis: [s.n.], 1947.
- KARASH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)* São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, Silvia H. *Escravidão no Brasil: um balanço historiográfico*. LPH. Revista de história, 3, n. 1 (Ouro Preto, 1992). pp.215-44
- _____. *Blowin' in the wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil*. Projeto História, São Paulo, (12 de out.) 1995.
- _____. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. IN: Projeto História. São Paulo, (16) fev. 1998.
- LAZARINI, Sérgio. *História demográfica da Paroquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)*. Florianópolis, SC. Mestrado em História, UFSC, 1993.
- LEITE, Ilka Boaventura. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Florianópolis, SC: Letras contemporâneas, 1999.
- LENHARO, Alcir. *Tropas da Moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)* 2 ed. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação cultural, Divisão de Editoração, 1993
- LEMONS, Z.A. *“Curitibanos na história do contestado”*. 2 ed. Curitibanos, SC: ZAL, 1983.
- LIMA, Agílio R. de. *Vultos da história lageana*. Florianópolis: Museu Thiago de Castro: FCC, 1994.
- LIMA, Carlos A. M. *Pequena diáspora: migrações de libertos e de livres de cor* (Rio de Janeiro, 1765-1844). LOCUS: Revista de história. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/ Departamento de história/ Arquivo Histórico/ EDUFJF, 2000. v 6, n 2. pp. 99-110.
- LIMA FILHO, Henrique R. Espada. *Trabalho, escravidão e precariedade: em torno dos significados da liberdade de trabalho no século XIX*. IN: Anais do X Encontro Estadual de história – ANPUH/SC, II Jornada Nacional de história do Trabalho realizados em Florianópolis de 30/08 a 02/09 de 2004. pp. 326-9.
- LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos*. IN: & Da Costa, Iraci Del Nero.

- Minas colonial: economia & sociedade*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas econômicas, 1982.
- _____. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. IN: Estudos econômicos. 13 (1) 211-221. Jan/abr. 1983.
- MACHADO, Gilberto. *As alforrias a partir da análise dos processos de inventário da comarca de Lages no período de 1840-1888*. Florianópolis, SC. Monografia (Graduação em História), 1999.
- MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais da década da abolição*. São Paulo: UFRJ/EDUSP, 1994.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do contestado: a formação e a atuação das chefias cablocas (1912-1916)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.
- MAESTRI, Mário. *O escravismo no Brasil*. 8. ed. São Paulo: Atual, 1998.
- MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. *Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres*. Afro-Ásia. pp. 71-95.
- _____. *O direito de ser africano livre: a luta dos escravos pela aplicação da lei de 1831*. IN: LARA, Silvia H. & MENDONÇA, Joseli (orgs.). *Direito e justiças: histórias plurais*. Campinas, SP: UNICAMP.(no prelo)
- MARCON, Frank Nilton. *Visibilidade e resistência negra em Lages*. Dissertação (Mestrado em História). São Leopoldo, RS: UNISINOS, 1999.
- _____. *A escravidão em Lages: negros, libertos e escravos*. IN
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- MENDONÇA, Joseli Nunes. *Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: estrutura da posse de cativos e família escrava em um núcleo cafeeiro (Bananal, 1801-1829)*. São Paulo: FAPESP, ANNABLUME, 1999.
- MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da liberdade, mascaras do cativo : experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das cartas de alforria*. Porto

- Alegre (1858-1888). Porto Alegre.
- MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino de Jesus. *Territórios negros em Florianópolis no século XIX*. IN: BRANCHER, Ana (org). *História de Santa Catarina: Estudos contemporâneos*. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 1999.
- MOTA, Márcia Maria Mendes. *O embate das interpretações: o conflito de 1858 e a lei de terras*. Antropolítica. Niterói. n. 4 (1998) pp. 49-62.
- NEVES, Frederico de Castro. *A lei de terras e a lei da vida: transformações do Mundo rural no ceará do século XIX*. Estudos de História. v. 8, n. 2. Franca (2001). pp. 37-58.
- OLIVEIRA, Ricardo C. *Troperismo na formação do Brasil meridional*. II jornada de história econômica. Uruguai, junho de 1999.
- OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 1999.
- PEDRO, Joana Maria. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PIAZZA, Walter Fernando. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.
- PICCOLO, Helga Iracema L. *O sistema escravista no Rio Grande do Sul: Os inventários como fonte para a pesques Histórica*. História em revista Pelotas, v. 3, (nov. 1997) pp. 7-28.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. *Aspectos geográficos de Santa Catarina*. Florianópolis, SC: FCC ed./ ed. da UFSC, 1991.
- PENNA, Clemente Gentil. *Escravidão, liberdade e os arranjos de trabalho na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas de escravidão (1850-1888)*. Dissertação (mestrado em história). Florianópolis, SC: UFSC, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp / CECULT, 2000.
- SALOMON, Marlon Jaison; VOIGT, André. *Colonização alemã e escravidão no Vale do Itajaí*. IN: FRUDESCHER, I.; FERREIRA, Cristina. *Visões e perspectiva historiográficas recentes*. Blumenau, SC: Nova Letra, 2000.
- SANTOS, Sílvio Coelho. *Nova história de Santa Catarina*. 3 ed. Versão ampliada. Florianópolis, SC: Terceiro Milênio, 1995.
- SCHWARTZ, B. Stuart. *Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil*. In: Estudos econômicos. 13 (1) 259-287. Jan/abr. 1983.
- _____. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- SCISÍNIO, Alaor E. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Leo Christiano Editorial Ltda., 1997.
- SILVA, E. *Por uma Nova Perspectiva das Relações Escravistas*. Anais da V Reunião, São Paulo, v. 5º, p. 141-147, 1986.
- SLENES, Robert. *Senhores e subalternos no Oeste Paulista*. IN: DIAS, Maria Odília da Silva (org.) *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- _____. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava - Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1987.
- XAVIER, Regina Célia L. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, CMU/UNICAMP, 1996.
- ZANETTI, Valéria. *Calabouço Urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo, RS: UPF, 2002.